



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

PREGÃO ELETRÔNICO 90008/2026

Alteração em relação ao 90003/2026 revogado em vermelho

CONTRATANTE (UASG)

Secretaria de Administração UASG 200100

OBJETO

Serviços técnicos continuados em manutenção civil com fornecimento de mão de obra, material de consumo, materiais de reposição/adequações, ferramentas e equipamentos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

~~R\$ 4.126.504,74 (quatro milhões, cento e vinte e seis mil, quinhentos e quatro reais e setenta e quatro centavos)~~ **R\$ 4.455.352,60** (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e dois reais e sessenta centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia ~~29 de janeiro~~ **27 de março** de 2026 às 10 h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço do grupo

MODO DE DISPUTA:

Aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Não



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026

PGEA nº1.00.000.005571/2025-41

Torna-se público que o Ministério Público Federal, por meio da Subsecretaria de Licitações e Disputas Eletrônicas, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

SEÇÃO 1 – DO OBJETO

1.1. 1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos continuados em manutenção civil com fornecimento de mão de obra, material de consumo, materiais de reposição/adequações, ferramentas e equipamentos, para execução na sede da Procuradoria-Geral da República, seus anexos, representações em outros órgãos e nos imóveis funcionais administrados pelo Ministério Público Federal em Brasília.

1.2. Em caso de discordância entre as especificações do objeto contidas no comprasnet e as constantes no edital, prevalecerão as constantes no edital.

SEÇÃO 2 – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.4.1. Este impedimento será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.7. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme justificativas contidas no Termo de Referência

2.5.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

2.6.1. Esta vedação estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

2.10 Não será permitida a participação de pessoas físicas no certame.

2.11 A licitação não será exclusiva para ME's e EPP's

SEÇÃO 3 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

3.3.5 A falsidade destas declarações sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.5.2. A falsidade destas declarações sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.8.1. O valor parametrizado de acordo com este item possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

3.9.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.9.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

SEÇÃO 4 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário e total do item;

4.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

4.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.10. A proposta deverá ser anexada no sistema conforme modelo do **ANEXO III**.

4.11. Proposta no comprasnet:

Item	DESCRIÇÃO	QTD TOTAL	UN	VALOR UNIT. MÁX. ACEITO (R\$)	VALOR TOTAL MÁX. ACEITO (R\$)
01	Serviços técnicos continuados em manutenção civil com fornecimento de mão de obra, material de consumo, materiais de reposição/adequações, ferramentas e equipamentos.	1	un	4.090.444,13 4.197.111,04	4.090.444,13 4.197.111,04

4.11.1 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

4.11.2. Não serão aceitas propostas com preços unitários superiores aos estimados no Termo de Referência

4.11.3. Após os lances a proposta deverá ser decomposta conforme ANEXO III

SEÇÃO 5 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.3.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.3.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.5. O sistema disponibilizará campo próprio para comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.7. O lance deverá ser ofertado pelo valor total.

5.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

- 5.9. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.11. O modelo de disputa adotado neste certame será o **aberto e fechado**
- 5.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.13. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.14. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.15. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.16. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.17. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.18. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.19. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

5.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.22.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.22.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.22.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.22.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

5.23. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.24. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.24.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.24.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.24.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.24.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.25. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.25.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.25.2. empresas brasileiras;

5.25.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.25.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

SEÇÃO 6 – DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

6.1. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da](#)



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

[Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. **SICAF**;

6.1.2. **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

6.1.3. **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa**, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no sítio http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

6.1.4. **Relação de licitantes inidôneas do Tribunal de Contas da União – TCU**, no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>;

6.1.5. **Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>).

6.2. As consultas aos cadastros referidos acima podem ser supridas por meio da **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União** (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>), em conjunto com a **Certidão Negativa Correccional** (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM) (<https://certidoes.cgu.gov.br/consulta-inicial>)

6.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

6.5. Constatada a existência de sanção, a proposta será recusada, por falta de condição de participação do licitante.

6.6. Caso atendidas as condições de participação, será iniciada a verificação da conformidade da proposta do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.

6.7. Encerrada a análise das condições de participação do licitante, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido neste edital.

6.8. Será desclassificada a proposta que:

6.8.1. conter vícios insanáveis;

6.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.9.1. A inexecutabilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.10. Verificada a conformidade, o pregoeiro deverá convocar o licitante que tenha apresentado o melhor preço a negociar para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.10.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação,



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.10.2 A critério do pregoeiro, motivadamente, a negociação poderá ser dispensada nos casos onde haja indícios de inexequibilidade de proposta.

6.11. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.12. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.12.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, nas seguintes situações:

6.12.2. por solicitação do licitante, no chat do sistema, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro;

6.12.3. de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de sua conformidade.

6.13. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.5 deste edital.

6.14. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.14.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.14.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.15. A Proposta será julgada conforme item 9 do Termo de Referência



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

6.16. Finalizada a etapa de julgamento da proposta, será iniciado o procedimento de habilitação.

SEÇÃO 7 – DA FASE DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE

7.1. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.2. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.3. O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal (Federal, Municipal/Distrital), social, trabalhista e econômico financeira.

7.4. Os licitantes que **não** estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF no nível da Qualificação econômico-financeira, conforme Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 2018, deverão apresentar a seguinte documentação:

a) certidão negativa de falência ou recuperação judicial emitida pela instância judicial competente;

a1.) Caso a licitante apresente-se em recuperação judicial, deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, conforme termos do Acórdão 1201/2020 TCU.

b) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

b1) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

c) no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

d) comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

d1) a demonstração desses índices se aplica também às empresas cadastradas no SICAF

7.4.1 Caso a empresa licitante apresente resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo conforme subitem 7.7

7.5. A licitante deverá comprovar Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor anual estimado da licitação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;

7.6. A licitante deverá apresentar declaração, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do **ANEXO V** deste edital de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante que poderá ser atualizado na forma descrita subitem 7.7 abaixo, observados os seguintes requisitos:

7.6.1 a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

7.6.2 caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

7.7 A licitante deverá comprovar capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo equivalente a 5% do valor anual estimado da licitação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

7.8. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

7.8.1. A inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.8.2. A inscrição no cadastro de contribuintes municipal/distrital, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.8.3. A regularidade perante a Fazenda federal, municipal/distrital do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.8.4. A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

7.8.5. A regularidade perante a Justiça do Trabalho;

7.8.6. Cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#).

7.8.7. Estes documentos poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

7.9. Para fins de habilitação jurídica, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

7.9.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.9.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio

<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

7.9.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.9.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

7.9.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.9.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

7.9.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

7.9.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva

7.10. Os documentos referentes à habilitação jurídica, à regularidade fiscal (Federal, Municipal/Distrital), social, trabalhista e econômico financeira, poderão ser substituídos pelo registro no SICAF.

7.11 Para fins de qualificação técnica deverá ser observado os requisitos:

7.11.1 A exigência de atestados visa demonstrar que a LICITANTE tem experiência para



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

prestação dos serviços contratados, ajudando a assegurar que o MPF terá os resultados esperados para a contratação e dispõe de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda do CONTRATANTE, principalmente com relação aos sistemas civis mais relevantes dos edifícios da PGR e seus Anexos, como por exemplo:

7.11.1.1 O Sistema de impermeabilização utilizado nas lajes de piso, coberturas, do gramado e nos reservatórios, é a manta asfáltica que funciona como uma proteção para as peças estruturais da construção, evitando o contato com a água. Assim como qualquer outra parte estrutural ou material construtivo, a manta requer uma manutenção periódica. Essa manutenção permite identificar danos e solucioná-los mais rapidamente, bem como garante a durabilidade da construção. Para executar esse serviço de manutenção, a licitante tem que ter expertise para que qualquer problema encontrado seja solucionado com rapidez e da maneira correta;

7.11.1.2 Outro sistema diferenciado que é utilizado nas instalações civis do MPF é de divisórias de MDF com saque frontal, que além de exigir uma mão de obra com conhecimento especializado na montagem da estrutura para fixação dos painéis, o profissional tem que saber trabalhar com ângulos considerando que a maior área das divisórias está instalada nos prédios circulares da PGR.

7.11.1.3 Mais um diferencial exigido nos atestados, é com relação à experiência que a licitante deverá ter com o serviço de pintura, execução de forro de gesso acartonado e execução de paredes em drywall. O quantitativo desses serviços equivale a, aproximadamente, 80% dos serviços do posto do pintor, exigindo ótimo desempenho e profissionalismo com agilidade e qualidade, principalmente.

7.11.1.4 Por esse motivo que a comprovação de simples gerenciamento de postos de trabalho é insuficiente para garantir a segurança e a boa prestação dos serviços.

7.11.2 A LICITANTE deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por instituição pública ou privada, demonstrando que tem experiência em sistema de impermeabilização de lajes e reservatórios com manta asfáltica, em sistema de divisórias com saque frontal, pintura interna e externa, forro de gesso acartonado e sistema drywall.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

7.11.3 A LICITANTE deverá apresentar declaração de que conhece as condições locais para a execução do objeto e entrega dos serviços – **MODELO ANEXO J** do Termo de Referência.

7.11.4 A LICITANTE deverá apresentar certidão de registro da empresa no CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia ou CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo, a cuja jurisdição pertença, sendo, no mínimo, um dos responsáveis técnicos Engenheiro Civil ou Arquiteto. A certidão deverá estar dentro do prazo de validade. No caso de o LICITANTE ter sua sede em outro Estado e sagrar-se vencedor da licitação deverá providenciar registro ou visto no CREA/DF ou CAU/DF, conforme exigência do Conselho;

7.11.5 A LICITANTE deverá apresentar certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA e/ou CAU, de responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica que deverão pertencer ao quadro permanente do licitante, na data prevista para assinatura do contrato, entendendo-se como tal, para fins de comprovação, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social ou o administrador/diretor ou, o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social ou, o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante ou profissional pertencente ao rol de responsáveis técnicos da empresa ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame, relativa à execução de serviços técnicos de manutenção civil em edificação predial.

7.11.6 Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

7.12. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.13. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

7.13.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar na inabilitação do licitante. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.14. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.15. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.16. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante classificado em primeiro lugar.

7.17. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.17.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.17.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

7.20. Poderão ser saneados, no julgamento da habilitação e das propostas, erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Para tanto, poderá solicitar retificações necessárias quanto a erros encontrados ou que



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

apresentarem percentuais em desacordo com a legislação vigente ou com os acórdãos do TCU, desde que não ultrapasse o preço final ofertado pela licitante, podendo efetuar quantas convocações forem necessárias. Sendo possível, ainda, desde que justificado o equívoco ou falha do licitante, após avaliação do pregoeiro, ser solicitado documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta (Acórdão TCU nº 1.211/2021 – Plenário).

SEÇÃO 8 – DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados mediante acesso ao portal de serviços do MPF <https://www.mpf.mp.br/mpfservicos>.

SEÇÃO 9 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa no certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5 fraudar a licitação

9.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza

9.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8 praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.3.6 critérios, circunstâncias e procedimentos para a dosimetria previstos na portaria PGR/MPU nº 178, de 13/09/23.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 4% incidente sobre o valor do orçamento anual estimado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 2 % do orçamento anual estimado da licitação.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7, 9.1.8, a multa será de 2 % a 4% do orçamento anual estimado da licitação.

9.5. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.6. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

9.7 A apuração das infrações administrativas e a aplicação das respectivas sanções observará o devido processo formal definido na Lei 14.133/21 e na Portaria PGR/MPU Nº 178, de 13 de setembro de 2023

9.8 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo de cinco dias úteis, caracterizará a infração do art. 155, VI da Lei 14.133/2021, sendo aplicada a sanção cominada na mesma lei.

9.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.12. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9.13. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159 da referida Lei nº 14.133, de 2021 e de acordo com a Portaria PGR/MPU nº 69, de 28 de abril de 2023, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público da União, a Lei nº 12.846, de 2013.

9.14. A personalidade jurídica da LICITANTE poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta licitação ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a LICITANTE, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos previstos no art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021, e de acordo com a Portaria PGR/MPU nº 69, de 28 de abril de 2023, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público da União, a Lei nº 12.846, de 2013.

9.15. As sanções referentes à contratação estão dispostas na Minuta de Contrato **ANEXO II**

SEÇÃO 10 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no comprasnet no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e os esclarecimentos serão apresentados exclusivamente por meio eletrônico designado “Petitionamento Eletrônico do MPF”.

10.2.1. O licitante interessado, deverá realizar cadastro para solicitação de Senha e Login, no portal “Petitionamento Eletrônico do MPF”. Site: <https://apps.mpf.mp.br/spe/login>.

10.2.2. Este cadastramento deverá ser realizado por pessoa física, representante ou preposto da licitante.

10.4. Em caso de impossibilidade do cadastramento e da petição serem efetuados no petitionamento eletrônico, será excepcionalmente admitido a envio da impugnação e esclarecimento pelo e-mail pgr-licitacao@mpf.mp.br.

10.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

10.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.7. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

SEÇÃO 11 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. É facultado ao pregoeiro prorrogar os prazos estabelecidos para o envio de informações e documentos solicitados (via chat ou pela convocação de anexo via sistema), desde que o licitante solicite e fundamente o pedido de prorrogação, antes de findo o prazo original, e que os argumentos sejam aceitos pelo pregoeiro.

11.5. A homologação e adjudicação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5.1 Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente e para eventuais prorrogações será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

11.5.1.1 A existência de registro no CADIN constitui fator impeditivo para a contratação.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

11.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.transparencia.mpf.mp.br.

11.12. Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Edital.

11.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO A: ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E DIMENSIONAMENTO DA EQUIPE

ANEXO B: MATERIAL DE REPOSIÇÕES/ADEQUAÇÕES

ANEXO C: MATERIAIS DE CONSUMO

ANEXO D: EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS

ANEXO E: MATERIAIS DE ESCRITÓRIO

ANEXO F: EQUIPAMENTOS EPI's e EPC's

ANEXO G: UNIFORMES



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

ANEXO H: MOBILIÁRIO

ANEXO I: SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS – DEMONSTRATIVO DO VALOR

ANEXO J: DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO

ANEXO K: LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO

(LTCAT)

ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

ANEXO III – Modelo de Apresentação de Proposta

ANEXO IV – Planilhas de Custos e Formação de Preços (Documento zipado com este edital)

ANEXO V – Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e a Administração Pública

Brasília, data conforme assinatura digital

LEONARDO SANTOS DA COSTA
SUBSECRETÁRIO



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

ANEXO I

**TERMO DE REFERÊNCIA – Nº 30/2025 – COOARC/SUBCORP/SA
PREGÃO ELETRÔNICO Art. 6º, XLI e Art. 28º, I da Lei nº 14.133/2021**

1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos continuados em manutenção civil com fornecimento de mão de obra, material de consumo, materiais de reposição/adequações, ferramentas e equipamentos, para execução na sede da Procuradoria-Geral da República, seus anexos, representações em outros órgãos e nos imóveis funcionais administrados pelo Ministério Público Federal em Brasília.

1.2. As **especificações técnicas dos serviços** encontram-se pormenorizadas no **ANEXO A** deste Termo de Referência.

1.3 **Quantitativos estimados:** Os quantitativos de mão de obra residente, não residente, profissionais sob demanda, bem como dos quantitativos dos materiais para reposições e adequações, material de consumo, equipamentos e ferramentas, material de escritório, materiais excepcionais, serviços sob demanda e serviços **extraordinários excepcionais** encontram-se pormenorizados no **item 3 e nos ANEXOS A, B, C, D, E e I** deste Termo de Referência.

1.4 **Ramo de Atividade:** predominante da contratação: **GRUPO:** 833- serviços de engenharia, Código do Serviço: 1341- supervisão/gerenciamento/fiscalização/obras civis.

1.5 **Prazo do contrato:** é de **1 (um) ano** contado a partir da data de sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133 de 2021.

1.6 O objeto desta contratação é considerado **serviço de natureza continuada** no âmbito do Ministério Público Federal, conforme prescreve o Art. 1º, inciso XX da Instrução Normativa MPF nº 1, de 8 de fevereiro de 2018, *in verbis*:

Art. 1º No âmbito do Ministério Público Federal, as seguintes contratações são consideradas serviços de natureza continuada:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

XX. Manutenção Predial;

2 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada nos subitens seguintes, como no Estudo Técnico Preliminar elaborado pelos responsáveis pelo planejamento da contratação, em quanto à “Descrição da necessidade”:

“1. A contratação de empresa para prestar serviços técnicos continuados em manutenção civil com fornecimento de mão de obra, material de consumo, materiais de reposição/adequação, ferramentas e equipamentos para a execução na sede da Procuradoria-Geral da República, seus anexos, representações em outros órgãos e nos imóveis funcionais administrados pelo Ministério Público Federal em Brasília, justifica-se pois, visa prevenir ou corrigir a perda de desempenho decorrente da deterioração dos componentes da edificação, ou utilização deles em razão da necessidade dos seus usuários. Desta forma, a manutenção civil visa preservar e/ou recuperar as condições ambientais adequadas ao uso previsto, bem como garantir a funcionalidade, desempenho, segurança e economia, visto que dependendo do tipo de serviço, caso não seja realizado, poderá ensejar transtornos, desperdícios, bem como inviabilizar a utilização de um ou vários locais.

Para a manutenção dessas edificações são necessários a locação de mão de obra, quer seja residente ou sob demanda, para execução de reparos, manutenções, obras de pequeno vulto, bem como a execução de serviços voltados para a área civil, de outras equipes residentes encarregadas da manutenção das instalações da edificação, cujos serviços não são contemplados nos respectivos contratos (ex.: quebra de paredes, recuperação de: alvenaria, reboco, forro de gesso, pintura e etc.) sendo encaixadas nas atribuições diárias dos colaboradores. Destaco que este apoio se torna fundamental, pois evita onerar os contratos de manutenção das instalações da edificação com serviços essencialmente da área civil.

Portanto, a contratação é necessária para a preservação das características, funcionalidades, salubridade, desempenho e segurança e atendimento às alterações e melhorias das instalações e equipamentos de climatização, de automação e de detecção e alarme de incêndios das edificações administradas pela Procuradoria Geral da República



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

(PGR), em conformidade às disponibilidades orçamentárias e prazos para atendimento.

As edificações administradas pela Procuradoria-Geral da República abrangidas por este estudo, compreendem:

Edifício-sede da Procuradoria-Geral da República, SAF Sul Quadra 04, Conjunto C;

Edifício Anexo II, endereço Setor de Garagens Oficiais Norte, Quadra 01 Lote 175;

Edifício anexo III, endereço Setor Autarquias Sul, Quadra 03, Bl J;

Postos de representação em outros órgãos e imóveis funcionais administrados pelo CONTRATANTE;

Imóveis funcionais sob responsabilidade do MPF;

Outros imóveis ou dependências que venham a ser incorporados ao patrimônio do CONTRATANTE."

2.2. Dos quantitativos

2.2.1 O quantitativo de mão de obra necessário à manutenção das edificações da PGR e demais edificações administradas pela PGR, conforme subitem 3.3 deste Termo de Referência e foi dimensionado de acordo com a metodologia estabelecida na Opção 1 do **Anexo VIII da IN nº 2 do MPF**, cujas etapas preveem:

- a) Elaboração de lista detalhada de todos os sistemas prediais existentes;
- b) Definição das manutenções preventivas;
- c) Levantamento do atendimento das SNP's;
- d) Execução de mudanças de Layouts.

2.2.2 Nos termos da referida metodologia, a decisão quanto à necessidade de mão de obra para os serviços de manutenção deve observar as seguintes premissas:

2.2.2.1 A relação entre horas necessárias mensais para execução das rotinas de manutenção estabelecidas e o número de horas da jornada mensal determina o número de profissionais de cada uma das categorias profissionais;

2.2.2.2 Rotinas de manutenção mensal que totalizam mais de 80% da ocupação da jornada mensal permitida/estabelecida para a categoria profissional justificam a contratação de posto residente.

2.2.2.3 Portanto, tem-se a seguinte proporção entre o tempo necessário na execução



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

de atividades e a jornada mensal das categorias:

Categoria/posto	Quantidade de horas mensais requeridas com atividades	Quantidade de horas mensais definida para a categoria	Percentual de horas requeridas x horas da categoria	Quantidade de profissionais necessários
Supervisor Técnico	164,67	160,00	103%	01 residente
Técnico em seg. do trabalho	15,17	15,00	-	01 não residente
Encarregado	183,44	160,00	143%	01 residente
Aux. Encarregado	181,50	160,00	134%	01 residente
Pedreiro	420,01	160,00	263%	02 residentes
Pintor	1.030,57	160,00	644%	06 residentes
Marceneiro	740,43	160,00	463%	04 residentes
Ajudante	1.611,26	160,00	1.007%	13 residentes
Serralheiro	211,08	160,00	132%	01 residente
Vidraceiro	12,68			01 sob demanda.
Pedreiro	17,93	-	-	01 sob demanda.
Pintor	20,15	-	-	01 sob demanda.
Marceneiro	17,93	-	-	01 sob demanda.
Ajudante	40,03	-	-	01 sob demanda.

2.3. Justificativa quanto à natureza do serviço

2.3.1 O objeto desta contratação é caracterizado como **serviço comum de engenharia**, conforme Art. 6, XXI, alínea “a”, da Lei 14.133/2021, considerando ser caracterizado como serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

2.4 Enquadramento da contratação

2.4.1. A contratação fundamenta-se no artigo 6º, inciso XLI, e no artigo 28, inciso I da Lei nº 14.133/2021.

2.4.2 O objeto da contratação está previsto no **Plano de Contratações Anual 2026**, conforme detalhamento a seguir:

2.4.2.1 Registro no sistema COSMOS sob o nº 39444 (Id item 106379).

2.4.2.2 Data de publicação no Portal de Transparência do MPF: 16/07/2025.

2.4.2.3 Data de atualização no PNCP do PCA-2026: **03/10/2025 02/01/2026..**

2.4.3 Alinhamento ao Planejamento Estratégico

2.4.3.1 A presente solução está também em consonância com o Planejamento Estratégico do Ministério Público Federal (~~2024-2027~~ **(2025-2027)**), publicado na Portaria ~~PGR/MPF nº 843/2024~~ **PGR/MPF nº 733/2025**, principalmente no que tange ao Objetivo Estratégico (OE7): Incentivar ambiente de trabalho seguro, saudável e sustentável.

2.5. Justificativa para o não parcelamento

2.5.1 A solução **não poderá ser parcelada por item**, pois como se trata de um serviço comum de engenharia com restrições quanto ao acesso e a segurança, o parcelamento representa prejuízos ao resultado dos serviços como todo, não se mostra viável técnica e economicamente.

2.5.2. Com relação a não viabilidade econômica do parcelamento, leva-se em conta a possível perda do ganho de escala de uma solução dividida.

2.5.3. Por fim, o não parcelamento da solução evita processos de contratações à parte com gastos adicionais, que posteriormente exigiria maior capacidade técnica e administrativa de gestão/fiscalização, nem sempre disponível.

2.5.4. Os serviços foram agrupados em **GRUPO único** por serem da mesma natureza e guardarem relação entre si e considerando que os potenciais interessados em fornecer os itens agrupados são os mesmos, indo ao encontro do que preceitua o TCU nos Acórdãos nº 5.260/2011-TCU -1ª Câmara e Acórdão nº 1620/2010-TCU Plenário, respectivamente.

2.5.4.1 O agrupamento também permite o aumento da eficiência administrativa por



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

meio da otimização do gerenciamento do contrato, pois neste caso, não seria conveniente e oportuno a prestação desses serviços por diversos contratados, considerando que lidar com um único ou poucos prestadores diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação (Acórdão 861/2013-TCU Plenário). Além disso, o agrupamento proporciona maior atratividade do certame aos fornecedores por conta da possibilidade de maior ganho e, em consequência, aumento dos participantes gerando maior competitividade.

2.6 Da participação na Licitação

2.6.1 A licitação **não será exclusiva** para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos Art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006, *in verbis*:

“Art. 48 Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I - Deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);”

2.6.2 Não **será aceita participação de Pessoa Física**, de acordo com o determinado na Instrução Normativa SEGES/ME Nº 116, de 21 de dezembro de 2021:

“Art. 4º Os editais ou os avisos de contratação direta deverão possibilitar a contratação das pessoas físicas de que trata o art. 2º, em observância aos objetivos da isonomia e da justa competição.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no caput quando a contratação exigir capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física”

2.6.2.1 O objeto deste certame envolve a contratação de serviços técnicos continuados, cuja natureza exige a **disponibilização permanente de equipes especializadas, com capacidade de resposta rápida para manutenções corretivas, cumprimento de rotinas preventivas e atuação técnica preditiva**. Além disso, há **necessidade de fornecimento de mão de obra qualificada, materiais de consumo, ferramentas, equipamentos e insumos**, o que pressupõe **estrutura organizacional e operacional compatível**, usualmente disponível apenas em



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

peessoas jurídicas devidamente constituídas.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada nos subitens seguintes, bem como no **ANEXO A** deste Termo de Referência.

3.1.1 Profissionais residentes e não residentes

3.1.1.1. Os quantitativos de profissionais residentes, não residentes (técnico de segurança), foram dimensionados, prevendo dentro da vigência contratual de 12 meses, todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva da PGR (e demais edificações administradas pela PGR), levando em conta, normas técnicas e boas práticas de manutenção. Levou-se em conta ainda a necessidade de mão de obra para execução de serviços de adequação e melhorias das edificações, além de serviços administrativos e atividades específicas necessárias ao cumprimento do contrato;

3.1.1.2 A planilha com o **dimensionamento final** para a mão de obra residente - marceneiro; pintor, pedreiro, serralheiro e ajudante, constam na **tabela 3 – Anexo A deste TR**.

3.1.1.3 A planilha com o **dimensionamento final** para a mão de obra administrativa (residente e não residente) - Supervisor Técnico, encarregado, Auxiliar de encarregado e Técnico em Segurança do Trabalho, constam na tabela 4 – Anexo A deste TR.

3.1.1.4 Convencionou-se que os tempos de trabalho de todos os Ajudantes, serão os mesmos dos titulares dos postos. Tal convenção foi adotada conforme boas práticas de trabalhos, ou seja, nunca se deve executar qualquer serviço sem acompanhamento. Dessa forma, serão necessários 13 (treze) ajudantes no total.

3.1.2 Profissionais sob demanda

3.1.2.1. Em casos de atendimento de serviços de grande monta, sendo necessário um planejamento prévio, ou mesmo a elaboração de projeto e cronograma executivo, e de forma a evitar o prejuízo para a execução dos serviços mensais do contrato, poderá ser alocado mais profissionais dos postos de mão de obra residentes indicados abaixo:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

- Marceneiro;
- Pintor;
- Pedreiro;
- Ajudante.
- Vidraceiro.

3.1.2.2 O quantitativo de horas anuais estimado para cada uma dessas categorias profissionais foi obtido através dos dados constantes na **Tabela 3- Anexo A** deste Termo de Referência. Utilizou-se no cálculo para os postos de **marceneiro e pintor**, o total de horas gastas anualmente em layouts, dividido por 12 meses. Para o cálculo do posto de **pedreiro**, utilizou-se o total de horas gastas anualmente nos serviços de atendimento de SNP's visto que são os serviços de maior demanda desse posto, e também dividido por 12 meses. Para o posto de **ajudante**, multiplicou-se as horas gastas de ajudantes nos layouts e dividiu-se por 12 meses, visto que cada profissional que trabalha no layout precisará de um ajudante.

3.1.2.3. Existem também algumas manutenções específicas que podem ser atendidas de forma mais adequada e eficaz através de mão de obra sob demanda com as categorias de **Vidraceiro**.

3.1.2.3.1 Para estimar o quantitativo de horas que seriam previstas no contrato, foi realizado uma pesquisa em todas as SNP's atribuídas para a equipe de manutenção civil no período de 2018 a 2022, que foram atendidas pelo TC 44/2017, conforme consta na **Tabela 05- Anexo A** deste Termo de Referência. Cabe esclarecer que o Sistema de SNP's é desenhado para facilitar a abertura de chamados por usuários leigos e com isso ainda não foram implementadas as categorias "serviços de vidraceiro" e "serviços de serralheria".

3.1.3 Serviços sob demanda

3.1.3.1 De modo a viabilizar a execução dos serviços, é necessário fazer constar na contratação os quantitativos de **serviços sob demanda**:

3.1.3.1.2 O serviço sob demanda será a utilização de caçamba para remoção de entulho, com capacidade mínima de 5m³ e quantidade estimada anual de 24 (vinte e quatro)



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

unidades conforme **planilha F** do subitem **9.1** deste termo de referência.

3.1.3.1.3 Tais serviços deverão ser solicitados, previamente, pela fiscalização, encaminhando comunicado à contratada, sendo esta responsável por providenciar todos os serviços sob demanda necessários à perfeita execução dos serviços.

3.1.3.1.4 A contratada deverá arcar com os custos de fornecimento de todos os serviços sob demanda necessários à perfeita execução dos serviços.

3.1.3.1.5 O valor dos serviços sob demanda deverá ser encaminhado junto com a fatura mensal.

3.1.4 Serviços ~~Extraordinários~~ Excepcionais

3.1.4.1 Considera-se serviço ~~extraordinário~~ excepcionais toda atividade não contemplada nas rotinas descritas na **Tabela 2 e na Tabela 6 do Anexo A**.

3.1.4.2 Os serviços ~~extraordinários~~ excepcionais geram influência nos sistemas prediais, visto que podem ser, projetos e laudos de vistorias de revitalizações, ampliações ou complementos desses sistemas e serviços - ou visam a melhoria de seu desempenho;

3.1.4.3 Constituem serviços ~~extraordinários~~ excepcionais, por exemplo, quando executados em:

3.1.4.3.1 Pele de vidro (estrutura ou vidro);

3.1.4.3.2 Impermeabilização negativa;

3.1.4.3.3 Impermeabilização de grandes áreas;

3.1.4.3.4 Mármore ou granito especiais;

3.1.4.3.5 Concretagem com concreto usinado

3.1.4.3.6 Teste de estanqueidade de impermeabilização;

3.1.4.3.7 Fabricação de mobiliário sob medida;

3.1.4.3.8 Locação de plataforma elevatória para serviços pontuais e de grande altura;

3.1.4.3.9 Sinalização permanente, inclusive relacionada à segurança do trabalho e combate a incêndio;



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

3.1.4.4 Aqueles executados em teste de tração do Sistema de Ancoragem, para atendimento às exigências de garantia do Sistema que diz: “O material empregado nas esperas de ancoragem, olhal e barra, possuem garantia de 05 (cinco) anos a partir da data de instalação, desde que respeitado a periodicidade dos testes de tração”. O teste de tração possui validade de 12 (meses) a partir da data de instalação, conforme previsto no subitem da NR 35, como segue: “A inspeção periódica do sistema de ancoragem deve ser efetuada de acordo com o procedimento operacional, considerando o projeto do sistema e o de montagem, respeitando as instruções do fabricante e as normas regulamentadoras e técnicas aplicáveis, com periodicidade não superior a 12 meses”

3.1.4.5 Para os serviços **extraordinários excepcionais**, será adotada a planilha de serviços e insumos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da construção civil– SINAPI do Distrito Federal e no Sistemas de Custos Referenciais de Obras- SICRO, vigente no mês da data de apresentação da proposta. O percentual de desconto apresentado pelos licitantes (quociente entre o valor global da proposta do licitante e o valor de referência da licitação com todos os itens, BDI e etc), deverá incidir linearmente sobre os preços de todos os itens que compõem o grupo e os insumos das tabelas SINAPI e SICRO.

3.1.4.5.1 As tabelas de referência serão aquelas da data do orçamento-base estimado para licitação (Relatório de Insumos e Composições - junho/2025 - SEM DESONERAÇÃO, publicado em julho de 2025), em caso de prorrogação contratual, as vigentes na data da formalização dos respectivos termos aditivos;

3.1.4.5.2 Os reajustes que a CONTRATADA fizer jus durante a vigência do Contrato serão objeto de preclusão a cada anualidade da data-base mencionada no caput desta cláusula, com a assinatura de prorrogação contratual ou com o encerramento do Contrato, caso não haja solicitação tempestiva.

3.1.4.5.3 Cabe frisar que os insumos constantes da tabela SINAPI fazem parte de banco de preços mantido pela Caixa Econômica Federal em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística– IBGE e reflete a mediana dos custos de materiais e serviços



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

praticados nas capitais das unidades federativas, sendo também desnecessário pesquisa de mercado. Com relação à tabela SICRO, é uma ferramenta fundamental criada e mantida pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) no Brasil. Seu principal objetivo é fornecer referenciais de custos detalhados para a elaboração e análise de orçamentos de obras de infraestrutura de transportes, e serve como um guia técnico e de preços para diversos fins no âmbito das obras públicas. -[Tabela SINAPI DF JUNHO 2025](#); [Tabela SICRO DF 2025](#).

3.1.4.6 Sempre que exigido, a CONTRATADA obrigará-se a registrar a ART – Anotação de Responsabilidade Técnica – dos serviços realizados, apresentando à Fiscalização o comprovante de registro e quitação. O custo do registro será reembolsado pela CONTRATANTE;

3.1.4.7 Os serviços **extraordinários excepcionais** somente serão considerados executados mediante a aprovação de todas as etapas pela Fiscalização, incluídas a retirada dos entulhos e materiais inservíveis, a reconstituição das partes danificadas, se for este o caso, bem como a completa limpeza das áreas afetadas;

3.1.4.8 Todos os serviços deverão ter garantia mínima de 180 (cento e oitenta) dias, neles incluídos os ajustes que a equipe técnica julgar oportunos, contados a partir da sua execução, registrado no relatório de manutenção mensal.

3.1.4.9 Tais serviços deverão ser solicitados, previamente, pela fiscalização, encaminhando comunicado à contratada, sendo esta responsável por providenciar todos os serviços sob demanda necessários à perfeita execução dos serviços.

3.1.4.10 A contratada deverá arcar com os custos de fornecimento de todos os serviços sob demanda necessários à perfeita execução dos serviços.

3.1.4.11 O valor dos serviços sob demanda deverá ser encaminhado junto com a fatura mensal.

3.1.4.12 Em todos os casos em que houver fornecimento de materiais aplicados na execução de Serviços Sob Demanda ou **extraordinários excepcionais**, o faturamento (Nota Fiscal) deverá seguir rigorosamente o disposto no item 3.2.3 deste Termo de Referência.

3.2 Fornecimento, Faturamento e Pagamento de Materiais, Ferramentas e Equipamentos



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

3.2.1 Os materiais e equipamentos necessários para a execução dos serviços devem ser de primeira qualidade e se classificam em:

3.2.1.1 **Materiais de consumo**: itens que geralmente são de pequeno valor e uso imediato, já incluídos na planilha de custos e formação de preços, sem faturamento adicional, a exemplo: fita isolante (diversas cores), parafusos, porcas e arruelas, anilhas, terminais, solda, abraçadeiras (nylon e ferro), brocas, serra copo, rebites, buchas de nylon, pregos, cola, fita zeburada, arame galvanizado, materiais de escritório, EPI's entre outros.

3.2.1.1.1 Deverão ser fornecidos pela CONTRATADA observando o consumo mensal estabelecido na planilha de custos e formação de preços e nos **ANEXOS C, E e F** deste Termo de Referência.

3.2.1.2 **Ferramentas e equipamentos**: itens já incluídos na planilha de custos e formação de preços, sem faturamento adicional.

3.2.1.2.1 Deverão ser fornecidos pela CONTRATADA observando o **ANEXO D e ANEXO F** do Termo de Referência, com reposição sempre que necessário.

3.2.1.3 **Materiais para reposições**: previstos no **ANEXO B** do Termo de Referência, cujo fornecimento ocorrerá mediante solicitação do CONTRATANTE, conforme preços registrados no contrato.

3.2.1.3.1 Todos os materiais para reposições constantes na lista do **ANEXO B** deste Termo de Referência deverão ser fornecidos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a solicitação do CONTRATANTE.

3.2.1.3.2 Caso não seja possível o fornecimento dos materiais em até 05 (cinco) dias úteis, a CONTRATADA deverá apresentar as justificativas e a proposição de nova data de entrega, que estarão sujeitas à aprovação pelo CONTRATANTE.

3.2.1.3.3 O Fiscal do Contrato poderá, a qualquer tempo, realizar medições nos serviços executados com o objetivo de comprovar os quantitativos de materiais utilizados. Caso haja discordância entre o quantitativo informado pela CONTRATADA ao final dos serviços e o quantitativo medido pelo Fiscal do Contrato, estes últimos serão considerados para fins de



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

pagamento e serão aplicadas as glosas previstas por prestação de informações falsas pela CONTRATADA, conforme tabela do **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, do **item 7.1 deste Termo de Referência**.

3.2.1.4 **Materiais excepcionais:** não previstos no Anexo B e na planilha de custos e formação de preços, mas relacionados aos serviços objeto do contrato, cujo fornecimento dependerá de autorização expressa do CONTRATANTE.

3.2.1.4.1 Para a composição dos valores de fornecimento de materiais excepcionais, tomou-se como base o os valores contidos no TC 66/2024 que já previa parcela dedicada ao fornecimento desses materiais, sendo aplicado índice de correção do IPCA neste valor de maio 2024 (data da pesquisa de preço do TR 66/2024) a junho 2025 (data da formação da planilha do ETP da manutenção civil 2025)e também, incluindo a parcela do **BDI de 14,02%** pelas mesmas justificativas da incidência de BDI sobre os materiais de reposição, perfazendo valor total anual de **R\$ 26.311,11 (vinte e seis mil, trezentos e onze reais e onze centavos)**.

3.2.2 Fornecimento de Materiais Excepcionais

3.2.2.1 A CONTRATADA deverá apresentar proposta técnica e comercial, contendo justificativa para a necessidade, quantidades, especificações e valores.

3.2.2.2 Sempre que possível, o valor dos materiais será aferido com base em pesquisa de preços de, no mínimo, 3 (três) fornecedores válidos. Essa pesquisa deve ser realizada ou validada pelo Fiscal Técnico do Contrato.

3.2.2.3 O valor a ser pago será o menor preço obtido na pesquisa de mercado, acrescido do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) indicado na proposta da CONTRATADA.

3.2.2.4 Não será obrigatória a apresentação de nota fiscal de compra do material pela CONTRATADA, sendo admitido o fornecimento a partir de estoque próprio.

3.2.2.4.1 Caso entenda necessário, o fiscal do contrato poderá solicitar a apresentação da nota fiscal de compra do material.

3.2.2.5 Em caso de **fornecedor exclusivo**, a CONTRATADA deve apresentar documentação comprobatória e documentos que demonstrem a singularidade da aquisição,



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

inclusive quanto ao preço, a exemplo de:

- a) carta de exclusividade do fabricante ou distribuidor;
- b) cópia de nota(s) fiscal(is) de venda já realizada para outrem;
- c) declaração do fornecedor exclusivo de que o material nunca foi vendido

anteriormente, se for o caso.

3.2.2.6 O prazo de entrega dos materiais **extraordinários excepcionais** deve ser de 5 dias, após a autorização da fiscalização.

3.2.2.7 Situações emergenciais

a) O CONTRATANTE poderá autorizar o fornecimento imediato de materiais excepcionais em caso de emergência.

b) Nesses casos, o pagamento será realizado com base na comprovação posterior dos gastos, inclusive por meio da Nota Fiscal de aquisição, acrescido do BDI indicado na proposta da CONTRATADA.

3.2.3 Faturamento dos Materiais de Reposição e Materiais Excepcionais

3.2.3.1 Para fins de faturamento dos mencionados materiais, a CONTRATADA deverá emitir nota fiscal própria, juntamente com a medição mensal dos serviços. A nota fiscal deve discriminar:

- a) materiais fornecidos, com quantidades e valores unitários, **se possível**;
- b) a aplicação do BDI, para materiais de reposição e excepcionais;
- c) os tributos incidentes, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº

1.234/2012 e a [Solução de Consulta COSIT Nº 317 DE 23/12/2019](#).

3.2.3.2 O pagamento será processado junto com a medição mensal dos serviços.

3.2.3.3 Os materiais a serem empregados e os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente:

- i). Às normas, especificações técnicas e rotinas constantes do presente documento;
- ii). Às prescrições, recomendações e manuais dos fabricantes relativamente ao

emprego, uso, transporte e armazenagem do produto;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

iii). Às normas técnicas mais recentes da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia).

3.2.3.4 Todos os materiais a serem empregados nos serviços deverão ser comprovadamente de primeiro uso e devem atender rigorosamente aos padrões especificados e às normas da ABNT.

3.2.3.5 Todos os materiais fornecidos pela CONTRATADA, que serão empregados nos serviços, deverão possuir garantia pelo prazo estabelecido pelo fabricante.

3.2.3.6 Os materiais a serem fornecidos deverão ser entregues nas dependências do CONTRATANTE e serão inspecionados pelo (s) fiscal (is) do contrato para verificação quanto ao atendimento às especificações e quantidades estabelecidas. Somente após a aprovação pela fiscalização, a CONTRATADA poderá fazer uso do material entregue.

3.2.3.7 Se julgar necessário, o CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de informação, por escrito, dos locais de origem dos materiais ou de certificados de ensaios relativos aos mesmos, comprovando a qualidade dos materiais empregados na instalação dos equipamentos. Os ensaios e as verificações serão providenciados pela CONTRATADA e executados por laboratórios aprovados pela fiscalização do CONTRATANTE;

3.2.3.8 Os materiais que não atenderem às especificações não poderão ser estocados nas dependências do CONTRATANTE.

3.2.3.9 Os materiais inflamáveis só poderão ser depositados em áreas autorizadas pela fiscalização do CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA providenciar para estas áreas os dispositivos de proteção contra incêndio determinados pelos órgãos competentes.

3.2.3.10 A comprovação do consumo de materiais deverá ser apresentada no relatório mensal e seu controle feito por meio de software específico de gerenciamento e controle de manutenção, demonstrando-se a correspondência de todos os materiais utilizados e as respectivas ordens de serviço que comprovem sua utilização.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

3.3 Equipe Técnica

3.3.1. Para fins de execução dos serviços descritos, a CONTRATADA alocará recursos humanos nas dependências do CONTRATANTE, nas categorias profissionais e quantidades constantes abaixo:

PROFISSIONAIS RESIDENTES	POSTOS DE TRABALHO
Supervisor Técnico	01 (um)
Encarregado	01 (um)
Auxiliar de encarregado	01 (um)
Pedreiro	02 (dois)
Pintor	06 (seis)
Marceneiro	04 (quatro)
Serralheiro	1 (um)
Ajudante	13 (treze)
TOTAL	29 (vinte e nove)

PROFISSIONAIS NÃO RESIDENTES	DISPONIBILIDADE
Téc. Em segurança do trabalho	15 horas mensais

3.3.2 A disponibilidade necessária para a execução dos serviços, respeitada a jornada de trabalho semanal, para os profissionais **residentes**, profissionais **não residentes** e profissionais **sob demanda** estão descritas nas tabelas abaixo:

Tabela 1

PROFISSIONAIS RESIDENTES	DISPONIBILIDADE
Supervisor Técnico	07h às 22h, intervalo de almoço duração de 1 hora. (40 horas semanais, de segunda a sexta- feira)
Encarregado	
Auxiliar de encarregado	
Pedreiro	
Pintor	
Marceneiro	
Serralheiro	
Ajudante	



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Tabela 2

PROFISSIONAIS NÃO RESIDENTES	DISPONIBILIDADE ESTIMADA
Técnico em segurança do trabalho	15 horas mensais. O horário será definido pelo acompanhamento das manutenções que requerem a presença, palestras, instruções e para outras atribuições, podendo atuar dentro ou fora do horário de expediente do órgão.

Tabela 3

PROFISSIONAIS SOB DEMANDA	DISPONIBILIDADE ESTIMADA
Marceneiro	200 horas anuais estimadas Sem jornada definida, tendo as mesmas atribuições de serviço e qualificações do profissional residente, podendo atuar dentro ou fora dos horários de expediente do órgão.
Pintor	200 horas anuais estimadas Sem jornada definida, tendo as mesmas atribuições de serviço e qualificações do profissional residente, podendo atuar dentro ou fora dos horários de expediente do órgão.
Pedreiro	200 horas anuais estimadas Sem jornada definida, tendo as mesmas atribuições de serviço e qualificações do profissional residente, podendo atuar dentro ou fora dos horários de expediente do órgão.
Ajudante	400 horas anuais estimadas Sem jornada definida, tendo as mesmas atribuições de serviço e qualificações do profissional residente, podendo atuar dentro ou fora dos horários de expediente do órgão.
Vidraceiro	240 horas estimadas Sem jornada definida, podendo atuar dentro ou fora dos horários de expediente do órgão.

3.3.3 As jornadas de trabalho descritas nas tabelas 1, 2 e 3 poderão ser alteradas de acordo com a conveniência administrativa do CONTRATANTE, respeitadas as jornadas de trabalho semanal dos quantitativos de postos dimensionados para atendimento dos serviços estabelecida em



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

lei ou na CCT, bem como normas internas adotada pelo Ministério Público Federal para as atividades de manutenção e que a CONTRATADA seja informada, no mínimo, com 48 horas de antecedência.

3.3.3.1 A jornada semanal de **40 (quarenta) horas**, sem redução salarial, aplicável exclusivamente aos contratos firmados no âmbito do Ministério Público Federal – MPF, encontra-se fundamentada na **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2025**, que altera a **Instrução Normativa nº 2, de 19 de fevereiro de 2019**.

3.3.4 É vedado à CONTRATADA duplicar a carga horária de trabalho regulamentar dos seus empregados.

3.3.5 O CONTRATANTE, poderá solicitar a prestação de serviços em dias e horários **extraordinários**, sempre que julgar necessário, devendo comunicar antecipadamente à CONTRATADA.

3.3.6 A CONTRATADA será responsável por executar, com autorização do CONTRATANTE e mediante posterior pagamento extraordinário, quaisquer **serviços de emergência** que se façam necessários no Sistema, a critério do CONTRATANTE, mesmo que resulte tal incumbência em acréscimo de pessoal ou material, mesmo fora do horário normal de atendimento, inclusive aos sábados, domingos e feriados, sob pena de multa contratual. Os valores das horas extras serão calculados a partir do salário dos profissionais envolvidos.

3.3.7 A frequência dos empregados da CONTRATADA será controlada por meio de equipamento de registro de ponto biométrico, disponibilizado pela CONTRATADA e alocado nas dependências do CONTRATANTE, compatível com a Portaria MTE 1.510/2009, revogada pela Portaria nº 671/MPT, de 8 de novembro de 2021, os quais deverão registrar o ponto diariamente, na entrada, no intervalo para refeição e na saída. Caso o equipamento permaneça em falha por mais de 24 horas, deverá ser providenciada sua substituição imediatamente.

3.3.8 Os pontos facultativos e o período de recesso estabelecidos pelo CONTRATANTE serão considerados horários normais para execução da jornada diária de trabalho, não cabendo ao CONTRATANTE o pagamento de horas extras ou qualquer remuneração especial.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

3.3.9 Os feriados declarados em lei distrital serão considerados horários normais para execução da jornada diária de trabalho, cabendo à CONTRATADA o pagamento aos seus empregados de horas extras, auxílios, ou remuneração especial que fizerem jus, devendo este custo estar previsto na composição da planilha de preços e formação de custos da CONTRATADA.

3.3.10 A implementação dos postos de trabalho sob demanda, somente será efetivada em caso de necessidade de serviço e disponibilidade orçamentária.

3.3.11 Para a comprovação do vínculo de trabalho dos postos sob demanda, com duração menor do que 30(trinta) dias, serão aceitos registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social-CTPS ou contrato de prestação de serviços de profissional autônomo.

3.3.12 O contrato de prestação de serviços de profissional autônomo ajustado entre a CONTRATADA e os funcionários que irão ocupar os postos sob demanda, não exime a CONTRATADA de suas obrigações com relação à todas despesas decorrentes da execução dos serviços tais como: salários; seguros de acidentes; taxas; impostos e contribuições; indenizações; vales-transportes; vales-refeição/alimentação e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo governo.

3.3.13 A CONTRATADA é responsável por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que aconteçam nas dependências do CONTRATANTE. Essa responsabilidade é atribuída para os funcionários com ou sem vínculo empregatício com a CONTRATADA.

3.3.14 A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos estabelecidos no item 3.3.13, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

3.4 Qualificação dos profissionais

3.4.1 Os profissionais alocados pela CONTRATADA deverão preencher os requisitos descritos a seguir:



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

3.4.1.1 Supervisor Técnico: Curso superior de engenharia Civil ou Arquitetura e Urbanismo, formado com habilitação reconhecida pelo conselho de classe que o representa, para o desempenho das atividades, objeto do presente contrato, apresentando ainda registro de regularidade junto ao CREA ou CAU, deverá possuir experiência de 2 (dois) anos, comprovada através de registros ou Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e mediante Atestados de capacidade técnica emitidos por instituições públicas ou privadas, que desempenhou atividade de Supervisão ou Gerência de equipe de manutenção civil. O profissional deverá ter amplo conhecimento de ferramentas técnicas e teóricas para cargos de liderança e experiência comprovada em supervisão ou gerência de equipe de manutenção civil.

3.4.1.2 Encarregado: curso técnico de edificações com registro e regularidade junto ao conselho de classe da categoria, conhecimentos básicos de informática (editor de texto e planilha) e experiência de 02 (dois) anos no cargo de encarregado ou supervisor em manutenção civil, comprovada através de registros ou Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;

3.4.1.3 Auxiliar de encarregado: ensino médio completo, conhecimentos básicos de informática (editor de texto e planilha);

3.4.1.4 Técnico em segurança do trabalho: curso técnico de Técnico de Segurança do Trabalho com registro e regularidade junto ao Conselho de Classe da categoria e experiência de 06 (seis) meses no cargo de Técnico em segurança do trabalho, comprovada através de registros ou Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;

3.4.1.5 Pedreiro: ensino fundamental completo e prática em serviços de impermeabilização e serviços correlatos à função, experiência de 06 (seis) meses no cargo de pedreiro, comprovada através de registros ou Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;

3.4.1.6 Pintor: ensino fundamental completo e prática em serviços de pintura de parede e de forro, instalação de forro de gesso, montagem de paredes de gesso drywall (inclusive estrutura) e pintura com pistola, experiência de 06 (seis) meses no cargo de pintor, comprovada através de registros ou Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;

3.4.1.7 Marceneiro: ensino fundamental completo e prática em serviços com



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

divisórias e revitalização de esquadrias de madeira, experiência de 06 (seis) meses no cargo de marceneiro, comprovada através de registros ou Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;

3.4.1.8 **Vidraceiro:** ensino fundamental completo e prática em manutenção de portas de vidro com molas e serviços correlatos à função;

3.4.1.9 **Serralheiro:** ensino fundamental completo e prática em solda com eletrodo revestido e TIG, manutenção de portões e demais serviços correlatos à função;

3.4.1.10 **Ajudante:** ensino fundamental completo.

3.5 Das atribuições dos profissionais:

3.5.1 **Supervisor técnico:** responsável por atividades de gestão da manutenção do objeto; gerenciamento das manutenções através de programa informatizado; supervisão das atividades; gestão e supervisão dos funcionários; elaboração de orçamentos, laudos, relatórios, procedimentos operacionais, cronogramas, desenhos e especificações técnicas; coordenação de aquisições e estoque de materiais; prestação de esclarecimentos à fiscalização; prestação de auxílio técnico; acompanhamento eventual de manutenções especiais; conhecer as grandezas medidas pelos sistemas; reconhecer fornecer soluções para as patologias da edificação; organização e apresentação da documentação exigida em contrato para pagamento dos serviços prestados; realização de vistoria técnica inicial para subsidiar a elaboração do relatório técnico inicial. O profissional deverá ter poder de tomada de decisões técnicas em nome da empresa, que serão endossadas pelo Representante Legal da empresa.

3.5.2 **Encarregado:** coordenar as manutenções; gerenciar as manutenções através de programa informatizado; planejar os trabalhos; distribuir as Ordens de Serviço entre os funcionários; realizar vistorias para levantamento de necessidades; acompanhamento de manutenções corretivas, preventivas e adequações; gerenciar estoque de materiais; gerenciar o cumprimento da jornada dos funcionários (acompanhar ponto eletrônico, solicitar substituições, etc.); instruir os profissionais subordinados quanto à segurança do trabalho; atender telefonemas ou tratar pessoalmente com usuários do edifício, tratando-os com cortesia e educação, reconhecendo



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

os motivos de suas solicitações e propondo ações para solucioná-las, reduzi-las ou evitá-las; preencher e avaliar anotações em Livro de Ocorrências e demais serviços correlatos à função; ter conhecimento especializado sobre sistema de impermeabilização de lajes e reservatórios com manta asfáltica, sobre sistema de divisórias de saque frontal, sobre sistema de paredes em drywall, sobre forro de gesso acartonado e todos os serviços que serão executados por sua equipe.

3.5.3 Auxiliar de encarregado: visualizar; efetuar baixa das ordens de serviço e chamados técnicos em programa informatizado de gerenciamento da manutenção, registrando adequadamente informações do serviço executado, gasto de materiais, tempo de serviço e responsáveis pelo serviço; organizar e controlar documentos administrativos (folhas de ponto, relatórios, comunicados, Ofícios, etc.); gerenciar estoque de materiais de escritório/consumo; atendimento de telefonemas em geral; elaborar e receber e-mails relacionados à: solicitação de veículos para transporte de funcionários, solicitação de materiais para fiscalização, solicitação de autorizações de acesso, solicitação e distribuição de documentos administrativos (doc. Funcionários, folhas de ponto, Ofícios, comunicados, etc.), informação sobre a conclusão de ordens de serviço ou chamados Técnicos; realizar tratativas de assuntos administrativos com a empresa e com a fiscalização e demais serviços correlatos à função;

3.5.4 Técnico em segurança do trabalho: informar os trabalhadores sobre os riscos da sua atividade, bem como as medidas de eliminação e neutralização, analisar os métodos e os processos de trabalho e identificar os fatores de risco de acidentes propondo sua eliminação ou seu controle, executar programas de prevenção de acidentes do trabalho, com a participação dos trabalhadores, acompanhando e avaliando seus resultados, bem como sugerindo sua atualização e estabelecendo procedimentos a serem seguidos; promover campanhas, palestras, reuniões e treinamentos com o objetivo de divulgar as normas de segurança, inspecionar locais, instalações e equipamentos a fim de determinar fatores de riscos de acidentes, elaborar relatórios comunicando acerca das suas atividades, elaborar laudos, planos, programas ou documentos que sejam de sua competência e demais atribuições do cargo;

3.5.5 Pedreiro: executar todos e quaisquer serviços de manutenção, recuperação,



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

adequação, demolição, reforma e construção, como: alvenaria com assentamento de tijolos ou blocos, emboço, reboco, vergas, concreto, estrutura, meio-fio, revestimentos, pisos, calçadas, granitos, mármore, caixas de passagem, canaletas, tubulações para fiações, muros, pilares, vigas, impermeabilizações, escavações de valas e demais atribuições do cargo;

3.5.6 Pintor: executar todos e quaisquer serviços de pintura e gesso na manutenção, recuperação, reforma, adaptação, modificação, confecção e construção, como: paredes internas e externas, pisos (incluindo demarcação de vagas), teto, estruturas de concreto, portas, esquadrias, brises e equipamentos em geral, molduras, placas, letreiros, caiação de meio-fio, dentre outros, incluindo emassamento de paredes, tetos, portas e outros serviços necessários ao perfeito acabamento de todo e qualquer tipo de pintura, montagem e desmontagem de placas de gesso em tetos (forro) e em paredes (drywall) inclusive a execução da estrutura interna, retirada e reinstalação de carpetes existentes e assentamento de carpetes novos, execução de septos sobre os forros, abertura de visitas e demais atribuições do cargo;

3.5.7 Marceneiro: executar todos e quaisquer serviços de marcenaria na manutenção, recuperação, adaptação, modificação, reforma, construção e confecção, como: montagem, desmontagem e remanejamento de divisórias incluindo portas e painéis de vidro, montagem e desmontagem incluindo regulagens e pequenos consertos em molduras, portas, portais, esquadrias, estrutura de telhado, arquibancadas, balcões, guichês, tablados, forro de madeira, cabos de ferramentas e outros, confeccionados em compensado, madeira maciça, aglomerado, MDF, dentre outros, incluindo acabamentos com vernizes, laminado de madeira, laminado melamínico, seladora, regulagem de portas e dobradiças, instalação e regulagem de molas para portas de madeira e de vidro, fixação de quadros e murais, revitalização de esquadrias em madeira e demais atribuições do cargo;

3.5.8 Ajudante: prestar assistência aos profissionais durante as manutenções, transportar todos e quaisquer materiais, equipamentos e ferramentas necessários às manutenções, sinalizar toda área envolvida na manutenção; proceder à limpeza do local depois de realizada a manutenção, realizar o descarte de restos de material proveniente das manutenções e demais atribuições do



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

cargo;

3.5.9 Vidraceiro: executar todos e quaisquer serviços de vidraçaria na manutenção, recuperação, substituição, reforma, adaptação, modificação, confecção e construção, incluindo vidro laminado, temperado, canelado e liso translúcido, como: esquadrias, quadros, molduras, espelhos, box, portas de vidro, tampos de mesas, bem como manutenção, recuperação, aplicação e remoção de películas de proteção solar, instalação de mola em porta de vidro e demais serviços inerentes ao cargo;

3.5.10 Serralheiro: executar todos e quaisquer serviços de serralheria na manutenção, recuperação, reforma, adaptação, modificação, confecção e construção, por exemplo: grades e telas para esquadrias, todo e qualquer tipo de contêineres, ralos, grelhas, molduras, suportes, portões, portas, portais, esquadrias, suporte para aparelhos de ar-condicionado, estruturas de telhado, estruturas metálicas em geral, arquibancadas, forro metálico, forro de PVC, estrutura de forro de gesso, alambrados, cabos de ferramentas, dentre outros, confeccionados em alumínio, ferro fundido, chapas diversas, tubos diversos, policarbonato, telas e demais atribuições cargo;

3.5.11 Compete a todos os profissionais: interpretar plantas e especificações técnicas. É obrigação de todos da equipe, profissionais e ajudantes, utilizar equipamentos de proteção adequados às normas de segurança e demais atribuições definidas pelo Supervisor Técnico, encarregado ou fiscal do contrato.

3.6 Do fornecimento de uniformes à equipe

3.6.1 A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento de uniformes aos seus empregados, sendo os uniformes compostos de conjuntos completos para cada profissional, conforme discriminado no **ANEXO G**.

3.6.2 A CONTRATADA deverá entregar 01 (um) conjunto completo a cada empregado, no primeiro dia de vigência do contrato, conforme cada categoria profissional descrita acima;

3.6.3 Os uniformes deverão ser substituídos, nos quantitativos e periodicidade descritos no **ANEXO G** ou a qualquer tempo, sempre que não estejam atendendo às condições mínimas de apresentação exigidas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após comunicação oficial e



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

escrita do CONTRATANTE;

3.6.4 Os uniformes deverão ser entregues a todos os empregados mediante recibo, individualizado por categoria profissional, que deverá conter: relação nominal dos empregados, especificação e quantitativo de cada peça recebida, data do recebimento e assinatura do profissional;

3.6.5 O recibo deverá ser apresentado, acompanhado de cópia, ao Fiscal do Contrato para a fiscalização e controle, em até 48 horas após a entrega dos uniformes;

3.6.6 A CONTRATADA não poderá, em hipótese alguma, substituir a entrega dos uniformes aos seus empregados por pecúnia;

3.6.7 A CONTRATADA não poderá descontar do salário do empregado o custo do uniforme, salvo em caso de comprovado dano causado pelo empregado, e desde que tal possibilidade tenha sido acordada em contrato de trabalho;

3.6.8 A CONTRATADA não pode ter a cor do uniforme igual à de outra equipe da PGR (outro contrato de prestação de serviço), mesmo pertencendo à mesma empresa.

3.6.9 Todos os modelos de uniformes deverão ter corte adequado a cada profissional, seguindo o padrão de apresentação exigido pelo CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA providenciar as devidas adaptações quando necessárias.

3.6.10 Todos os uniformes estarão sujeitos à prévia aprovação do CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA submeter amostra do modelo, cor e qualidade do tecido, podendo ser solicitada a substituição dos que não atenderem às especificações.

3.7 Do Transporte de funcionários e materiais

3.7.1 A CONTRATADA deverá providenciar o transporte de funcionários e materiais para execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva, serviços de adequações, manobras de emergência e outros serviços para execução do contrato em dias e horários de expediente e também fora de expediente da CONTRATANTE.

3.7.2 O transporte deverá atender aos locais indicados no **item 5.3** deste Termo de Referência.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

3.7.3 A CONTRATADA é responsável por providenciar veículo adequado e seguro, atendendo às exigências do Código de Trânsito Brasileiro, para o transporte de pessoas, cargas, ferramentas e equipamentos necessários à perfeita execução do contrato.

3.7.3.1 Para o transporte de pessoas, o veículo deverá possuir, no mínimo, motor de 1.000 cilindradas e capacidade para 4 (quatro) passageiros;

3.7.3.2 Quando necessário, o veículo deverá permitir o transporte de pelo menos 2 (duas) escadas do tipo tesoura/extensiva de 7 (sete) degraus. As escadas podem ser levadas internamente ao veículo ou externamente por meio de acessório adaptado (rack de teto, por exemplo), desde que garantida a segurança dos ocupantes e respeitada legislação de trânsito vigente;

3.7.3.3 A CONTRATADA deverá providenciar veículo adequado para transporte de cargas diferenciadas, que por dimensões ou peso, extrapolem a capacidade do veículo. Entende-se como carga diferenciada aquelas com peso até 1.000 kg e volume até 1,2 m³.

3.7.4 Os veículos utilizados para o transporte deverão ser conduzidos por pessoa habilitada com Carteira Nacional de Habilitação, conforme categoria exigida no Código de Trânsito Brasileiro.

3.7.5 Permite-se que os condutores do veículo de transporte sejam os próprios profissionais residentes.

3.7.6 A CONTRATADA deverá garantir a segurança e atendimento a toda a legislação brasileira vigente em relação ao trânsito, ao transporte de pessoas e materiais e em relação à regularidade dos veículos utilizados. As consequências por eventuais acidentes ou infrações são de total responsabilidade da CONTRATADA.

3.7.7 O prazo para início do percurso de transporte será de **até 30 (trinta) minutos** para atendimento às manutenções corretivas e serviços de adequações. Quando o transporte envolver volumes e dimensões que se enquadrem nos quesitos do subitem 3.7.4, o prazo será de **até 2 (duas) horas**. O não cumprimento dos prazos incorrerá na aplicação de glosas conforme o Instrumento de Medição de Resultado.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

3.7.8 Todos os custos relativos ao transporte deverão estar incluídos na planilha de formação de preços da CONTRATADA, a CONTRATANTE não efetuará pagamentos relativos a custos ulteriores com o transporte de pessoas e materiais.

3.8 Do treinamento inicial

3.8.1 A CONTRATADA ministrará os cursos NR-33 e NR-35, conforme determinação legal do Ministério do Trabalho e sem ônus à CONTRATANTE, a todos os seus profissionais residentes, exceto ao Auxiliar de Encarregado.

3.8.2 A parte teórica dos cursos deverá ser realizada em local de responsabilidade da CONTRATADA. Já a parte prática deverá ser realizada no ambiente da CONTRATANTE.

3.8.3 Os treinamentos poderão ocorrer em horário de trabalho, limitados em 04 (quatro) horas diárias, sendo que a equipe técnica será dividida em 04 turmas, evitando assim que os empregados façam o curso no mesmo dia e horário.

3.8.4 Os cursos deverão iniciar em até 30 (trinta) dias após o início do contrato e as cópias dos certificados deverão ser entregues à CONTRATANTE em até 60 (sessenta) dias após o início do contrato.

3.8.5 Os profissionais que forem alocados após o início do contrato deverão também fazer os cursos, sendo que, nesse caso, não poderá ocorrer em horário de trabalho. Os prazos de início dos cursos e de entrega das cópias dos certificados utilizarão como referência o primeiro dia de trabalho do empregado.

3.8.6 Os custos dos treinamentos não serão objeto de composição da planilha de preços e formação de custos da CONTRATADA.

3.8.7 É de responsabilidade da CONTRATADA o controle da validade dos cursos.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Deve-se observar os requisitos da contratação estabelecidos abaixo:

4.1.1 Requisitos sociais, culturais e ambientais



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

4.1.1.1 Quanto aos **requisitos sociais e culturais** diz respeito às **ações afirmativas**, cumprir cotas raciais, de gênero e de pessoas com deficiência, durante toda a execução do contrato, da seguinte forma:

4.1.1.2 Considerando que o objeto desta contratação envolve serviços de manutenção civil, área cuja composição histórica é majoritariamente formada por mão de obra masculina, e em atendimento à Portaria PGR/MPF nº 971, de 30 de outubro de 2024, a CONTRATADA deverá observar a reserva **mínima de 5%** (cinco por cento) das vagas para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar, nos termos do inciso I do §9º do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.

4.1.1.2.1 Na hipótese de indisponibilidade de profissionais com qualificação necessária, a CONTRATADA deverá apresentar declaração formal de indisponibilidade, nos termos do art. 9º, §3º, da Portaria PGR/MPF nº 971/2024, ficando responsável pela veracidade das informações prestadas.

4.1.1.3 Raça: manter o percentual **mínimo de 20%** de pessoas negras, de acordo com o que dispõem os arts. 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288/2010.

4.1.1.3.1. Para o cumprimento do disposto neste item, a fim de minimizar o impacto social da implantação do sistema de cotas, será facultado à CONTRATADA o remanejamento de funcionários ou a substituição desses em decorrência de dispensa voluntária ou demissão por justa causa.

4.1.1.4 A implementação de cotas sociais não implica, necessariamente, a demissão de profissionais já alocados em contratos existentes. O processo deve ocorrer de forma gradual, possibilitando a substituição por novos funcionários que se enquadrem conforme disposto no contrato.

4.1.1.5 Destinar vagas a serem preenchidas por beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de necessidades especiais habilitadas, em percentual preestabelecido, obedecendo aos dispositivos do art. 93 da Lei nº 8.213/1991 e do Decreto nº 3.298/1999;

4.1.1.6 Não lançar mão, em hipótese alguma e sob quaisquer de suas formas, de



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

critérios preconceituosos ou discriminatórios, por ocasião da admissão ou do desligamento dos seus empregados, observando, em todos os casos, os preceitos de responsabilidade social.

4.1.1.7 Não explorar trabalho infante-juvenil, em atenção ao que dispõe o art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988, o Capítulo IV, Título III, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Decreto nº 5.452/1943, de 1º de maio de 1943, os arts. 60 a 69 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990, de 19 de julho de 1990, e o Decreto nº 6.841/2008, de 12 de junho de 2008, que regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

4.1.1.8 Não praticar, de qualquer forma, ações relacionadas com o trabalho análogo ao de escravo ou ao tráfico de pessoas para esse fim, conforme arts. 149, 203 e 207 do Código Penal.

4.2 Sustentabilidade

4.2.1 É de responsabilidade da CONTRATADA a disposição final responsável e ambientalmente adequada dos resíduos de quaisquer naturezas, após o uso, em observância à Logística Reversa disposta no art. 33 da Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, obedecendo ao disposto na Norma Brasileira ABNT NBR 10004:2004 e em conformidade com o respectivo acordo setorial, regulamento expedido pelo Poder Público ou termo de compromisso;

4.2.2 Os equipamentos deverão ser compatíveis com as instalações elétricas disponíveis nas dependências do CONTRATANTE e mantidos em perfeitas condições de funcionalidade, de modo a evitar acidentes e prejuízos às instalações físicas e/ou elétricas do CONTRATANTE. Deverão, ainda, ser de reduzido consumo de energia e possuir fiação elétrica segura e em tamanho suficiente para seu uso adequado;

4.2.3 A empresa CONTRATADA deverá primar em verificar a possibilidade de reaproveitamento de material, cuidados no armazenamento e guarda destes e evitar o desperdício;

4.2.4 Promover a Guarda sustentável dos insumos, gerenciar a utilização de materiais perecíveis;



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

4.2.5 O item 10.2 Obras do Guia de Contratações Sustentáveis do MPF retrata a conscientização que se espera da empresa CONTRATADA.

“Obras ou serviços de engenharia visam à manutenção ou à criação de um bem imóvel. Em regra, a sua execução implica diretamente na geração de resíduos, que devem ser minimizados, ou ter destinação adequada, com o fim de mitigar possíveis danos ambientais.

Para tal, quatro premissas básicas devem ser seguidas:

- aproveitamento e reaproveitamento de recursos locais da obra;
- redução dos resíduos gerados;
- gerenciamento do resíduo na obra; e.
- destinação correta dos resíduos”.

4.2.6 Cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas internas da Procuradoria-Geral da República relativa à segurança e proteção ambiental;

4.2.7 Atender, no que lhe couber, as disposições previstas na Lei nº 12.305/2010, de 02 de agosto de 2010, (Política Nacional dos Resíduos Sólidos), e no Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que a regulamenta; sob pena de, independentemente da existência de culpa, ser obrigada a reparar eventuais danos causados, sem prejuízo das sanções cíveis e penais previstas em lei, em especial daquelas fixadas na Lei 9.605/1998, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências;

4.2.8 Proceder ao recolhimento de todos os resíduos descartados, promovendo sua destinação final ambientalmente adequada, de acordo com a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, o Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, e a política de descarte do CONTRATANTE;

4.2.9 Proceder ao recolhimento dos resíduos recicláveis descartados, de forma seletiva, bem como de pilhas, baterias e lâmpadas, conforme a Resolução Conama nº 424, de 22 de abril de 2010, e a política de descarte do CONTRATANTE;

4.2.10 Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada e de energia elétrica, observadas as normas vigentes e a política socioambiental do órgão.

4.3 Da Subcontratação



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

4.3.1 Não será admitida a subcontratação da **mão de obra residente e não residente**, considerando que a prestação do serviço de gestão de mão de obra residente, por sua natureza, não demanda necessidade da sua subdivisão:

a) **Profissionais residentes 40h:** Supervisor Técnico, Encarregado, Auxiliar de Encarregado, Pedreiro, Pintor, Marceneiro, Serralheiro e Ajuadante.

b) **Profissional não residente 15h:** Técnico em Segurança do Trabalho.

4.3.2 É permitida a subcontratação para os **serviços extraordinários excepcionais** constantes no ~~item 3.1.3~~ **subitem 3.1.4**, de acordo com a necessidade da Administração.

4.3.3. É permitida a **subcontratação da mão de obra sob demanda**, caso o período do serviço a ser executado seja **menor do que 30 (trinta) dias**, ~~conforme consta no item 3.1.4.~~

4.3.4 As solicitações para subcontratações deverão ser submetidas previamente à fiscalização. Tal solicitação deverá discriminar o nome da empresa ou profissional, endereço, CNPJ ou CPF e os serviços que serão a elas subcontratados.

4.3.5 As empresas SUBCONTRATADAS deverão comprovar regularidade jurídica, fiscal, econômico-financeira e trabalhista previstas no Edital.

4.3.5.1. Nos termos do § 1º do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA apresentará à CONTRATANTE documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada pela fiscalização do Contrato.

4.3.6 A subcontratação de serviços que exijam responsabilidade técnica, somente poderá ser efetuada com empresas devidamente registradas no CREA, CAU ou outro Conselho Regional coerente com o serviço que pretenda executar.

4.3.7A eventual subcontratada deverá comprovar capacidade técnico operacional na proporção do que foi subcontratado.

4.3.8 A proposta de subcontratação deverá ser apresentada por escrito e, somente após a aprovação do CONTRATANTE, os serviços a serem realizados pela SUBCONTRATADA poderão ser iniciados.

4.3.9 Os serviços subcontratados, caso não satisfaçam os projetos e/ou as especificações,



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

serão impugnados pela Fiscalização, cabendo à CONTRATADA todo o ônus decorrente de sua reexecução direta ou por empresa devidamente qualificada, capacitada e de reconhecida idoneidade.

4.3.10 Os serviços especializados a cargo de diferentes empresas subcontratadas serão coordenados pela CONTRATADA de modo a proporcionar o atendimento harmonioso, em seu conjunto, permanecendo sob sua responsabilidade o cumprimento das obrigações contratuais.

4.3.11 A subcontratação de partes do objeto não libera a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades legais e contratuais;

4.3.12. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, bem como pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada. Responderá, também, perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.3.13. Nos termos do § 3º do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Ministério Público Federal ou com servidor público do MPF que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.3.14 O pagamento de tais serviços e materiais será processado junto com a medição mensal dos serviços.

4.3.15 Para os serviços subcontratados, será adotada a planilha de serviços e insumos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da construção civil- SINAPI do Distrito Federal e no Sistemas de Custos Referenciais de Obras- SICRO, vigente no mês da data de apresentação da proposta. O percentual de desconto apresentado pelos licitantes (quociente entre o valor global da proposta do licitante e o valor de referência da licitação com todos os itens, BDI e



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

etc), deverá incidir linearmente sobre os preços de todos os itens que compõem o grupo e os insumos das tabelas SINAPI e SICRO.

4.3.15.1 As tabelas de referência serão aquelas da data do orçamento-base estimado para licitação (Relatório de Insumos e Composições - junho/2025 - SEM DESONERAÇÃO, publicado em julho de 2025), em caso de prorrogação contratual, as vigentes na data da formalização dos respectivos termos aditivos.

4.3.15.2 Os reajustes que a CONTRATADA fizer jus durante a vigência do Contrato serão objeto de preclusão a cada anualidade da data-base mencionada no caput desta cláusula, com a assinatura de prorrogação contratual ou com o encerramento do Contrato, caso não haja solicitação tempestiva.

4.3.16. Cabe frisar que os insumos constantes da tabela SINAPI fazem parte de banco de preços mantido pela Caixa Econômica Federal em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística– IBGE e reflete a mediana dos custos de materiais e serviços praticados nas capitais das unidades federativas, sendo também desnecessário pesquisa de mercado. Com relação à tabela SICRO, é uma ferramenta fundamental criada e mantida pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) no Brasil. Seu principal objetivo é fornecer referenciais de custos detalhados para a elaboração e análise de orçamentos de obras de infraestrutura de transportes, e serve como um guia técnico e de preços para diversos fins no âmbito das obras públicas. -[Tabela SINAPI DF JULHO 2025](#); [Tabela SICRO DF 2025](#).

4.3.17. Deverão ser incluídos os custos referentes ao fornecimento de materiais, peças, acessórios ou componentes quando não puderem ser fornecidos pela CONTRATANTE ou não constarem na lista de materiais de reposições e adequações;

4.3.18. Sempre que exigido, a CONTRATADA obrigar-se-á a registrar a ART– Anotação de Responsabilidade Técnica – dos serviços realizados, apresentando à Fiscalização o comprovante de registro e quitação. O custo do registro será reembolsado pela CONTRATANTE;

4.3.19. Os serviços subcontratados somente serão considerados executados mediante a aprovação de todas as etapas pela Fiscalização, incluídas a retirada dos entulhos e materiais



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

inservíveis, a reconstituição das partes danificadas, se for este o caso, bem como a completa limpeza das áreas afetadas.

4.4 Do Consórcio

4.4.1 Não será admitida a participação de empresas em regime de consórcio.

Considerando as características do objeto a ser contratado, especialmente quanto ao vulto e à baixa complexidade dos serviços a serem prestados, conclui-se que a execução integral poderá ser plenamente atendida por uma única empresa, sem que haja necessidade de cooperação ou especialização conjunta de múltiplas empresas.

4.4.2 Apesar da abrangência dos sistemas a serem atendidos, o contrato previsto possui escopo rotineiro de manutenção predial e operacional, sem apresentar vulto econômico ou técnico que exceda a capacidade de empresas individualmente atuantes no mercado. A experiência da Administração com contratações anteriores demonstra que é comum e viável encontrar empresas especializadas que atendam integralmente o objeto com estrutura própria, inclusive no fornecimento de mão de obra qualificada, materiais de consumo, peças de reposição, ferramentas e equipamentos.

4.4.3 A contratação em questão trata de um objeto de pouca complexidade com relação às empresas habilitadas para sua execução. A realidade do mercado atual demonstra a existência de várias empresas especializadas nesse ramo, conforme consta no RELATÓRIO CLDE/SA - PGR-00478921/2024 (documento 133 do PGEA - 1.00.000.005960/2023-13) que culminou na contratação vigente do TC 66/2024. Neste pregão 22(vinte e duas) empresas foram habilitadas para participar do processo licitatório.

4.5 Garantia da contratação

4.5.1 Será exigida a garantia da contratação de que trata o art. 96, § 1º da Lei nº 14.133/2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, cabendo-lhe optar por uma das modalidades:

4.5.2 No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer em até 1 (um) mês contado da homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

4.5.3 A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato.

4.5.4 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4.6 Vistoria

4.6.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é facultada e recomendada para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao licitante o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim.

4.6.2. A vistoria deverá ser agendada no telefone (61) 3105.6567, das 13h00 às 17h00, ou pelo e-mail pgr-sea@mpf.mp.br, no mínimo com 1 (um) dia de antecedência, e ser realizada até 1 (um) dia útil antes da realização da licitação, no horário das 13h00 às 17h00.

4.6.3. Na vistoria serão sanadas as dúvidas porventura existentes, não cabendo nenhuma alegação posterior por desconhecimento das condições locais.

4.6.4. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.6.5. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.6.6. O licitante deve comprometer-se a manter sigilo sobre todas as informações a que tiver acesso em decorrência da visita.

4.6.7. O licitante fará jus ao recebimento de um Comprovante de Vistoria emitido pela CONTRATANTE.

4.6.8. Independentemente de o licitante optar ou não pela realização da vistoria, o licitante deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação – conforme modelo ANEXO J deste termo de referência.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

4.6.9 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.7 Requisitos legais

4.7.1 A manutenção em sistemas prediais é uma obrigação legal, conforme prescrito nas seguintes legislações:

4.7.1.1 Norma ABNT NBR 5674:2012, que estabelece os requisitos para a gestão do sistema de manutenção de edificações, destacando-se o trecho: “Esta norma estabelece os requisitos para a gestão do sistema de manutenção de edificações”.

4.7.1.2 A gestão do sistema de manutenção inclui meios para:

- a) Preservar as características originais da edificação;
- b) Prevenir a perda de desempenho decorrente da degradação dos seus sistemas, elementos ou componentes.

4.7.2 Diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público estabelecidas pela Lei nº 13.425, de 30 de março de 2017.

4.7.3 Fazem parte da presente especificação, no que forem aplicáveis, as normas dos fabricantes, bem como as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e a legislação aplicável que deverão ser obedecidas rigorosamente:

4.7.4 Às normas, especificações técnicas e rotinas constantes do presente documento;

4.7.5 Às prescrições, recomendações e manuais dos fabricantes relativos ao emprego, uso, transporte e armazenagem do produto;

4.7.6 Às normas técnicas mais recentes da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia);

4.7.7 Às disposições legais federais, estaduais e municipais pertinentes;

4.7.8 Aos regulamentos do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal;

4.7.9 Às normas técnicas específicas, se houver;



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

4.7.10 Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT ou para melhor complementar os temas previstos por essas;

4.7.11 À Portaria MARE nº 2.296/97 e atualizações – Práticas (SEAP) de Projetos, de Construção e de Manutenção;

4.7.12 Às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial as seguintes:

4.7.12.1 NR-6: Equipamentos de Proteção Individual – EPI;

4.7.12.2 NR-7: Programa de controle médico de saúde ocupacional;

4.7.12.3 NR-9: Programa de prevenção de riscos ambientais;

4.7.12.4 NR-18: Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;

4.7.12.5 NR-33: Trabalho em ambiente confinado;

4.7.12.6 NR-35: Trabalho em altura;

4.7.12.7 Resolução CONFEA nº 1137 de 31/03/2023 (ART);

4.7.12.8 A Resolução CAU nº 91/2014 (RRT).

4.7.13 Normativos que disciplinam os serviços a serem contratados, de acordo com a sua natureza:

4.7.13.1 Lei 14.133/2021.

4.8 Insalubridade e periculosidade

4.8.1. Até **60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

4.8.1.1 **Laudo técnico** que indique a continuidade do direito de percepção ou não dos adicionais de insalubridade e periculosidade. Deverão ser observadas as normas Regulamentadoras nº 15 e 16 do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) e a legislação previdenciária: Decretos nº 3.048/1999 e 10.410/2020; Instrução Normativa nº 77/2015/INSS e outras normas necessárias.

4.8.1.2 O laudo servirá para cumprir o que exige a legislação previdenciária, nos termos do art. 58, § 3º, da Lei 8.213/91, alterado pela Lei 9.528/97 que reza o seguinte: “A



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

empresa que não mantiver laudo técnico atualizado com referência aos agentes nocivos existentes no ambiente de trabalho de seus trabalhadores ou que emitir documento de comprovação de efetiva exposição em desacordo com o respectivo laudo estará sujeita à penalidade prevista no art. 133 desta Lei”.

4.8.1.3 O laudo técnico deverá conter pelo menos o local de exercício e o tipo de trabalho realizado, além do agente nocivo à saúde ou o identificador do risco, o grau de agressividade ao homem, especificando o limite de tolerância conhecida quanto ao tempo de exposição ao agente nocivo e a verificação do tempo de exposição do prestador aos agentes agressivos.

4.8.1.4 Deverá constar no laudo técnico a classificação dos graus de insalubridade com os respectivos percentuais aplicáveis ao local ou atividade objeto de exame.

4.8.1.5 O Laudo deverá apresentar as medidas corretivas necessárias para eliminar ou neutralizar o risco, ou proteger contra seus efeitos, se for o caso.

4.8.1.6 Os laudos técnicos de INSALUBRIDADE deverão seguir as recomendações abaixo:

4.8.1.6.1 A CONTRATADA deverá submeter à aprovação da Fiscalização, previamente, os documentos que comprovem que o responsável pela realização do laudo técnico está habilitado e atende aos requisitos do art. 195 da CLT;

4.8.1.6.2 Os laudos deverão ter descrições individuais de atividades (por categorias de postos de trabalho);

4.8.1.6.3 Os laudos, após conclusão, deverão ser entregues à Fiscalização para análise;

4.8.2 Os certificados de calibração dos equipamentos que serão utilizados nas avaliações quantitativas deverão ser emitidos por empresas acreditadas pelo INMETRO e com registro na RBC – Rede Brasileira de Calibração, acompanhados do número de credenciamento e deverão ser apresentados no início dos trabalhos à Fiscalização para análise e validação;

4.8.3 Os relatórios das avaliações quantitativas emitidos pelos equipamentos e os



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

resultados das medições emitidas pelos laboratórios deverão ser entregues em anexo e na mesma encadernação dos Laudos Técnicos, juntamente com a ART registrada no CREA;

4.8.4 As datas das avaliações quantitativas deverão ser informadas previamente à Fiscalização que poderá dispor de membro para acompanhar o serviço;

4.8.5 Devem-se utilizar as metodologias da FUNDACENTRO, bem como os Limites de Exposição de Tolerância apresentados pela NR-15;

4.8.6 A empresa responsável pela elaboração dos laudos deverá verificar o tempo de exposição diário dos empregados aos riscos, bem como a quantidade de produto manuseado. Para tanto será exigida a permanência do profissional responsável pela elaboração dos documentos, por um período mínimo de 04 (quatro) horas em cada frente de serviço;

4.8.7 A empresa contratada deverá avaliar quantitativamente os riscos químicos utilizando metodologia na NIOSH (National Institute for Occupational Safety and Health);

4.8.8 As avaliações quantitativas dos agentes químicos deverão ser realizadas com amostradores ativos, e com medidor passivo quando for devidamente especificado, e deverão ser enviadas para laboratórios certificados pelo INMETRO.

5 – EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 O **regime de execução da contratação será misto** (empreitada por preço unitário e por preço global).

5.1.1 A **empreitada por preço global** (preço certo e total), conforme art. 6º, XXIX, da Lei nº 14.133, de 2021 para o **item 1** da tabela A do **subitem 9.1** do TR;

5.1.2 A **empreitada por preço unitário** (preço certo de unidades determinadas), conforme art. 6º, XXVIII, da Lei nº 14.133, de 2021 para os **itens 2 a 8**, respectivamente, das tabelas B a G do **subitem 9.1** do TR.

5.2 Condições de execução

5.2.1 A prestação dos serviços deverá ter início em data estipulada na Ordem de Início dos



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

Serviços.

5.3 Local da prestação dos serviços

5.3.1 Os serviços deverão ser executados nas dependências da Procuradoria-Geral da República, situada na SAF Sul Quadra 04, Conjunto C – Ed. Procuradoria-Geral da República e nos anexos e representações, conforme endereços abaixo:

- 5.3.1.1 Edifício Anexo II- situado Setor de Garagens Oficiais Norte, Quadra 01 Lote 175;
- 5.3.1.2 Edifício Anexo III situado Setor Autarquias Sul, Quadra 03, Bl J;
- 5.3.1.3 Imóveis funcionais localizados em Brasília – DF e sob a responsabilidade da Secretaria de Administração do MPF;
- 5.3.1.4 Dependências das representações do MPF junto: à Câmara dos Deputados - Anexo IV, 7º andar, sala 72 – Esplanada dos Ministérios; ao Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior Eleitoral, em Brasília – DF, e ainda em outros que venham a ser incorporados ao patrimônio do CONTRATANTE.

6 – GESTÃO DO CONTRATO

6.1 Disposições gerais

6.1.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.2 As comunicações entre o contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.3 O CONTRATANTE poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.4 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o CONTRATANTE poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.2. Preposto

6.2.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado. O Preposto representará administrativamente a CONTRATADA sempre que for necessário.

6.2.2. O Preposto não poderá fazer parte da lista de profissionais que ocupam postos de trabalho, como mão de obra residente ou não residente, constantes no contrato.

6.2.3. O Preposto deverá estar apto a:

6.2.3.1 Esclarecer as questões relacionadas à execução do contrato;

6.2.3.2 Responder pela Supervisão técnica e administrativa do contrato, incluindo pessoal, equipamentos, materiais e acessórios;

6.2.3.4 3 Responder por todos os serviços executados e em execução;

6.2.3.5 4 Responder pelo cumprimento dos prazos estabelecidos;

6.2.3.6 5 Promover a anotação, registro, aprovação e outras exigências dos órgãos competentes com relação aos serviços, responsabilizando-se por todos os ônus daí decorrentes;

6.2.3.7 6 Orientar, acompanhar e fiscalizar os empregados e na utilização do sistema de ponto eletrônico instalado nas dependências da CONTRATANTE, pela CONTRATADA.

6.3. Rotinas de Fiscalização

6.3.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.4. Fiscalização Técnica

6.4.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

resultados para a Administração. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, VI);

6.4.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, II);

6.4.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, III);

6.4.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, IV);

6.4.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, V);

6.4.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, VII).

6.4.7. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), **conforme previsto no ITEM 7** deste termo de referência, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

6.4.8. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.4.9 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no contrato.

6.4.10. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

6.4.11. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.4.12. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei n. 14.133/2021. (IN 05/17 - art. 62)

6.4.13. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso. (art. 47, §2º, IN 05/2017)

6.4.14 A fiscalização da execução dos serviços abrange, as rotinas contidas nas tabelas 02 e 04 do Anexo A deste Termo de Referência.

6.4.15 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.4.16 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso,



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos neste termo de referência, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

6.5. Fiscalização Administrativa

6.5.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, I e X).

6.5.1.1 Nos termos dos artigos 6º e 6º-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, caberá ao fiscal administrativo do contrato realizar consulta prévia ao Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN, como condição para celebração de quaisquer termos aditivos ao contrato.

6.5.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, XII).

6.5.3. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.5.4. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.5.4.1 No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.5.4.1.1 Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

serviços, quando for o caso;

6.5.4.1.2 Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.5.4.1.3 Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços.

6.5.4.2 Entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):

6.5.4.2.1 Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.5.4.2.2 certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

6.5.4.2.3 Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.5.4.2.4 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.5.4.3. Entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.5.4.3.1 Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;

6.5.4.3.2 Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.5.4.3.3 Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.5.4.3.4 Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

6.5.4.3.5 Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

6.5.4.4 Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.5.4.4.1 Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.5.4.4.2 Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.5.4.4.3 Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.5.4.4.4 Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.5.4.5. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 6.5.4 deverão ser apresentados.

6.5.5 A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.5.6 A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.5.7 O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.5.8. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.5.9 Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

cumprimento das obrigações previstas neste item.

6.5.10 Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.5.11 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.5.12 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.

6.5.13 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.5.14 A Administração contratante poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.5.15 Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.5.16 Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.5.17 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.5.18 Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Contratada.

6.5.19 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.5.20 A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.5.21. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.5.22. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

6.5.23 A CONTRATADA deverá entregar ao fiscal do contrato, no **prazo de até 60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data da ordem de serviço, e sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, conforme as Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego, o PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) e o GRO (Gerenciamento de Riscos Ocupacionais), este último deverá conter o PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos).

6.6 Gestor do Contrato

6.6.1 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 16, IV).

6.6.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 16, II).

6.6.3 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 16, III).

6.6.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 16, VII).

6.6.5 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 16, VIII) e Portaria PGR/MPU nº 178, de 13 de setembro de 2023, que regulamentou o processo de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aos licitantes e contratados, no âmbito do Ministério Público da União.

6.6.6 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 16, V).

6.6.7 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

7 – CRITÉRIO DE MEDIÇÃO DOS RESULTADOS, RECEBIMENTO, FATURAMENTO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, dar-se-á da seguinte forma:

7.1.1 Para efeito de aplicação de glosas são atribuídos graus e respectivos percentuais incidentes às falhas, os quais incidirão sobre o valor contratual mensal vigente conforme tabela de graduação abaixo:

GRAU	1	2	3	4
Glosa (%)	0,5%	0,7%	1%	2%

7.1.2 A pontuação será aferida através de registros (falhas) levantados pela fiscalização do contrato e reclamações feitas pelos servidores e prestadores do órgão, após a apuração das ocorrências junto à CONTRATADA.

7.1.2.1 Apurada a desconformidade na prestação dos serviços será executada uma glosa em percentual, pelo grau e número de incidências das falhas conforme tabela abaixo:

Item	Falhas	Grau	Incidência
01	Não entregar documentos e laudos no prazo estabelecido sem apresentar justificativa.	1	Por documento
02	Não iniciar ou concluir uma OS no prazo estabelecido, sem apresentar justificativa.	1	Por OS
03	Não manter as ferramentas e equipamentos nas quantidades especificadas neste termo e em condições adequadas de uso e funcionamento, sem justificativa.	2	Por ocorrência
04	Não fornecer materiais/componentes do sistema solicitados pelo CONTRATANTE no prazo estabelecido sem apresentar justificativas.	3	Por ocorrência
05	Fornecer informações falsas em relação à prestação dos serviços.	3	Por ocorrência
06	Não pagar os funcionários ou não entregar os auxílios transporte no valor devido e refeição no prazo legal.	4	Por ocorrência



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

07	Não apresentar ou repor prestadores de serviço no prazo estipulado, sem justificativa.	4	Por ocorrência
08	Não fornecer uniformes e EPIs aos funcionários conforme estipulado neste termo.	3	Por ocorrência
09	Não realizar manutenção para a solução de problema que cause a indisponibilidade ou inoperabilidade dos sistemas sem apresentar justificativa.	4	Por ocorrência
10	Deixar de responder às comunicações da Contratante no prazo estabelecido.	4	Por ocorrência

7.1.3 O período de avaliação das desconformidades será o mesmo da parcela / medição dos serviços prestados a serem pagos à CONTRATADA, quando será apurada a soma dos percentuais decorrente das desconformidades descritas no subitem anterior.

7.1.4 Apurado desconformidades, o fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA relatório detalhado dos registros. A CONTRATADA terá 3 (três) dias úteis para apresentar justificativas para as desconformidades, as quais serão analisadas e respondidas pela CONTRATANTE.

7.1.5 O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

7.1.6 As justificativas para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

7.1.7 Durante os primeiros **60 (sessenta) dias** de contrato, a título de carência, para que a CONTRATADA efetue os ajustes necessários à correta execução dos serviços, não serão aplicadas glosas. A carência a que se refere este subitem não será válida em caso de renovação contratual.

7.1.8 No caso de não aplicação da glosa em razão de intempestividade na avaliação das justificativas, quando concluída a análise e persistindo o entendimento de que deve ser aplicado o IMR para glosa, esta deverá ser efetuada no pagamento da próxima fatura

7.1.9 A aplicação das glosas decorrentes do não cumprimento do IMR acordado é cumulativa e não prejudica a aplicação das sanções a que a CONTRATADA esteja sujeita pelo não cumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços, nos termos



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

previstos em lei.

7.1.9.1 O limite para aplicação das glosas previstas no Índice de Medição de Resultados (IMR) é de 10% do valor mensal do contrato.

7.2 Do Recebimento

7.2.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **até o 5º dia útil do mês subsequente à prestação do serviço**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, XIII):

7.2.2 O **recebimento provisório** pelos fiscais técnico e administrativo **ocorrerá** mediante relatório circunstanciado, elaborado pela fiscalização do contrato e encaminhado ao gestor do contrato, com registro, análise e conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, visando:

7.2.2.1 Apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados;

7.2.2.2 Verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior.

7.2.3 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.2.4 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.2.5 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.2.6 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

7.2.6.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.2.6.2 o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.2.7 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.2.8 Os serviços serão **recebidos definitivamente** no prazo de **10 (dez) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.2.8.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos (Instrumento de Medição de Resultado - IMR), e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.2.8.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.2.8.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.2.8.4 Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

7.2.8.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.2.9 As providências pertinentes às áreas de fiscalização e gestão contratual para envio dos autos para pagamento deverão ocorrer **até o dia 25 do mês de emissão do documento fiscal**, antecipando-se para o dia útil anterior em caso de final de semana ou dia não útil, para cumprimento dos prazos da Instrução Normativa RFB Nº 2237, de 04 de dezembro de 2024.

7.2.10 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7.2.11 Não será efetuado o ateste da última prestação de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas nos procedimentos de recebimento. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.2.12 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.2.13 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.2.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.3 Do Faturamento

7.3.1 A CONTRATADA deverá apresentar fatura ou Nota Fiscal devidamente discriminada, em nome da Secretaria de Administração do MPF, CNPJ nº 26.989.715/0050-90, emitida em até **02 (dois) dias úteis contados da comunicação do CONTRATANTE** referente ao mês subsequente ao da prestação dos serviços.

7.3.2 A CONTRATADA deverá apresentar **a partir do primeiro dia útil do mês** subsequente ao da prestação dos serviços os seguintes documentos para conferência:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

7.3.2.1 Folha de Pagamento e respectivos comprovantes de pagamentos individualizados aos empregados, referentes ao mês da prestação dos serviços.

7.3.2.2 Guias de Recolhimento do FGTS (GRF), referente ao mês anterior ao da prestação dos serviços;

7.3.2.3 Guia do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP com todos os relatórios do Sistema SEFIP, referente ao mês anterior ao da prestação dos serviços:

7.3.2.3.1 Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pelo Conectividade Social;

7.3.2.3.2 Relação dos Trabalhadores constantes no arquivo SEFIP, por Modalidade – Tomador/Obra;

7.3.2.3.3 Relação dos Trabalhadores constantes no arquivo SEFIP – Resumo do Fechamento Empresa – FGTS;

7.3.2.3.4 Relação de Tomador/Obra – RET (do Tomador/Obra e Resumo Empresa);

7.3.2.3.5 Resumo das Informações à Previdência Social constantes no arquivo SEFIP – Tomador de Serviços/Obra;

7.3.2.3.6 Comprovante de declaração das contribuições a recolher à Previdência Social constantes no arquivo SEFIP – Tomador de Serviços/Obra.

7.3.2.4 Guia de Recolhimento da Previdência Social (GPS), referente ao mês anterior ao da prestação dos serviços; observada a obrigatoriedade de fornecer a relação nominal dos empregados a que se referem os recolhimentos.

7.3.2.5 Demonstrativo de enquadramento de CNAE Preponderante, RAT – Riscos Ambientais de Trabalho e FAP – Fator Acidentário de Prevenção, referente ao mês da prestação dos serviços.

7.3.2.6 Relatórios que comprovem a concessão dos direitos de alimentação, transporte e outros benefícios estipulados na convenção coletiva de trabalho, referente ao mês



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

subsequente ao da prestação dos serviços.

7.3.2.7 Registros de pontos dos empregados, referente ao mês da prestação dos serviços.

7.3.2.8 Certificado de Regularidade do FGTS, Certidão específica quanto a inexistência de débito de contribuições junto ao INSS, Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, conforme Decreto nº 6.106/2007, e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei nº 12.440/2011, Certidão de Débitos Relativos a Tributos Municipal e Distrital.

7.3.2.9 Comprovantes dos pagamentos das férias, 13º salários e das verbas rescisórias, quando ocorrerem.

7.3.3 Quando da emissão da fatura ou nota fiscal, a CONTRATADA deverá destacar, após a descrição dos serviços, a importância referente à retenção da Contribuição Social, a título de “Retenção para a Seguridade Social”, bem como a importância referente à retenção do Imposto sobre Serviços, a título de “ISS a ser recolhido por substituição tributária”, conforme legislação vigente.

7.3.3.1 A inexistência do destaque de que trata o subitem anterior não impede a retenção por parte do CONTRATANTE.

7.3.3.2 Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais.

7.3.4 Serão deduzidos dos créditos da CONTRATADA os valores relativos a multas e juros de mora de tributos e contribuições sociais, decorrentes de entrega de faturamento em atraso.

7.3.5 A CONTRATADA deverá faturar em separado os serviços **extraordinários excepcionais** efetivamente prestados, cujos valores deverão corresponder ao estipulado na sua proposta de preços. A esse resultado serão acrescidos encargos sociais, taxa de administração e de lucro, bem como os tributos incidentes previstos na planilha de custos e formação de preços.

7.3.6 Caso os serviços **extraordinários excepcionais** sejam realizados aos sábados, domingos e feriados, os auxílios-alimentação e transporte ficarão sob o encargo da



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

CONTRATADA, que deverá apresentar comprovantes de entrega ao CONTRATANTE, junto com a fatura ou nota fiscal.

7.3.7 O faturamento referente ao fornecimento de materiais ocorrerá conforme subitem 3.2.3 deste Termo de Referência.

7.4 Condições de Pagamento:

7.4.1 O pagamento à CONTRATADA será efetuado, em moeda nacional, **no prazo de até 10 (dez) dias corridos** a contar do atesto da Fatura/Nota Fiscal, por meio de depósito em conta-corrente, mediante Ordem Bancária.

7.4.2 A liberação para pagamento da fatura ou nota fiscal ficará condicionada ao atesto dos serviços (recebimento definitivo) pelo do Gestor do Contrato.

7.4.3 O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

7.4.4 Qualquer atraso acarretado por parte da CONTRATADA na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.

7.4.5 Para efeito de pagamento, considerar-se-á paga a fatura na data da emissão da Ordem Bancária.

7.4.6 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pelo CONTRATANTE, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

$I = (TX/100)$, assim apurado: $I = (6/100)$ $I = 0,00016438$

365 365

Em que:

I = Índice de atualização financeira;



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso.

7.4.7 No pagamento do(s) serviço(s) descrito(s) na Nota Fiscal, será verificada a pertinência da retenção do Imposto sobre a Renda (IR), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (CONFINS) e Contribuição para o PIS/PASEP, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. Ademais, a retenção do Imposto Sobre Serviços (ISS) e da previdência social (INSS) ocorrerá desde que esteja prevista em regulamento que se aplique ao caso.

7.4.8 O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS poderá ensejar o depósito em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.4.9 A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos empregados alocados nas dependências do CONTRATANTE, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.4.10 O pagamento da última fatura do contrato somente ocorrerá após a entrega das rescisões do contrato de trabalho devidamente homologadas pelo Sindicato da Categoria ou a comprovação de remanejamento dos empregados para outro tomador de serviços.

7.4.11 A fatura mensal poderá sofrer glosas, conforme o disposto no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

7.4.12 O pagamento referente às despesas com o fornecimento de materiais ocorrerá conforme subitem 3.2.3 deste Termo de Referência.

8 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta



Procuradoria
Geral da
República

SAF Sul, Quadra 4, Conjunto C - CEP 70050-900 - Brasília-DF
Tel. (61) 3105-5860 - pgr-licitacao@mpf.mp.br



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

8.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO DO GRUPO ÚNICO**.

8.2 Exigências de habilitação

8.2.1 Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, deverão ser observados os requisitos exigidos no Edital de Licitação.

8.3 Qualificação Econômico-Financeira

8.3.1 Para fins de qualificação econômica, deverão ser observados os requisitos exigidos no Edital de Licitação.

8.4 Qualificação Técnica

Remetido para o edital

9 – ESTIMATIVA DO PREÇO

9.1 A proposta deverá ser apresentada com as quantidades, preço unitário e total, em moeda nacional, já consideradas todas as despesas diretas e indiretas com materiais, mão de obra, cumprimento das leis sociais, fiscais, tributárias, previdenciárias e trabalhista, transporte, taxas, seguros e demais valores e encargos necessários à perfeita execução do objeto, conforme o seguinte:

A-Planilha de valores de PROFISSIONAIS RESIDENTES					
ITEM 1	PROFISSIONAIS RESIDENTES	Quantitat ivo	Valor Máximo Unitário Mensal (R\$)	Valor Máximo Total Mensal (R\$)	Valor Máximo Total Anual (R\$)
1.1	SUPERVISOR TÉCNICO 40h	1	28.234,48	28.234,48	338.813,76
			30.139,04	30.139,04	361.668,48
1.2	ENCARREGADO 40h	1	12.106,00	12.106,00	145.272,00
			13.091,61	13.091,61	157.099,32
1.3	AUXILIAR DE ENCARREGADO 40h	1	7.440,18	7.440,18	89.282,16
			7.916,05	7.916,05	94.992,60



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

1.4	PEDREIRO 40h	2	8.456,49 9.419,10	16.912,98 18.838,20	202.955,76 226.058,40
1.5	PINTOR 40h	6	8.456,49 9.419,10	50.738,94 56.514,60	608.867,28 678.175,20
1.6	MARCENEIRO 40h	4	8.456,49 9.419,10	33.825,96 37.676,40	405.911,52 452.116,80
1.7	SERRALHEIRO 40h	1	8.456,49 9.419,10	8.456,49 9.419,10	101.477,88 113.029,20
1.8	AJUDANTE 40h	13	6.789,19 7.638,75	88.259,47 99.303,75	1.059.113,64 1.191.645,00
A: Subtotal do Item 1 Anual (R\$):		29	-	245.974,50 272.898,75	2.951.694,00 3.274.785,00

B – Planilha de valores de PROFISSIONAIS NÃO RESIDENTES					
ITEM 2	PROFISSIONAIS	Disponibilidade (horas mensais) (A)	Valor Unitário Máximo / Hora (R\$) (B)	Valor Total Mensal Máximo R\$	Valor Total Anual Máximo (R\$) (AxBx12)
2.1	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	15	36,35 48,72	545,25 730,80	6.543,00 8.769,60
B: Subtotal do Item 2 Anual (R\$):					6.543,00 8.769,60

C – Planilha de valores de PROFISSIONAIS SOB DEMANDA				
ITEM 3	PROFISSIONAIS SOB DEMANDA	Quantitativo (horas anuais) (R\$) (A)	Valor Unitário Máximo / Hora (R\$) (B)	Valor Total Anual Máximo (R\$) (AxB)
3.1	MARCENEIRO	200	26,84 28,68	5.368,00 5.736,00
3.2	PINTOR	200	26,84 28,68	5.368,00 5.736,00
3.3	PEDREIRO	200	26,84	5.368,00



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

			28,68	5.736,00
3.4	AJUDANTE	400	18,21	7.284,00
			19,43	7.772,00
3.5	VIDRACEIRO	240	23,56	5.654,40
			25,11	6.026,40
C: Subtotal do Item 3 Anual (R\$):				29.042,40
				31.006,40

C1 – Planilha de valores Estimados de Vale Transporte e Auxílio Alimentação para PROFISSIONAIS SOB DEMANDA					
ITEM 4	PROFISSIONAIS SOB DEMANDA	*Quantitativo estimado de dias (R\$) (A)	Valor Vale Transporte Decreto nº 40.392/2020 (B)	Valor Auxílio Alimentação CCT- DF00004226/2 5 (C)	Valor Total Anual Máximo (R\$) A*(B+C)
4.1	MARCENEIRO	25	18,60	44,30	1.572,50
				46,38	1.624,50
4.2	PINTOR	25	18,60	44,30	1.572,50
				46,38	1.624,50
4.3	PEDREIRO	25	18,60	44,30	1.572,50
				46,38	1.624,50
4.4	AJUDANTE	50	18,60	44,30	3.145,00
				46,38	3.249,00
4.5	VIDRACEIRO	30	18,60	44,30	1.887,00
				46,38	1.949,40
C1: Subtotal do Item 4 Anual (R\$):					9.749,50
					10.071,90

* O quantitativo estimado de dias (A) foi baseado em 8 horas diárias de trabalho, assim, para as 200h anuais/8h = 25 dias, para as 400h anuais/8h= 50 dias e para as 240h anuais/8h= 30 dias.

D– Planilha de valores para fornecimento de MATERIAIS PARA REPOSIÇÕES E ADEQUAÇÕES – ANEXO B do TR.			
Item 5	Descrição/Especificação	Quantidade necessária no ano	Subtotal MÁXIMO Anual com BDI (Percentual máximo aceito de 14,02%)
5.1	Materiais para reposições e adequações, conforme Anexo B, do TR.	1	R\$ 872.746,18
			R\$ 873.982,04



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

D: Subtotal do Item 5 Anual (R\$):	R\$ 872.746,18 R\$ 873.982,04
---	--

E – Planilha de valores estimativos para fornecimento de MATERIAIS EXCEPCIONAIS				
Item 6	Descrição/ especificação	Quant. meses	Valor Unitário estimado	Valor Anual estimado
6.1	Materiais excepcionais conforme subitem 3.2.1.4 do TR.	12	R\$ 26.311,11	R\$ 26.311,11
E: Subtotal do Item 6 Anual (R\$):				R\$ 26.311,11

F – Planilha de valores estimativos para fornecimento de SERVIÇOS SOB DEMANDA				
Item 7	Descrição/ especificação	F1: Quant. Para 12 meses	F2: Valor Unit. Estimado MÁXIMO	F3: Subtotal Anual estimado (F1 x F2) MÁXIMO
7.1	Caçamba para remoção de entulho, com capacidade mínima de 5m³.	24	356,67 357,00	R\$ 8.560,00 R\$ 8.568,00
F: Subtotal do Item 7 Anual (R\$):				R\$ 8.560,00 R\$ 8.568,00

G – Planilha de valores estimativos para fornecimento de SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS EXCEPCIONAIS				
Item 8	Descrição/ especificação	F1 G1: Quant. Para 12 meses	F2 G2: Valor Unit. Estimado MÁXIMO	F3-G3: Subtotal Anual estimado (F1 x F2-G1 x G2) MÁXIMO
8.1	Serviços EXTRAORDINÁRIOS conforme subitem 3.3.14 3.1.4 do TR.	1	221.858,55	R\$ 221.858,55



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

G: Subtotal do Item 8 Anual (R\$):	R\$ 221.858,55
---	-----------------------

9.2 O valor total anual estimado desta contratação é de ~~R\$ 4.126.504,74 (quatro milhões, cento e vinte e seis mil, quinhentos e quatro reais e setenta e quatro centavos)~~ **R\$ 4.455.352,60** (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e dois reais e sessenta centavos).

9.2.1 Serão objeto de disputa o valor de ~~R\$ 4.090.444,13 (quatro milhões, noventa mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e treze centavos)~~ **R\$ 4.197.111,04** (quatro milhões, cento e noventa e sete mil, cento e onze reais e quatro centavos) resultante da soma dos valores anuais estimados para nas tabelas: ~~A— Planilha de valores de PROFISSIONAIS RESIDENTES, B— Planilha de valores de PROFISSIONAIS NÃO RESIDENTES, C— Planilha de valores de PROFISSIONAIS SOB DEMANDA, D— Planilha de valores para fornecimento de MATERIAIS PARA REPOSIÇÕES E ADEQUAÇÕES – ANEXO B do TR, F— Planilha de valores estimativos para fornecimento de SERVIÇOS SOB DEMANDA E G— Planilha de valores estimativos para fornecimento de SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS.~~

ITEM 1 – A – Planilha de valores de PROFISSIONAIS RESIDENTES;

ITEM 2 – B – Planilha de valores de PROFISSIONAIS NÃO RESIDENTES;

ITEM 3 – C – Planilha de valores de PROFISSIONAIS SOB DEMANDA;

ITEM 5 – D – Planilha de valores para fornecimento de MATERIAIS PARA REPOSIÇÕES E ADEQUAÇÕES – ANEXO B do TR; e

ITEM 7 – F – Planilha de valores estimativos para fornecimento de SERVIÇOS SOB DEMANDA.

9.2.2 O item 4 da tabela C1 (Vale Transporte e Auxílio Alimentação para PROFISSIONAIS SOB DEMANDA não fará parte da disputa para julgamento do menor preço, considerando ser valor estimado. Não obstante, todos os licitantes devem considerar em sua proposta final este valor estimado, assim, assegurando isonomia para o custo deste item.

9.2.2.1 O custo referente ao Vale Transporte e Auxílio Alimentação para PROFISSIONAIS SOB DEMANDA deverá ser encaminhado pela Contratada junto com a fatura



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

mensal. Esses valores serão validados após a apuração, pela fiscalização técnica, das horas e dos dias efetivamente trabalhados por tais profissionais.

9.2.3 O item 6 da tabela E (Materiais excepcionais) não fará parte da disputa para julgamento do menor preço, considerando ser valor estimado para o fornecimento de materiais excepcionais. Não obstante, todos os licitantes devem considerar em sua proposta final este valor estimado, assim, todos os licitantes terão isonomia para o custo deste item.

9.2.4 O ITEM 8 da tabela G (SERVIÇOS EXCEPCIONAIS) não fará parte da disputa para julgamento do menor preço, considerando ser valor estimado para o fornecimento de materiais excepcionais. Não obstante, todos os licitantes devem considerar em sua proposta final este valor estimado, assim, todos os licitantes terão isonomia para o custo deste item

9.3 Para composição das planilhas de custos e formação de preços deverão ser observados os percentuais para “encargos sociais e trabalhistas” e “tributos” indicados pelo CONTRATANTE. Caso a licitante apresente percentuais diferentes em suas planilhas deverá apresentar justificativas e as memórias de cálculo dos percentuais adotados.

9.4 Os valores apresentados na proposta da empresa **não poderão ser superiores** aos valores referenciados neste Termo de Referência, no entanto poderão sofrer redução de acordo com o lance oferecido no pregão.

9.5 As licitantes poderão utilizar o benefício de desoneração de mão de obra contido na Lei 14.973/2024 em suas planilhas, desde que se enquadrem nos critérios estabelecidos pela Lei.

9.6 As empresas licitantes devem indicar, quando da apresentação da sua respectiva proposta, a convenção ou o instrumento coletivo de trabalho que fundamentou os valores dos salários e demais benefícios.

9.6.1 Somente serão aceitas propostas das licitantes que adotarem na planilha de custos e formação de preços valor igual ou superior ao orçado pela Administração para a **soma dos itens de salário e auxílio-alimentação**, conforme entendimento disposto no item 9.2.2 do Acórdão 1207/2024 – Plenário do TCU. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário e auxílio-alimentação normativo previsto no instrumento coletivo aplicável, caso a soma desses



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

valores seja maior que a soma dos valores indicados pela Administração.

9.6.2 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem cada categoria profissional que executarão o serviço e as respectivas datas-bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

9.7 Os quantitativos mensais de vale-transporte e auxílio-alimentação serão fixos, devendo ser fornecidos 22 (vinte e dois) vales para uso de cada empregado da CONTRATADA, considerado o valor médio de 22 (vinte e dois) dias úteis mensais, não admitindo alteração no caso de jornada mensal menor ou maior de dias úteis no mês.

9.8 De modo a resguardar o interesse da Administração Pública, bem como buscar garantir a proteção do trabalhador terceirizado, **as empresas licitantes devem apresentar junto a sua respectiva proposta os documentos relacionados abaixo**, conforme jurisprudência do Tribunal de Contas da União - Acórdão 1207/2024 – TCU – Plenário:

~~a) Declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo de trabalho em que se baseia sua proposta;~~

~~b) Apresentação de cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;~~

a) Declaração informando o enquadramento sindical da empresa e a sua atividade econômica preponderante (*sindicado patronal cujo o enquadramento correspondente à sua atividade econômica, mesmo que a licitante não seja filiada – amparada pelo Artigo 8º da Constituição Federal*);

b) Justificativa para adoção do(s) instrumento(s) coletivo(s) de trabalho em que se baseia sua proposta;

c) Apresentação de cópia da **carta ou registro sindical do sindicato** a qual a empresa se declarou



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

estar enquadrada, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

9.8.1. Estão sujeitas às sanções previstas no art. 156, incisos III (impedimento de licitar e contratar) e IV (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar), da Lei 14.133/2021, as situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas;

9.8.2. Será de responsabilidade exclusiva da empresa contratada o cometimento de erro ou fraude no enquadramento sindical e o eventual ônus financeiro decorrente, por repactuação ou por força de decisão judicial, arcando exclusivamente pelo pagamento de diferenças salariais e de outras vantagens, ou ainda por intercorrências na execução dos serviços contratados, resultante da adoção de instrumento coletivo do trabalho inadequado;

9.8.3. Fica desde já estabelecido a aderência à convenção coletiva do trabalho à qual a proposta da licitante esteja vinculada para fins de atendimento à eventual necessidade de repactuação dos valores decorrentes da mão de obra, consignados na planilha de custos e formação de preços do contrato, em observância ao disposto no inc. II do art. 135 da Lei 14.133/2021;

9.8.4. Constitui motivo para extinção do contrato, nos termos do art. 137, inciso I, da Lei 14.133/2021, situação que se impõe à contratada a alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulta a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Pública, em cumprimento de decisão judicial.

9.9 As despesas com benefícios como Plano de Saúde, Assistência Odontológica, Seguro de Vida e Auxílio Morte/Funeral, ou outros de natureza similar, **não deverão ser incluídas na planilha de custos e formação de preços (PCFP).**

9.9.1 A Administração Pública não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

aplicam aos contratos com a Administração Pública ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, ou que, na essência, prevejam o benefício somente para os empregados terceirizados, independentemente de o tomador de serviços ser público ou privado, criando distinção indevida entre categorias profissionais, à luz do disposto no art. 135 da Lei nº 14.133/2021;

9.9.2 Conforme o Acórdão nº 1784/2024-TCU-Plenário, não serão aceitas propostas que contemplem custos para a Administração Pública referentes a benefícios cujas cláusulas de CCT sejam consideradas ilegais em sua origem;

9.9.3 Se uma licitante apresentar sua proposta incluindo tais benefícios com base em cláusulas de CCT consideradas ilegais em sua origem para a contratação pública, mesmo que o valor total não ultrapasse o máximo estimado, a Administração deverá solicitar que a empresa reformule sua proposta, retirando tais benefícios. A Administração não aceitará a proposta com esses benefícios, nem mesmo para pagamento por ressarcimento, pois aceitar qualquer forma de custeio para uma obrigação considerada ilegal em sua origem para o contrato público seria inconsistente com o Acórdão nº 1784/2024-TCU-Plenário.

9.10 Os feriados declarados em lei distrital serão considerados horários normais para execução da jornada diária de trabalho, cabendo à CONTRATADA o pagamento aos seus empregados de horas extras, auxílios, ou remuneração especial que fizerem jus, devendo este custo estar previsto na composição da planilha de preços e formação de custos da CONTRATADA.

9.11 Os valores descritos no **ANEXO B – Materiais para Reposições e Adequações** deste Termo de Referência encontram-se acrescidos do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) máximo de 14,02%, referencial médio definido no item 9.1 do Acórdão Nº 2622/2013-TCU-Plenário para mero fornecimento de materiais e equipamentos.

9.11.1 O **BDI a ser adotado na contratação deverá ser o ofertado na proposta da CONTRATADA**, obedecendo o percentual máximo de **14,02%**.

9.11.1.1 Na proposta da licitante vencedora deverá constar a composição do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) adotado.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

9.12. Os valores de **materiais excepcionais** deverão compor a proposta da licitante vencedora com valores iguais aos apresentados no **ITEM 6 – Tabela E** – Planilha de valores estimativos para fornecimento de MATERIAIS EXCEPCIONAIS.

9.13 Os valores referentes aos **serviços extraordinários excepcionais** deverão compor a proposta da licitante vencedora com valores iguais aos apresentados no ~~subitem 9.1~~ **item 8 – Tabela G** – Planilha de valores estimativos para fornecimento de SERVIÇOS **EXTRAORDINÁRIOS EXCEPCIONAIS**.

9.14 Postos de trabalho para a presente contratação

9.14.1 Para estimativa dos valores dos postos de trabalhos foram adotados os salários-bases referenciais das respectivas Convenções Coletivas de Trabalho, exceto o posto do Engenheiro Civil, cujo valor foi baseado na Lei 4950-A/66, (8,5 salários mínimos conforme determinação do CONFEA), sendo o valor estimado de **R\$ 12.903,00 R\$ 13.778,50** com o salário mínimo atual de **R\$ 1.518,00 R\$ 1.621,00**). Assim, seguem abaixo os valores referenciais para cada posto:

PROFISSIONAL RESIDENTE (CARGO)	CBO	SALÁRIO- BASE (R\$) (MENSAL)	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO - DIÁRIA (R\$)	JUSTIFICATIVA
SUPERVISOR TÉCNICO	2142-05	R\$ 12.903,00 R\$ 13.778,50	40,00 42,13	ADITIVO-CCT 2024/2025 -SENGE-DF-MTE- DF000626/2024- CCT 2025/2027SINAENCO/DF e SENGE/DMTE- DF000001/2026Data-base: 1º de maio
ENCARREGADO	7102-05	4.220,33 4.418,68	44,30 46,38	CCT 2025/2026—MTE: DF000042/2025 CCT 2025/2026 – MTE: SEAC/DF e SINDSERVIÇOS/DF MTE-DF000042/2025 2º Termo Aditivo MTE-DF000026/2026 Data-
AUXILIAR DE ENCARREGADO	4110-05	2.574,37 2.749,17	44,30 46,38	
MARCENEIRO	7711-05	2.574,37 2.749,17	44,30 46,38	
PINTOR	7166-10	2.574,37 2.749,17	44,30 46,38	



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PEDREIRO	7152-10	2.574,37	44,30	base: 1º de janeiro
		2.749,17	46,38	
SERRALHEIRO	7244-40	2.574,37	44,30	
		2.749,17	46,38	
AJUDANTE	7170-20	1.743,69	44,30	
		1.862,09	46,38	
VIDRACEIRO (SOB DEMANDA)	7163-10	2.256,76	44,30	
		2.409,99	46,38	

PROFISSIONAL NÃO RESIDENTE (CARGO)	CBO	SALÁRIO-BASE (R\$)	JUSTIFICATIVA
TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	3516-05	3.481,39 3.126,40	CCT 2024/2025—MTE: DF000250/2024 CCT 2025/2027 SINAENCO/DF e SINTEC/DF MTE- DF000537/2025 Data-base: 1º de maio

~~*NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: DF000042/2025— SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRABALHOS TEMPORARIO E SERVICOS TERCEIRIZAVEIS DO DF, CNPJ n. 00.438.770/0001-10 E SINDICATO DOS EMPR DE EMPR DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRAB TEMPORARIO, PREST SERVICOS E SERV TERCEIRIZAVEIS DO DF SINDISERVICOS/DF, CNPJ n. 00.530.626/0001-00, a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.~~

~~*NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: DF000250/2024 entre SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRABALHOS TEMPORARIO E SERVICOS TERCEIRIZAVEIS DO DF, CNPJ n. 00.438.770/0001-10, E SINDICATO DOS TECNICOS INDUSTRIAIS DE NIVEL MEDIO DO DF, CNPJ n. 01.006.908/0001-75: CLÁUSULA PRIMEIRA— VIGÊNCIA E DATA-BASE, As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de maio de 2024 a 31 de dezembro de 2025 e a data-base da categoria em 01º de maio.~~

~~**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: DF000626/2024 entre SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO DISTRITO FEDERAL, CNPJ n. 00.412.403/0001-48 e SIND NACIONAL EMPR ARQUITETURA E ENGENHARIA CONSULTIVA, CNPJ n. 59.940.957/0001-60: CLÁUSULA PRIMEIRA— VIGÊNCIA E DATA-BASE. As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de maio de 2023 a 30 de abril de 2025 e a data-base da categoria em 01º de maio.~~



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

*NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: **DF000042/2025** e 2º Termo Aditivo MTE-DF000026/2026- SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRABALHOS TEMPORARIO E SERVICOS TERCEIRIZAVEIS DO DF, CNPJ n. 00.438.770/0001-10 e SINDICATO DOS EMPR DE EMPR DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRAB TEMPORARIO, PREST SERVICOS E SERV TERCEIRIZAVEIS DO DF-SINDISERVICOS/DF, CNPJ n. 00.530.626/0001-00, a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de **01º de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2026** e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

*NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: **DF000537/2025** entre SIND NACIONAL EMPR ARQUITETURA E ENGENHARIA CONSULTIVA, CNPJ n. 59.940.957/0001-60 e SINDICATO DOS TECNICOS INDUSTRIAIS DE NIVEL MEDIO DO DF, CNPJ n. 01.006.908/0001-75: **CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**, As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de **01º de maio de 2025 a 30 de abril de 2027** e a data-base da categoria em 01º de maio.

*NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: **DF000001/2026** entre SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO DISTRITO FEDERAL, CNPJ n. 00.412.403/0001-48 e SIND NACIONAL EMPR ARQUITETURA E ENGENHARIA CONSULTIVA, CNPJ n. 59.940.957/0001-60: **CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**. As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de **01º de maio de 2025 a 30 de abril de 2027** e a data-base da categoria em 01º de maio

9.14.1.1 Deverá ser adotado o piso salarial para **profissional SUPERVISOR TÉCNICO** com mais de 2 anos de experiência, devido à complexidade da edificação que tem área construída de **79.201,30 m²** (PGR e Anexos), bem como dos serviços envolvidos e das patologias apresentadas, decorrentes do envelhecimento da estrutura da edificação. O profissional deverá ter poder de tomada de decisões técnicas em nome da empresa, que serão endossadas pelo Representante Legal da empresa. O profissional deverá ter amplo conhecimento de ferramentas técnicas e teóricas para cargos de liderança e experiência comprovada em supervisão ou gerência de manutenção civil.

9.15 Nas planilhas de custos e formação de preços, exceto para o posto de Auxiliar de Encarregado, está incluso o Adicional de Insalubridade, devendo a empresa, na condição de Contratada, atender as disposições previstas no **subitem 4.8** deste Termo de Referência.

9.15.1 Farão jus ao **adicional de insalubridade em grau máximo (40%) nos termos do Anexo nº 13 da NR-15 da Portaria MTE Nº 3.214 de 08/06/1978 e alterações posteriores**: dos postos residentes **Pedreiro GHE 01, Servente (ajudante) GHE 02, Pintor GHE 03, Marceneiro**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

GHE 04, Encarregado GHE 05, Serralheiro GHE 07, conforme consta no Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho, **ANEXO K** deste Termo de Referência, e **não fará jus ao referido adicional o GHE 06 - Auxiliar de Encarregado** conforme LTCAT por não constatar exposição a riscos ocupacionais (ambientais ou não) em níveis que possam resultar em danos à saúde, à integridade física e à segurança do profissional não se constatando a existência de insalubridade.

10 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: UGR 200097.

UG Emitente: 200100.

Plano de Trabalho: PTRES 089954.

Plano Interno: SEA1.

Fonte de Recursos: 010000000000.

Elemento de Despesa: 3.3.90.37.

10.3 A contratação refere-se a despesas ordinárias e rotineiras da administração, já previstas no orçamento e destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, dispensam-se as exigências previstas nos incisos I e II do art. 16 da lei complementar nº 101, de 2000.

10.4. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

ANEXO A

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E DIMENSIONAMENTO DA EQUIPE

TABELA 1 – ÁREAS E LOCALIZAÇÃO

DESCRIÇÃO	ÁREA	LOCALIZAÇÃO
Procuradoria-Geral da República	75.999,58 m²	SAF Sul, Quadra 04, Conjunto C, Brasília / DF.
Anexo II	791,87 m²	SGON, Quadra 01, lote 175, Brasília / DF.
Anexo III	2.409,85 m²	SAUS, Quadra 03, Bloco J, lote 3/5A, Brasília / DF.
Área Total	79.201,30 m²	
IMÓVEIS FUNCIONAIS E REPRESENTAÇÕES EM OUTROS ÓRGÃOS		
DESCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	
Imóvel funcional	SQN 112 Bloco B apto 607 – Brasília - DF	
Imóvel funcional	SQS 203 Bloco C apto 402 – Brasília - DF	
Imóvel funcional	SQS 203 Bloco C apto 604 – Brasília - DF	
Imóvel funcional	SQS 203 Bloco H apto 505 – Brasília - DF	
Imóvel funcional	SQS 316 Bloco F apto 101 – Brasília - DF	
Imóvel funcional	SQS 316 Bloco F apto 603 – Brasília - DF	
Imóvel funcional	SHIS QI 09 Conjunto 11 casa 21 – Lago Sul, Brasília - DF.	
Imóvel funcional	SHIS QL 10 Conjunto 09 casa 16 – Lago sul, Brasília - DF.	
Representação da PGR na Câmara dos Deputados	Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes Brasília – DF.	
Representação da PGR no STJ	Setor de Administração Federal Sul (SAFS) - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III - Brasília – DF.	
Representação da PGR no STF	Praça dos Três Poderes, Brasília – DF.	
Representação da PGR no TSE	Setor de Administração Federal Sul (SAFS) Quadra 7, Lotes 1/2, Brasília/DF.	

Os quantitativos e as características dos edifícios são os abaixo descritos, podendo sofrer alterações por aquisição e/ou alienação no decorrer da vigência deste Contrato:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

Procuradoria-Geral da República

Forro:

- a) Placas de gesso acartonado estruturado, forro metálico no Auditório JK.

Impermeabilização:

- a) manta asfáltica.

Alvenaria:

- a) Tijolo cerâmico: paredes externas, dos banheiros, restaurante e copa;
b) Gesso acartonado (drywall): ambientes internos dos blocos;
c) Divisórias em estrutura metálica com painéis de MDF com acabamento laminado e revestimento acústico com lã de rocha ou PET: ambientes internos de trabalho (salas, gabinetes, biblioteca).

Revestimento:

- a) Reboco: todas as paredes de alvenaria;
b) Massa única: paredes com acabamento em massa corrida ou acrílica e pintura.

Acabamento:

- a) Paredes revestidas com laminado melamínico: banheiros, copas e área de serviço;
b) Emassamento e pintura com tinta lavável: salas, hall dos elevadores, paredes externas das guaritas;

Esquadrias de madeira:

- a) Porta, portal e bandeira:

a.1) Portas de acesso a todos os banheiros, copas e área de serviço e Bloco E: acabamento em laminado branco, tamanho: 90x210 cm (largura x altura);

a.2) Portas internas aos banheiros (Box): compensado com laminado na cor branca. d)
Portas de acesso aos quadros de energia: madeira com acabamento de laminado freijó ou melamínico branco;

a.3) Portas internas de todas as salas: madeira com acabamento de laminado freijó, tamanho, 90x210 cm (largura x altura) com bandeira.

Esquadrias Metálicas:



Procuradoria
Geral da
República

SAF Sul, Quadra 4, Conjunto C - CEP 70050-900 - Brasília-DF
Tel. (61) 3105-5860 - pgr-licitacao@mpf.mp.br



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

- a) Janelas/Fachada: Caixilho em alumínio anodizado (pele de vidro) com vidro laminado refletivo liso, espessura de 8mm (4+4);
- b) Grades e portões: estrutura de ferro;
- c) Janelas: vidro comum liso, espessura de 4 a 6 mm, com ou sem película, nas guaritas;
- d) Portas de alumínio: Portas de acesso às partes externas na cobertura e no subsolo.

Pintura:

a) Teto:

- a.1) Tinta acrílica na cor branco neve, acabamento fosco;

b) Paredes:

- b.1) Tinta acrílica na cor branco gelo, acabamento semibrilho;

c) Corrimãos, guarda-corpos, portas de incêndio:

- c.1) Esmalte sintético, na cor cinza médio e vermelha;

Pavimentação: Piso interno

- a) Granito: halls e escadas sociais, banheiros e copas;
- b) Piso elevado com carpete em placas: salas.
- c) Carpete: Auditório (Bloco C);
- d) Argamassa de alta resistência: casas de máquinas e escadas de emergência.
- e) Piso Paviflex: Bloco “E” e sala de monitoramento de CFTV;
- f) Piso tátil;

Pavimentação: Piso externo

- a) Revestimento de alto desempenho (a base de resinas epoxídicas): estacionamento coberto (subsolo) e Central de Água Gelada (CAG);
- b) Argamassa de alta resistência: passarelas;
- c) Pavimento de concreto desempenado rústico: demais áreas externas;
- d) Piso tátil.

Edifício Anexo 2

Tetos:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

- a) Forro em placas de gesso acartonado estruturado;
- b) Concreto com emassamento e pintura.

Impermeabilização:

- a) Manta asfáltica.

Alvenaria:

- a) Tijolo cerâmico: paredes;
- b) Divisórias em estrutura metálica com painéis de MDF com acabamento laminado e revestimento acústico com lã de rocha ou PET: ambientes internos de trabalho.

Revestimento:

- a) Reboco: todas as paredes;
- b) Massa única: paredes com acabamento em massa corrida ou acrílica e pintura.

Acabamento:

- a) Paredes revestidas com laminado melamínico: banheiros e copas;
- b) Emassamento e pintura com tinta lavável: salas, hall e corredores;

Esquadrias de madeira:

- a) Porta, portal e bandeira;
- b) Portas de acesso aos banheiros e copas: acabamento em laminado branco;
- c) Portas internas aos banheiros (Box): compensado com laminado na cor branca;
- d) Portas internas de todas as salas: porta com bandeira em madeira com acabamento de laminado freijó;

Esquadrias Metálicas:

- a) Janelas/Fachada: Caixilho de ferro com vidro liso transparente, espessura de 6mm com película;
- b) Grades e portões: estrutura de ferro.

Pintura:

- a) Teto: Tinta acrílica na cor branco neve, acabamento fosco;
- b) Paredes: Tinta acrílica na cor branco gelo, acabamento semibrilho;
- c) Corrimãos, guarda-corpos, portas de incêndio: Esmalte sintético, na cor cinza médio e vermelha;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

Pavimentação: Piso interno

- a) Argamassa de alta resistência: hall, corredores e salas;
- b) Granito: banheiros e copas;
- c) Cerâmica: guarita;
- d) Piso elevado com carpete em placas: salas do rack.

Pavimentação: Piso externo

- a) Argamassa de alta resistência: acesso principal;
- b) Pavimento de concreto intertravado: área externa;

Edifício Anexo 3

Tetos:

- a) Forro em placas de gesso acartonado estruturado;
- b) Forro metálico;
- c) Concreto com emassamento e pintura.

Impermeabilização:

- a) Manta asfáltica.

Alvenaria:

- a) Tijolo cerâmico: paredes;
- b) Divisórias em estrutura metálica com painéis de MDF com acabamento laminado e revestimento acústico com lã de rocha ou PET: ambientes internos de trabalho.

Revestimento:

- a) Reboco: todas as paredes;
- b) Massa única: paredes com acabamento em massa corrida ou acrílica e pintura.

Acabamento:

- a) Paredes revestidas com laminado melamínico: banheiros e copas;
- b) Emassamento e pintura com tinta lavável: salas, hall e corredores;

Esquadrias de madeira:

- a) Porta, portal e bandeira:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

- b) Portas de acesso aos banheiros e copas: acabamento em laminado branco;
- c) Portas internas aos banheiros (Box): compensado com laminado na cor branca;
- d) Portas internas de todas as salas: porta com bandeira em madeira com acabamento de laminado freijó;

Esquadrias Metálicas:

- a) Janelas/Fachada: Caixilho de ferro com vidro liso transparente, espessura de 6mm com película;
- b) Grades e portões: estrutura de ferro.

Pintura:

- a) Teto: Tinta acrílica na cor branco neve, acabamento fosco;
- b) Paredes: Tinta acrílica na cor branco gelo, acabamento semibrilho;
- c) Corrimãos, guarda-corpos, portas de incêndio: Esmalte sintético, na cor cinza médio e vermelha;

Pavimentação: Piso interno

- a) Granito: banheiros e copas;
- b) Cerâmica: guarita;
- c) Piso elevado com carpete em placas: salas do rack.
- d) Argamassa de alta resistência: casas de máquinas e escadas de emergência.
- e) Piso tátil;

Pavimentação: Piso externo

- a) Argamassa de alta resistência: acesso principal;
- b) Pavimento de concreto intertravado: área externa;

TABELA 2 – RELAÇÃO DE SERVIÇOS (DESENVOLVIDOS PELA EQUIPE)

SERVIÇO	CATEGORIA
Adensamento mecânico de concreto (estrutural), com uso de vibrador de agulha.	Ajudante
Adensamento/nivelamento mecânico de concreto e argamassa (calçada), com uso de pá niveladora mecânica.	Ajudante
Auxílio dos profissionais	Ajudante
Demolição de alvenaria de blocos ou tijolos	Ajudante



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Demolição de concreto	Ajudante
Isolamento de áreas	Ajudante
Limpeza de ferramentas	Ajudante
Limpeza do local de trabalho	Ajudante
Proteção com lona plástica	Ajudante
Terrenos/gramados (escavações)	Ajudante
Transporte de entulho em sacos 50 kg	Ajudante
Transporte de materiais e ferramentas	Ajudante
Artefatos de madeira/MDF (caixas, suportes, prateleiras etc.)	Marceneiro
Balcões fixos de madeira/MDF	Marceneiro
Cofres (pequeno porte)	Marceneiro
Divisórias de MDF	Marceneiro
Espelhos	Marceneiro
Fabricação ou reparos de esquadrias de alumínio (portas, janelas, grelhas de ventilação, etc.)	Marceneiro
Fechaduras de portas de madeira (de salas, box de banheiro, quadros de instalações, etc.)	Marceneiro
Fita adesiva antiderrapante em piso	Marceneiro
Fixação de peças variadas em paredes e estruturas com chumbadores tipo parabolt e outros (suportes, mãos francesas, barras de apoio, corrimãos, guarda-corpos etc.)	Marceneiro
Formas de madeira para concreto	Marceneiro
Forro de madeira	Marceneiro
Laminado de madeira	Marceneiro
Manutenção em divisórias e portas de vidro temperado (regulagem de molas, ajustes de posições, substituição de acessórios etc.)	Marceneiro
Manutenção em divisórias, portas e janelas de vidro temperado, 8 e 10mm, (regulagem ou substituição de molas, ajustes de posições, substituição de acessórios, etc.) com substituição de acessórios.	Marceneiro
Manutenção em peças de armários fixos associados a reforma de ambientes.	Marceneiro
Manutenção em porta corta fogo (fechaduras dobradiças).	Marceneiro
Manutenção em portas de madeira (seladora, fechaduras, dobradiças, bandeiras, batentes, etc.)	Marceneiro



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Manutenção em portas e janelas em geral (pele de vidro, guaritas, anexos etc.) com troca de peças como fechos, braços articulados, dobradiças, puxadores, guarnições etc.	Marceneiro
Molas aéreas de portas	Marceneiro
Persianas horizontais (inclui as do gabinete do PGR)	Marceneiro
Persianas verticais	Marceneiro
Piso elevado (remanejamento e instalação)	Marceneiro
Piso em Vinil (Paviflex)	Marceneiro
Placas de comunicação visual (placas, letreiros, totens, banners, etc.)	Marceneiro
Portais/batentes de madeira	Marceneiro
Portas de madeira	Marceneiro
Prendedor de portas	Marceneiro
Proteção com tapume (canteiro de obras)	Marceneiro
Quadros (painéis de vidro)	Marceneiro
Quadros (papel gelatina)	Marceneiro
Quadros em geral (murais, de anotações, obras emolduradas, negatoscópios, relógios, armários, etc.)	Marceneiro
Rodapé em vinil	Marceneiro
Seladora em madeira	Marceneiro
Sinalização acessível (piso tátil colado, destacados)	Marceneiro
Sinalização de segurança (rotas de fuga, degraus etc.)	Marceneiro
Testeira de degrau em vinil	Marceneiro
Argamassas (cimentícia)	Pedreiro
Caixas de inspeção e passagem – pluvial, esgoto, elétrica etc.	Pedreiro
Canaletas – em concreto, alvenaria, pré-moldados (moldagem e/ou assentamento)	Pedreiro
Chapisco	Pedreiro
Concretos (cimento, areia e brita)	Pedreiro
Confecção de base de concreto simples ou armado para fixação de placas, totens, câmeras, cancelas, etc.	Pedreiro
Contrapiso, calçadas em concreto.	Pedreiro
Elementos estruturais (pilares, vigas, lajes, cortinas, paredes)	Pedreiro
Emboço	Pedreiro
Fixação de elementos metálicos em calçadas ou pisos (tampas de caixas de passagem, etc.)	Pedreiro



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Fundações	Pedreiro
Granito (parapeito)	Pedreiro
Granito (piso)	Pedreiro
Granito (rodapé)	Pedreiro
Granito (soleira)	Pedreiro
Granitos (bancadas)	Pedreiro
Granitos (divisórias de banheiro)	Pedreiro
Grelhas de concreto	Pedreiro
Impermeabilização (calhas e rufos metálicos)	Pedreiro
Impermeabilização (manta adesiva)	Pedreiro
Impermeabilização (manta)	Pedreiro
Manutenção em telhados	Pedreiro
Massas plásticas em granitos.	Pedreiro
Mastiques em trincas	Pedreiro
Meio fio em ou concreto (Pintura, manutenção)	Pedreiro
Mobiliário em concreto (bancos, mesas, bancadas de concreto)	Pedreiro
Pavimento de bloco intertravado	Pedreiro
Pavimento de concreto	Pedreiro
Piso tátil em calçadas.	Pedreiro
Plaqueado de concreto	Pedreiro
Reboco	Pedreiro
Reservatórios de água – Inspeção em impermeabilização	Pedreiro
Revestimento cerâmico paredes	Pedreiro
Revestimento Cerâmico piso	Pedreiro
Revestimento porcelanato paredes	Pedreiro
Revestimento porcelanato pisos	Pedreiro
Substituição de conjunto porta corta fogo.	Pedreiro
Tratamento de trincas em alvenaria/concreto	Pedreiro
Carpete (manta)	Pintor
Carpete (placas)	Pintor
Divisórias de gesso (drywall)	Pintor
Forro de gesso em placas	Pintor
Fundos em geral em metais, madeiras, paredes etc. (anticorrosivo, supergalvite, seladora etc.)	Pintor
Gesso (gesso cola)	Pintor



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Gesso (massa)	Pintor
Gesso em placa (vedação interna de vãos de fachada/controlado de insolação)	Pintor
Impermeabilização (mastique de PU)	Pintor
Impermeabilização de fachada em Pintura (tinta acrílica sobre reboco)	Pintor
Massa acrílica em paredes e tetos.	Pintor
Massa corrida (PVA) em paredes e tetos.	Pintor
Massas plásticas em madeiras e metais.	Pintor
Tinta acrílica (parede externa)	Pintor
Tinta acrílica (parede)	Pintor
Tinta de demarcação (piso/meio fio)	Pintor
Tinta epóxi (parede, piso de garagem)	Pintor
Tinta epóxi antiderrapante (piso)	Pintor
Tinta esmalte (portas corta-fogo, ferragens, grades, portões, guarda-corpos, tirantes, montantes, suportes etc.)	Pintor
Tinta poliuretano (piso de área de garagem exposta ao sol, materninho)	Pintor
Tinta PVA (parede/teto)	Pintor
Tinta verniz (madeira)	Pintor
Tratamento anticorrosivo elementos metálicos em geral (cobertura, estruturas, fachadas, cercas, portões etc.)	Pintor
Adaptações em perfis metálicos para montagem de divisórias.	Serralheiro
Confecção, reparo, curvamentos, cortes e soldas em peças de aço inox (guarda-corpos, corrimãos, grelhas, quadros, painéis, tampas, mesas, etc.)	Serralheiro
Especificação de materiais	Serralheiro
Fabricação ou reparos ou adaptações de elementos metálicos ferrosos (portas, janelas, portões, batentes, portais, suportes, cavaletes, mãos francesas, barras de proteção, barras limitadoras, guarda-corpos, corrimãos, escadas, cercas, estruturas, grelhas.	Serralheiro
Fornecimento, confecção e reparo, cortes e soldas de esquadrias e peças de alumínio (portas, janelas, batentes, grelhas, etc.).	Serralheiro
Corte e furos em vidros em geral	Vidraceiro
Especificação de materiais	Vidraceiro
Instalação de molas hidráulicas para portas de vidro	Vidraceiro
Regulagem de portas de vidro	Vidraceiro
Fixação, cortes, adequações de painéis de vidro e espelhos	Vidraceiro
Montagem de mostruários de vidro, inclusive ferragens e acessórios	Vidraceiro



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

TABELA 3- DIMENSIONAMENTO DA EQUIPE RESIDENTE									
RESUMO- SNP + LAYOUT = DIMENSIONAMENTO FINAL EQUIPE RESIDENTE – ANUAL									
CATEGORIA	HORAS SNP	HORAS PREVENTIVA	HORAS LAYOUT	ADIC. LAYOUT (25%)	TOTAL	TOTAL MENSAL SERVIÇOS	TEMPO EXTRA MENSAL	TEMPO TOTAL	DIMENS. CONSIDERANDO 160H (80% de 200h)
MARCENEIRO	3.090,89	2.552,00	2.065,79	516,45	8.225,12	685,43	55,00	740,43	4,63
PINTOR	4.053,37	4.752,00	2.901,48		11.706,85	975,57	55,00	1.030,57	6,44
PEDREIRO	2.157,42	1.144,00	1.078,71		4.380,13	365,01	55,00	420,01	2,63
SERRALHEIRO	112,96	1.760,00			1.872,96	156,08	55,00	211,08	1,32
AJUDANTE	8.780,32	6.688,00	2.882,25	720,56	19.071,13	1.589,26	22,00	1.611,26	10,07
TEMPO EXTRA- MENSAL									
CATEGORIA	REUNIÃO DE ROTINA /HDIA	APOIO À FISCALIZAÇÃO /HDIA	TOTAL	TOTAL MENSAL					
MARCENEIRO	1,00	1,50	2,50	55,00					
PINTOR	1,00	1,50	2,50	55,00					
PEDREIRO	1,00	1,50	2,50	55,00					
SERRALHEIRO	1,00	1,50	2,50	55,00					
AJUDANTE	1,00	0,00	1,00	22,00					

TABELA 4- DIMENSIONAMENTO DOS POSTOS ADMINISTRATIVOS				
SUPERVISOR TÉCNICO, ENCARREGADO, AUXILIAR DE ENCARREGADO E TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO				
PROFISSIONAL	QUANT.	FREQUÊNCIA	HORAS (DIÁRIO)	HORAS (MENSAL)
SUPERVISOR TÉCNICO			7,48	164,67
Acompanhamento da gestão das manutenções e supervisão das atividades da equipe	3,00	diário	2,81	61,75
elaboração de orçamentos, laudos, relatórios, procedimentos operacionais, desenhos e especificações técnicas	1,00	diário	0,94	20,58



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Supervisão dos procedimentos de aquisições e estoque de materiais	1,00	diário	0,94	20,58
Prestação de esclarecimentos e auxílio técnico à fiscalização	1,00	diário	0,94	20,58
Acompanhamento eventual de manutenções especiais	1,00	diário	0,94	20,58
Organização e apresentação da documentação exigida em contrato para pagamento dos serviços prestados	1,00	diário	0,94	20,58
PROFISSIONAL	QUANT.	FREQUÊNCIA	HORAS (DIÁRIO)	HORAS (MENSAL)
ENCARREGADO			8,34	183,44
Coordenação da equipe de manutenção	2,00	diário	1,87	41,17
Gerenciamento de equipes que executam modificação de layout	1,00	diário	0,94	20,58
Gerenciamento das manutenções através de programa informatizado	3,00	semanal	0,59	13,00
Planejamento dos trabalhos	1,50	semanal	0,30	6,50
Distribuição das Ordens de Serviço entre os funcionários	0,30	diário	0,28	6,18
Realizar vistorias para levantamento de necessidades	3,00	semanal	0,59	13,00
Acompanhamento de manutenções corretivas, preventivas e adequações	1,00	diário	0,94	20,58
Gerenciamento do estoque de materiais	1,00	semanal	0,20	4,33
Gerenciamento do cumprimento da jornada dos funcionários (acompanhar ponto eletrônico, solicitar substituições, etc.)	0,30	diário	0,28	6,18
Instruir os profissionais subordinados quanto a segurança do trabalho	0,50	diário	0,47	10,29
Atender telefonemas ou tratar pessoalmente com usuários do edifício, sobre problemas de manutenção	0,30	diário	0,28	6,18



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Preencher e avaliar anotações em Livro de Ocorrências	1,00	semanal	0,20	4,33
Fechamento mensal para encaminhamento da fatura	1,50	mensal	0,07	1,50
Apoio à fiscalização	4,00	semanal	0,79	17,33
Participação em reunião mensal com fiscalização	2,00	mensal	0,09	2,00
Comunicação diária com a fiscalização	0,50	diário	0,47	10,29
PROFISSIONAL	QUANT.	FREQUÊNCIA	HORAS (DIÁRIO)	HORAS (MENSAL)
AUXILIAR DE ENCARGADO			8,25	181,50
Efetuar baixa das ordens de serviço e chamados técnicos em programa informatizado de gerenciamento da manutenção	0,50	diário	0,47	10,29
Registrar informações do serviço executado, gasto de materiais, tempo de serviço e responsáveis pelo serviço	1,00	diário	0,94	20,58
Organizar e controlar documentos administrativos (folhas de ponto, relatórios, comunicados, Ofícios, etc.)	2,00	diário	1,87	41,17
Gerenciar estoque de materiais de escritório/consumo	0,50	diário	0,47	10,29
Atendimento de telefonemas em geral	0,50	diário	0,47	10,29
Elaborar e receber e-mails relacionados à: solicitação de veículos para transporte de funcionários, solicitação de materiais para fiscalização, solicitação de autorizações de acesso, solicitação e distribuição de documentos administrativos (doc. funcionários, folhas de ponto, Ofícios, comunicados, etc.), informação sobre a conclusão de ordens de serviço ou chamados Técnicos	1,00	diário	0,94	20,58
Realizar tratativas de assuntos administrativos com a empresa e com a fiscalização	2,50	semanal	0,49	10,83



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Auxílio administrativo nos serviços de modificação de layout	0,50	diário	0,47	10,29
Aulílio administrativo nos serviços de manutenção preventiva	0,50	diário	0,47	10,29
Gerenciamento , junto à empresa, documentações de funcionários substitutos, férias e demais assuntos relacionados.	4,00	mensal	0,18	4,00
Inserir no controle de gestão da manutenção os quantitativos de material fornecido pela fiscalização	0,50	diário	0,47	10,29
Imprimir e /ou dar baixa SNPs executadas no controle de gerenciamento da manutenção e no sistema SNP	0,50	diário	0,47	10,29
Organizar e arquivar as SNPs impressas executadas e demais documentos administrativos (folhas de ponto, relatórios, comunicados, Ofícios)	0,50	diário	0,47	10,29
Reunião mensal com encarregado	2,00	mensal	0,09	2,00
PROFISSIONAL	QUANT.	FREQUÊNCIA	HORAS (DIÁRIO)	HORAS (MENSAL)
TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO			0,69	15,17
Inspeção de locais, instalações e equipamentos a fim de determinar fatores de riscos de acidentes	2,00	mensal	0,09	2,00
Analisar métodos e processos de trabalho para identificar fatores de risco de acidentes	2,0	mensal	0,09	2,00
Acompanhamento de serviços	5,0	mensal	0,23	5,00
Elaborar laudos, planos, programas ou documentos que sejam de sua competência	2,0	trimestral	0,03	0,67



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Elaborar relatórios comunicando acerca das suas atividades	2,0	mensal	0,09	2,00
Visita quinzenal para orientar/informar os trabalhadores sobre os riscos das atividades	1,0	quinzenal	0,10	2,17
Promover campanhas, palestras, reuniões e treinamentos com o objetivo de divulgar as normas de segurança	3,0	trimestral	0,05	1,00
Inspecionar EPIs e EPCs, promovendo fornecimentos e/ou substituições caso necessário	2,0	semestral	0,02	0,33

TABELA 5-DIMENSIONAMENTO DOS POSTOS SOB DEMANDA			
ITEM	PROFISSIONAIS	NÚMERO SNP'S EXECUTADAS TC 44/2017 – 2018 a 2022	QUANTIDADE DE HORAS PAGAS e/ou EXECUTADAS NO TC 44/2017 – 2018 a 2022
1	VIDRACEIRO	63	64,41
2	MARCENEIRO		2.582,24
3	PINTOR		2.901,48
4	PEDREIRO		2.157,42
5	AJUDANTE		5.764,50
	Total Vidraceiro- H/ ANUAL	12,60	
	Total MARCENEIRO- H/ ANUAL	215,19	
	Total PINTOR- H/ ANUAL	241,79	
	Total PEDREIRO- H/ ANUAL	179,79	
	Total AJUDANTE- H/ ANUAL	480,38	
	Total Vidraceiro- H/ MENSAL	1,05	



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

	Total MARCENEIRO- H/ MENSAL	17,93	
	Total PINTOR- H/ MENSAL	20,15	
	Total PEDREIRO- H/ MENSAL	14,98	
	Total AJUDANTE- H/ MENSAL	40,03	

TABELA 6 – ESTIMATIVA DE SERVIÇOS E PERIODICIDADE DA EQUIPE RESIDENTE

Profissional	Descrição dos Serviços	Periodicidade						
		D i á r i o	S e m a n a l	Q u i n z e n a l	M e n s a l	T r i m e s t r a l	S e m e s t r a l	A n u a l
MARCENEIROS	Artefatos de madeira/MDF (caixas, suportes, prateleiras, etc)- CONFECÇÃO/ INSTALAÇÃO				X			
	Armários fixos associados a reforma de ambientes- MANUTENÇÃO/ADEQUAÇÃO				X			
	Balcões fixos em madeira/MDF- MANUTENÇÃO				X			
	Coberturas metálicas e de madeira (estrutura)- INSTALAÇÃO/ MANUTENÇÃO/ SUBSTITUIÇÃO						X	
	Cofres (pequeno porte)- INSTALAÇÃO/REMANEJAMENTO				X			
	Divisórias em MDF – MONTAGEM/DESMONTAGEM/ADEQUAÇÃO							
	Divisórias e portas de vidro temperado (molas, acessórios) – REGULAGEM/MANUTENÇÃO/REMANEJAMENTO							
	Esquadrias em alumínio (portas, janelas, grelhas de ventilação, etc) – MANUTENÇÃO/ADEQUAÇÃO							
	Espelhos- INSTALAÇÃO/REMANEJAMENTO				X			
	Fechaduras de portas de madeira (salas, box de banheiro, quadro de instalações, etc)- INSTALAÇÃO/MANUTENÇÃO/REMANEJAMENTO							
	Fita Adesiva antiderrapante em pisos – INSTALAÇÃO/ MANUTENÇÃO/ SUBSTITUIÇÃO							
	Fixação de peças variadas em paredes e estruturas, com chumbadores tipo parabol e outros (suportes, mãos francesas, barras de apoio, corrimãos, guarda-corpos, etc)- INSTALAÇÃO/ MANUTENÇÃO/ REMANEJAMENTO/ SUBSTITUIÇÃO							
	Formas de madeira para concreto- FABRICAÇÃO/MANUTENÇÃO							
	Laminado de madeira – MONTAGEM/ MANUTENÇÃO/ SUBSTITUIÇÃO							
	Molas aéreas de portas – INSTALAÇÃO/ MANUTENÇÃO/ SUBSTITUIÇÃO							



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Molduras para refletores externos(papel gelatina)- CONFEÇÃO/ INSTALAÇÃO/ MANUTENÇÃO/ SUBSTITUIÇÃO				X			
Persianas horizontais e verticais- INSTALAÇÃO/ MANUTENÇÃO/ SUBSTITUIÇÃO							
Placas de comunicação visual (placas, letreiros, totens, banners,etc)- INSTALAÇÃO/ MANUTENÇÃO/ SUBSTITUIÇÃO							
Portas de madeira (seladora, fechaduras, dobradiças, bandeiras, portais, etc)- INSTALAÇÃO/ MANUTENÇÃO/ SUBSTITUIÇÃO/ ADEQUAÇÃO							

TABELA 6 – ESTIMATIVA DE SERVIÇOS E PERIODICIDADE DA EQUIPE RESIDENTE

Profissional	Descrição dos Serviços	Periodicidade						
		D i á r i o	S e m a n a l	Q u i n z e n a l	M e n s a l	T r i m e s t r a l	S e m e s t r a l	A n u a l
	Portas corta fogo (fechaduras, dobradiças,etc)- INSTALAÇÃO/ MANUTENÇÃO/ SUBSTITUIÇÃO			X				
	Portas e janelas em fachadas tipo pele de vidro (fechos, braços articulados, dobradiças, puxadores, guarnições, etc)- INSTALAÇÃO/ MANUTENÇÃO/ SUBSTITUIÇÃO/ ADEQUAÇÃO				X			
	Piso elevado (placas) – INSTALAÇÃO/ MANUTENÇÃO/ REMANEJAMENTO/ SUBSTITUIÇÃO				X			
	Piso, rodapés e testeiras vinílicos – INSTALAÇÃO/ MANUTENÇÃO/ SUBSTITUIÇÃO				X			
	Prendedores e batedores de porta – INSTALAÇÃO/ MANUTENÇÃO/ SUBSTITUIÇÃO							
	Proteção com tapumes (canteiro de obras) – MONTAGEM/ MANUTENÇÃO/ REMANEJAMENTO/ SUBSTITUIÇÃO							
	Quadros (painéis de vidro) – INSTALAÇÃO/ MANUTENÇÃO/ SUBSTITUIÇÃO							
	Quadros em geral (murais, anotações, obras emolduradas, negatoscópios, relógios, etc) – INSTALAÇÃO/ SUBSTITUIÇÃO							
	Sinalização acessível (piso tátil colado, destacadores, etc) – INSTALAÇÃO/ MANUTENÇÃO/ SUBSTITUIÇÃO				X			
	Sinalização de segurança (rotas de fuga, degraus, etc) – INSTALAÇÃO/ SUBSTITUIÇÃO							
	Argamassas e concretos- CONFEÇÃO/ APLICAÇÃO/ ADENSAMENTO/ ACABAMENTO							
	Alvenarias de vedação – EXECUÇÃO/ MANUTENÇÃO		X					
	Alvenarias estruturais (fundação) – EXECUÇÃO/ MANUTENÇÃO						X	
	Base de concreto simples ou armado para fixação de placas, totens, câmeras, cancelas, etc – CONFEÇÃO/ MANUTENÇÃO/ SUBSTITUIÇÃO				X			



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Caixas de inspeção e passagem (pluvial, esgoto, elétrica, etc) – CONFECÇÃO/ MANUTENÇÃO/ SUBSTITUIÇÃO					X			
Canaletas em concreto/ alvenaria/premoldado – CONFECÇÃO/ APLICAÇÃO/ MANUTENÇÃO					X			
Contrapisos e calças em concreto – CONFECÇÃO/ MANUTENÇÃO								

TABELA 6 – ESTIMATIVA DE SERVIÇOS E PERIODICIDADE DA EQUIPE RESIDENTE								
Profissional	Descrição dos Serviços	Periodicidade						
		D i á r i o	S e m a n a l	Q u i n z e n a l	M e n s a l	T r i m e s t r a l	S e m e s t r a l	A n u a l
PEDREIROS	Demolição de alvenaria e pisos – EXECUÇÃO							
	Elementos estruturais (pilares, vigas, lajes, cortinas, paredes, etc)- CONFECÇÃO/ MANUTENÇÃO							
	Fixação de elementos metálicos em calçadas ou pisos (tampas de caixas de passagem, etc)- APLICAÇÃO/ MANUTENÇÃO							
	Impermeabilização com manta asfáltica – INSTALAÇÃO/ INSPEÇÃO/ MANUTENÇÃO/ SUBSTITUIÇÃO							
	Impermeabilização com mastique de poliuretano – INSPEÇÃO/ APLICAÇÃO/ MANUTENÇÃO/ SUBSTITUIÇÃO							
	Impermeabilização com manta adesiva (calhas e rufos metálicos) – INSPEÇÃO/ APLICAÇÃO/ MANUTENÇÃO/ SUBSTITUIÇÃO							
	Meio fio em alvenaria ou concreto – DEMOLIÇÃO/ CONFECÇÃO/ MANUTENÇÃO							
	Pavimento de bloco intertravado – INSTALAÇÃO/ MANUTENÇÃO/ SUBSTITUIÇÃO							
	Pavimento de concreto – INSTALAÇÃO/ MANUTENÇÃO/ SUBSTITUIÇÃO							
	Peças em concreto (bancos, mesas, bancadas, grelhas) – CONFECÇÃO/ INSTALAÇÃO/ MANUTENÇÃO/ SUBSTITUIÇÃO							
	Peças em granito (bancadas, divisórias) – INSTALAÇÃO/ MANUTENÇÃO/ SUBSTITUIÇÃO				X			
	Piso tátil em concreto (calçadas) – INSTALAÇÃO/ MANUTENÇÃO/ SUBSTITUIÇÃO							
	Plaqueado de concreto – CONFECÇÃO/ INSTALAÇÃO/ MANUTENÇÃO/ SUBSTITUIÇÃO							
	Revestimentos em argamassa (chapisco, emboço, reboco) – EXECUÇÃO							
	Revestimentos cerâmicos em pisos e paredes – INSTALAÇÃO/ MANUTENÇÃO/ SUBSTITUIÇÃO				X			
	Revestimentos em granito (pisos, paredes, rodapés, soleiras, parapeitos, etc) – INSTALAÇÃO/ MANUTENÇÃO/ SUBSTITUIÇÃO				X			
	Telhado (telhas cerâmicas, fibrocimento, alumínio, recicladas) – INSTALAÇÃO/ MANUTENÇÃO/ SUBSTITUIÇÃO						X	



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

	Tratamento de trincas em alvenaria/concreto – INSPEÇÃO/ MANUTENÇÃO							
	Aplicação de gesso massa e gesso cola em tetos e paredes- EXECUÇÃO/ MANUTENÇÃO							

TABELA 6 – ESTIMATIVA DE SERVIÇOS E PERIODICIDADE DA EQUIPE RESIDENTE

Profissional	Descrição dos Serviços	Periodicidade						
		D i á r i o	S e m a n a l	Q u i n z e n a l	M e n s a l	T r i m e s t r a l	S e m e s t r a l	A n u a l
PINTORES	Aplicação de massa plástica em madeiras e metais – EXECUÇÃO/ MANUTENÇÃO							
	Aplicação de tratamento anticorrosivo em elementos metálicos em geral (cobertura, estruturas, fachadas, cercas, portões, etc)- EXECUÇÃO/ MANUTENÇÃO							
	Carpete em placas e em manta – INSTALAÇÃO/ MANUTENÇÃO/ SUBSTITUIÇÃO							
	Divisórias de gesso (drywall) – MONTAGEM/ MANUTENÇÃO/ SUBSTITUIÇÃO							
	Emassamento com massa acrílica (paredes e tetos) – EXECUÇÃO/ MANUTENÇÃO							
	Emassamento com massa PVA (paredes e tetos) – EXECUÇÃO/ MANUTENÇÃO							
	Forro de gesso em placas – MONTAGEM/ MANUTENÇÃO/ SUBSTITUIÇÃO							
	Impermeabilização de fachada em pintura – LIXAMENTO/ APLICAÇÃO/ MANUTENÇÃO			X				
	Isolamento termoacústico em fachada – MONTAGEM/ MANUTENÇÃO/ SUBSTITUIÇÃO				X			
	Pintura com tinta esmalte sintético (portas corta-fogo, ferragens, grades, portões, guarda-corpos, tirantes, montantes, suportes, etc)- EXECUÇÃO/ MANUTENÇÃO							
	Pintura com tinta acrílica (paredes internas e externas, e tetos) – EXECUÇÃO/ MANUTENÇÃO							
	Pintura com tinta epóxi (paredes e pisos) – EXECUÇÃO/ MANUTENÇÃO							
	Pintura com tinta de demarcação (pisos, faixa de pedestres, meio fio)- EXECUÇÃO/ MANUTENÇÃO							
	Pintura com tinta de poliuretano (pisos de áreas expostas ao sol)- EXECUÇÃO/ MANUTENÇÃO				X			
	Pintura com tinta verniz (madeira)- EXECUÇÃO/ MANUTENÇÃO						X	
SERRALHEIRO	Adequação em perfis metálicos para montagem de divisórias- EXECUÇÃO/ MANUTENÇÃO				X			
	Serviços em peças de inox – EXECUÇÃO/ MANUTENÇÃO							
	Serviços em elementos metálicos ferrosos- EXECUÇÃO/ MANUTENÇÃO							
	Serviços em peças de alumínio – INSTALAÇÃO/ MANUTENÇÃO/ SUBSTITUIÇÃO				X			
	Especificação de materiais –							



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

ANEXO B – MATERIAIS PARA REPOSIÇÕES E ADEQUAÇÕES

MATERIAIS DE REPOSIÇÕES E ADEQUAÇÕES					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD ANUAL ESTIMADA	VALOR UNIT. Máximo	TOTAL ANUAL Máximo
METAIS E AGREGADOS PARA CONCRETO E ALVENARIA					
1	Aditivo plastificante para argamassa filito, saco com 17kg	Sc	72,0	R\$ 8,70	R\$ 626,40
2	Arame liso em aço galvanizado, bitola bwg nº 10 (3,4mm) – rolo contendo 1kg	Sc	24,0	R\$ 14,25	R\$ 342,00
3	Arame recozido, bitola bwg nº 18 (1,24mm)	Kg	8,0	R\$ 19,52	R\$ 156,16
4	Areia lavada, granulometria média, saco 20 kg	Sc	480,0	R\$ 10,20	R\$ 4.896,00
5	Areia lavada, granulometria fina, saco 20 kg	Sc	480,0	R\$ 8,57	4.113,60
6	Argamassa de alta resistência, tipo grout	Kg	100,0	R\$ 1,96	R\$ 196,00
7	Argamassa colante tipo AC III	Kg	160,0	R\$ 2,16	R\$ 345,60



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

8	Argamassa polimérica impermeabilizante semiflexível, bicomponente (membrana impermeabilizante acrílica)	Kg	180,0	R\$ 3,96	R\$ 712,80
9	Barra de aço ca 50, ø 6,3 mm, medindo: 12 m - marca de referência: gerdau ou equivalente	kg	106,0	8,66	917,96
10	Brita nº 0 (pedrisco), saco 20 kg	Un	360,0	R\$ 7,46	R\$ 2.685,60
11	Brita nº 01, saco 20 kg	Un	240,0	R\$ 9,29	R\$ 3.344,40 R\$ 2.229,60
12	Cimento portland CP II - 32 composto, saco de 50 kg, validade de no mínimo 60 dias para o vencimento: marca Ciplan ou equivalente	saco	48	R\$ 30,59	R\$ 1.468,32
13	Granilha/Grana/pedrisco ou Agregado em mármore/Granito/Quartzo e Calcário, nas cores: preta, cinza, palha, verde ou branco	Kg	500,0	R\$ 0,47	R\$ 235,00
14	Junta plástica de dilatação para pisos, cor cinza, 17 x 3mm (ALTURA X ESPESSURA)- peça com 2M	un	20,0	R\$ 6,58	R\$ 131,60
15	Rejunte cimentício, cor preta, saco com 01 kg	Kg	18,0	R\$ 4,10	R\$ 73,80
16	Rejunte cimentício, cor branca, saco com 01 kg	Kg	18,0	R\$ 4,10	R\$ 73,80
17	Tela galvanizada fio 24 x 1", largura 1 m (tela pinteiro)	M	5,0	R\$ 5,44	R\$ 27,20
18	Tela de aço soldada nervurada, CA-60, Q-283 (4,48 KG/M2), Diâmetro do fio = 6,0 MM,	M2	20,0	R\$ 36,12	R\$ 722,40



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

	Largura = 2,45 X 6,00 M de comprimento, Espaçamento da malha = 10 X 10 CM				
19	Tijolo cerâmico furado, medindo 19 x 19 x 9 cm	Un	1000,0	R\$ 0,96	R\$ 960,00
20	Tijolo cerâmico maciço comum *5 x 10 x 20* cm (L x A x C)	Un	1000,0	R\$ 0,64	R\$ 640,00
FERRAGENS E ACESSÓRIOS PARA ESQUADRIAS DE MADEIRA					
21	Bate rodas cilíndrico de borracha para porta ø 35mm, altura 35 mm, fixação central, cor preta - marca Forsan ou equivalente	Un	10,0	R\$ 13,16	R\$ 131,60
22	Dobradiça curva, diâmetro do caneco de 35mm, abertura 105°, espessura de porta de 16 a 26mm, k=3 a 7mm, acabamento niquelado	Un	20,0	R\$ 5,40	R\$ 108,00
23	Dobradiça helicoidal para porta corta-fogo 4x3", pino central de 3/8", esquerda - marca Lennz ou equivalente.	Pç	18,0	R\$ 55,66	R\$ 1.001,88
24	Dobradiça helicoidal para porta corta-fogo 4x3", pino central de 3/8", direita, acabamento zincado - marca Lennz ou equivalente	Pç	18,0	R\$ 55,96	R\$ 1.007,28
25	Dobradiça inferior para porta de vidro, com capa inox, marca: Dorma, referência SM-10, ou equivalente	Un	6,0	R\$ 67,37	R\$ 404,22
26	Dobradiça reta, diâmetro do caneco de 35mm, abertura 105°, espessura de porta 16 a 26mm, k=3 a 7mm, acabamento niquelado - marca Soprano ou equivalente	Un	18,0	R\$ 21,19	R\$ 381,42
27	Fechadura de segurança, trava externa tetra, acabamento preto brilhante	Un	2,0	R\$ 118,97	R\$ 237,94



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

28	Fechadura com maçaneta tipo alavanca, para banheiro, acabamento PB, modelo de referência: conjunto La Fonte 6521, maçaneta 233, roseta 303 e fechadura ST2 evo-55	Un	10,0	R\$ 209,55	R\$ 2.095,50
29	Fechadura com maçaneta tipo alavanca, para uso externo, acabamento PB, modelo de referência: conjunto La Fonte 6521, maçaneta 233, roseta 303 e fechadura ST2 evo-55 e cilindro ST2 5 pinos - referência: La Fonte	Un	30,0	R\$ 325,67	R\$ 9.770,10
30	Fechadura de sobrepor para porta corta-fogo, sem chave - fab. Lennz ou equivalente	Un	12,0	R\$ 219,87	R\$ 439,74 R\$ 2.638,44
31	Fecho unha, em latão, para porta dupla, acabamento cromado, medindo 20 cm, modelo de referência: fecho 400	Un	2,0	R\$ 196,30	R\$ 392,60
32	Mola hidráulica aérea, cor ouro, potência 3, para portas de madeira medindo até 110, reversível - ref. ma200, ou equivalente.	Un	4,0	R\$ 231,14	R\$ 924,56
33	Mola hidráulica, de piso, para porta de vidro, com eixo tipo t - ref. Bts 75 r 90° (m/c) para portas até 1,25m ou até 180kg, ou equivalente.	Un	5,0	R\$ 1.038,15	R\$ 5.190,75
34	Eixo tipo T para mola hidráulica- ref. Bts 75 r 90° (m/c) para portas até 1,25m ou até 180kg, ou equivalente.	Un	5,0	R\$ 79,65	R\$ 398,25
35	Palmela direita, 4x3", em latão, acabamento cromado - ref. La Fonte- 563.	Un	3,0	R\$ 171,04	R\$ 513,12
36	Palmela esquerda, 4x3", em latão, acabamento cromado - ref. La Fonte- 563.	Un	2,0	R\$ 144,00	R\$ 288,00
37	Trinco cromado, tipo avião - ref. fe0630pch, fab. Imab ou equivalente	Un	5,0	R\$ 25,40	R\$ 127,00



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

FITAS, ADESIVOS, SELANTES E PAPEIS GELATINA					
38	Adesivo acrílico à base de água, para colagem de carpete sobre piso elevado, contendo 14 kg	Lt	8,0	R\$ 728,84	R\$ 5.830,72
39	Adesivo estrutural à base de resina epóxi, bicomponente, fluido	kg	6,0	R\$ 61,57	R\$ 369,42
40	Adesivo selante de silicone, cura neutra, em cartucho de 280g, transparente.	Un	20,0	R\$ 35,82	R\$ 716,40
41	Adesivo selante de silicone, multiuso, cura neutra, em cartucho de 280g, cor preta	Un	20,0	R\$ 36,49	R\$ 729,80
42	Espuma de poliuretano para fixação, com polimerização pela umidade do ar, cor branca, aerossol contendo 500ml	Un	12,0	R\$ 25,81	R\$ 309,72
43	Fita adesiva dupla face transparente, de fixação permanente, medindo: 19 mm x 20m, modelo VHB 4910, fabricante: 3M.	Un	6,0	R\$ 84,59	R\$ 507,54
44	Fita antiderrapante, na cor preta, fabricante: 3M, modelo de referência: Safety Walk, linha de uso geral, rolo com 20m x 5cm.	Ro	4,0	R\$ 137,84	R\$ 551,36
45	Gelatina (filtro de acetato), medindo 60x52 cm, cores variadas, marca Rosco, linha e-colour ou equivalente	Un	552,0	R\$ 68,00	R\$ 37.536,00
46	Selante elástico monocomponente à base de poliuretano (PU) para juntas diversas	Un	24,0	R\$ 35,33	R\$ 847,92
47	Selante protetor para mola hidráulica de piso, embalagem com 700 gramas, marca dorma,	Un	2,0	R\$ 147,18	R\$ 294,36



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

	ref. Seal Protect ou equivalente.				
MANTAS IMPERMEABILIZANTES					
48	Argamassa polimérica impermeabilizante semiflexível, bicomponente, a base de cimento e aditivos- Marca de referência Sikatop; Viaplus 1000	kg	72,0	R\$ 3,54	R\$ 254,88
49	Impermeabilizante flexível branco a base acrílica para coberturas- Marca de referência VEDAPREN ou SIKAFIL	kg	72,0	R\$ 19,61	R\$ 1.411,92
50	Fita adesiva asfáltica aluminizada multiuso, L= 10 cm, rolo de 10 m	Un	24,0	R\$ 84,85	R\$ 2.036,40
51	Manta asfáltica em asfalto modificado, classe a, com acabamento em poliéster, rolo de 10m x 1m x 4mm (C x L x E)	Un	6,0	R\$ 384,30	R\$ 2.305,80
52	Manta asfáltica, em asfalto modificado, com acabamento em alumínio, rolo de 10m x 1m x 4mm (C x L x E)	Un	2,0	R\$ 316,66	R\$ 633,32
53	Geotextil não tecido agulhado de filamentos contínuos 100% poliéster, resistência à tração = 10 kn/m	M2	50,0	R\$ 7,21	R\$ 360,50
54	Primer para promover a adesão de fita impermeável auto adesiva em diversas superfícies, frasco 01 litro - marca Sika, ref.: Sika Multiseal primer ou equivalente.	Lt	10,0	R\$ 36,81	R\$ 368,10
55	Primer asfáltico para imprimação, lata de 18 litros - ref. Impermanta primer, fab. Denver impermeabilizantes ou equivalente	L	4,0	R\$ 232,80	R\$ 931,20
MDF, PORTAS DE MADEIRA E METAL, MOLDURAS E PERSIANAS					



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

56	Compensado naval - chapa/painel em madeira compensada prensada, de 2200 x 1600 mm, e = 10 mm	M2	29,0	R\$ 57,01	R\$ 1.653,29
57	Acabamento para divisória em madeira maciça freijó, com duas quinas abauladas, encaixe no verso 4x2cm, acabamento acetinado com seladora, medindo: 2,83m x 8 cm (C x L) – conforme padrão existente na PGR.	Un	10,0	R\$ 946,00	R\$ 9.460,00
58	Fita em PVC para acabamento de divisória, largura 22 mm, cor freijó, rolo com 50 m	Ro	20,0	R\$ 103,33	R\$ 2.066,60
59	Lã de PET em placas de 1200 x 600 x 5cm, densidade 30kg/m³, com as seguintes propriedades: anti alérgica, anti mofo, reciclada, reciclável, não propagar chamas. Pacote com 6 unidades	pct	250,0	R\$ 422,97	R\$ 105.742,50
60	Laminado de madeira natural freijó, medindo: 0,40 m x 2,50 m (L x C)	Fl	10,0	R\$ 110,34	R\$ 1.103,40
61	Laminado melamínico, chapa 1,25 x 3,08m, e= 1,3mm, cor branca, acabamento texturizado fosco, modelo 190, marca: Fórmica (ver a especificação da cor e do modelo)	Ch	50,0	R\$ 348,25	R\$ 17.412,50
62	Moldura em madeira maciça, freijó natural, medindo aproximadamente 1,24 x 1,60m, espessura 80x40mm, com vidro liso transparente de 8mm - conforme padrão existente na PGR.	Un	5,0	R\$ 4.038,00	R\$ 20.190,00
63	MDF cor ovo texturizado 1840x2750mmx18cm	Un	150,0	R\$ 409,04	R\$ 61.356,00
64	Porta de madeira (90 x 210 x 4cm) com bandeira (90,5 x 70 x 4cm) laminadas em freijó, com aplicação de duas demãos de selador e uma última camada de verniz, aplicado com pistola, as peças devem ser encabeçadas com freijó maciço nas laterais (12cm) e os veios do laminado da porta devem ter continuidade na bandeira, conforme padrão da PGR.	Un	10,0	R\$ 7.106,00	R\$ 71.060,00



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

65	Porta corta-fogo p90, galvanizada com núcleo termo acústico, incombustível, 90 cm x 210 cm, com fecho, batente e trinco.	Un	3,0	R\$ 1.365,90	R\$ 4.097,70
66	Portal de madeira maciça freijó (283 x 8cm x 4cm), com aplicação de duas demãos de selador e uma última camada de verniz, aplicado com pistola. jogo com 2 (duas) unidades, conforme padrão existente na PGR.	Jg	10,0	R\$ 2.108,00	R\$ 21.080,00
67	Prendedor de porta para piso, em latão, acabamento cromado - fabricante: Isero ou equivalente, produto de referência: Isero 265 ou equivalente.	Un	4,0	R\$ 25,00	R\$ 100,00
68	Tarjeta para porta de banheiro (livre-ocupado) cromada - ref. 719, fab. La fonte ou equivalente	Un	2,0	R\$ 43,27	R\$ 86,54
69	Persiana horizontal na cor bege, com lâminas em liga nobre de alumínio com efeito mola, medindo 25mm de largura e 0,21mm/0,08" de espessura, monocromática (cadastrar e acabamentos plásticos na mesma cor da lâmina), parada frontal com acionamento de freio sem a necessidade de movimentos para fora da área quadrada da persiana, controle de jogo de luz sem estrangulamento dos mecanismos através do sistema giratório sem fim, bastão de PVC cristal, trilhos superior e inferior de metal com tratamento antiferrugem, pintura em esmalte poliéster conforme padrão existente na PGR.	M2	300,0	R\$ 270,89	R\$ 81.267,00
MATERIAIS PARA FORRO E PAREDE DE GESSO					
70	Pendural ou presilha reguladora, em aço galvanizado, com corpo, mola e rebite, para perfil tipo canaleta de estrutura em forros drywall	Un	50,0	R\$ 1,80	R\$ 90,00
71	Perfil cantoneira L, lisa, em aço, 25 x 30 mm, e = 0,5 mm, para estrutura drywall	M	150,0	R\$ 2,81	R\$ 421,50
72	Chapa de drywall em gesso acartonado (RU), medindo 12,5 x 1200 x 2400 mm, marca	M2	173,0	R\$ 26,51	R\$ 4.586,23



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

	Lafarge gypsum ou equivalente				
73	Chapa de drywall standard (ST) em gesso acartonado, medindo 12,5 x 1200 x 2400 mm - marca Lafarge gypsum ou equivalente	M2	450,0	R\$ 19,59	R\$ 8.815,50
74	Gesso em pó para revestimentos/molduras/sancas e uso geral, secagem lenta, validade de no mínimo 60 dias para o vencimento	Sc	200,0	R\$ 0,73	R\$ 146,00
75	Perfil montante, formato C, em aço zincado, para estrutura parede drywall, e = 0,5 mm, 70 x 3000 mm (L x C)	M	90,0	R\$ 7,65	R\$ 688,50
76	Perfil guia, formato U, em aço zincado, para estrutura parede drywall, e = 0,5 mm, 70 x 3000 mm (L x C)	M	90,0	R\$ 6,00	R\$ 540,00
77	Perfil para forro de gesso acartonado, tipo Canaleta, 70x20 (LxH), fabricado em aço galvanizado, com espessura de 0,50 mm, barra medindo 3 metros	Br	20,0	R\$ 21,53	R\$ 430,60
78	Regulador para canaleta para forro de gesso 70x20	Un	120,0	R\$ 2,82	R\$ 338,40
79	Perfil tipo cantoneira em L, em aço galvanizado, branco, para forro removível 25 x 30mm	M	450,0	R\$ 4,12	R\$ 1.854,00
MATERIAIS PARA DIVISÓRIAS					
80	Cantoneira (abas iguais) em aço carbono, 25,4 mm x 3,17 mm (l x e), 1,27 kg/m	M	12,0	R\$ 11,37	R\$ 136,44
81	Chapa galvanizada # 16, 6 cm x 5 cm com 03 furos, para fixação de painéis de divisória, conforme padrão existente na PGR.	Un	360,0	R\$ 18,67	R\$ 6.721,20



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

82	Tubo industrial quadrado aço sae - 40x40mm 1,20mm (#18) 6000 mm	Un	100,0	R\$ 70,31	R\$ 7.031,00
83	Tubo industrial quadrado aço sae - 40x20mm 1,20mm (#18) 6000 mm	Un	100,0	R\$ 66,71	R\$ 6.671,00
84	Perfil metálico "U", aço carbono, dimensões: largura 4 cm, abas iguais 8,5cm, chapa # 18 (1,20 mm), barra com 3 metros	Un	100,0	R\$ 33,07	R\$ 3.307,00
85	Perfil metálico "U", aço carbono, dimensões: largura 4 cm, abas iguais 4cm, chapa # 18 (1,20 mm), barra com 3 metros	Un	100,0	R\$ 16,00	R\$ 1.600,00
86	Perfil metálico "U", aço carbono, dimensões: largura 4 cm, abas iguais 2,5cm, chapa # 18 (1,20 mm), barra com 3 metros	Un	150,0	R\$ 26,17	R\$ 3.925,50
87	Barra chata ferro, de 1" x 1/8", barra medindo 6 metros - ref. astm a-36 marca Gerdau ou equivalente	Un	4,0	R\$ 34,22	R\$ 136,88
PISOS E BANCADAS					
88	Piso de granito preto São Gabriel, 20mm de espessura, na dimensão 49,7cm x 49,7 cm.	m2	30,0	R\$ 377,13	R\$ 11.313,90
89	Granito pra bancada, polido, tipo andorinha/quartz/castelo/corumbá ou outros equivalentes da região, E= *2,5* CM	m2	5,0	R\$ 513,82	R\$ 2.569,10
90	Abertura para encaixe de cuba ou lavatório em bancada de mármore/granito ou outro tipo de pedra natural	un	3,0	R\$ 124,38	R\$ 373,14
91	Furo para torneira ou outros acessórios em bancada de mármore/granito ou outro tipo de	un	3,0	R\$ 18,65	R\$ 55,95



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

	pedra natural				
92	Piso tátil de alerta, em concreto, tipo ladrilho hidráulico, placa medindo 40 x 40 cm, e = 20 mm, cor vermelha - marca: Andaluz acessibilidade, ref. linha cimento ou equivalente.	Un	50,0	R\$ 16,60	R\$ 830,00
93	Piso Tátil Alerta de borracha, 25 x 25cm, com 5mm de espessura- Amarelo, marca DAUD ou equivalente	m2	80,0	R\$ 215,50	R\$ 17.240,00
94	Piso tátil direcional, em concreto, tipo ladrilho hidráulico, placa medindo 40 x 40 cm, e = 20 mm, cor vermelha - marca Andaluz acessibilidade, ref. linha cimento ou equivalente	Un	150,0	R\$ 17,60	R\$ 2.640,00
95	Piso Tátil Direcional de borracha, 25 x 25cm, com 5mm de espessura- Amarelo, marca DAUD ou equivalente	m2	200,0	R\$ 223,83	R\$ 44.766,00
96	Piso vinílico 2mm de espessura, dimensões: 30cm x 30cm, caixa com 5,04m2, cor opala branca - marca: Paviflex, linha thru, ref. 103, ou equivalente.	Cx	2,0	R\$ 74,54	R\$ 149,08
97	Rodapé de granito preto São Gabriel, 20mm de espessura, na dimensão 50cm x 10cm.	Un	50,0	R\$ 56,43	R\$ 2.821,50
98	Rodapé hospitalar (tipo testeira) para degrau, em tiras medindo 5m, e= 2 mm, cor opala branca - marca Paviflex, ref. 107	M	10,0	R\$ 24,48	R\$ 244,80
99	Rodapé hospitalar em nível em tiras de 5,00m, e= 2mm, cor 103 - opala branca - marca Paviflex thru	M	20,0	R\$ 22,56	R\$ 451,20
100	Soleira de granito preto São Gabriel, 20mm de espessura, largura 150mm.	M	5,0	R\$ 74,06	R\$ 370,30
TINTAS E VERNIZES					



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

101	Fundo especial para promover aderência de tinta esmalte sobre superfícies de aço galvanizado e chapas zincadas galão 3,6 l – ref.: Super galvite, fabricante Sherwin-Williams ou equivalente.	Gl	14,0	R\$ 198,98	R\$ 2.785,72
102	Massa acrílica para superfícies internas e externas - ref. Metalatex, marca Sherwin Williams ou equivalente	kg	72,0	R\$ 7,33	R\$ 527,76
103	Massa corrida para superfícies de ambientes internos. deverá apresentar as seguintes características técnicas mínimas: rendimento 40 m2/lata 18l/demão, sólidos por peso 65%, sólidos por volume 42%	kg	450,0	R\$ 3,67	R\$ 1.651,50
104	Selador acrílico para madeira, qualidade extra, acabamento acetinado, galão 3,6 litros, marca Sayerlack ou equivalente.	Gl	6,0	R\$ 152,94	R\$ 917,64
105	Tinta acrílica para piso, cor concreto, lata com 18 litros - marca Suvnil, ref.: Piso, ou equivalente	Litro	180,0	R\$ 20,20	R\$ 3.636,00
106	Tinta látex acrílica super premium, cor branco fosco, sem cheiro. Deverá apresentar as seguintes características técnicas mínimas: rendimento 300 m2/lata 18l/demão, tempo de secagem final: 4h	Litro	900,0	R\$ 36,01	R\$ 32.409,00
107	Tinta acrílica premium semibrilho, cor branco gelo, sem cheiro. referência: Suvnil, Sherwin Williams ou equivalente, embalagem: lata com 18 litros. Deverá apresentar as seguintes características técnicas mínimas: rendimento 300 m2/lata 18l/demão, tempo de secagem final: 4h	Lt	100,0	R\$ 664,76	R\$ 66.476,00
108	Tinta epóxi, cor cinza, catalisável, acabamento brilhante, galão contendo 2,7 litros - ref. Coral Wandepoxy ou equivalente	Gl	4,0	R\$ 368,13	R\$ 1.472,52
109	Catalisador para tinta epóxi, tipo amida, resistente a água, galão contendo 0,9 litros - marca Coral, ref.: Wandepoxy ou equivalente	Gl	16,0	R\$ 119,33	R\$ 1.909,28



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

110	Tinta epóxi, cor amarela, catalisável, acabamento brilhante, galão contendo 2,7 litros - ref. Coral Wandepoxy ou equivalente	Gl	4,0	R\$ 447,77	R\$ 1.791,08
111	Tinta epóxi, cor preta, catalisável, acabamento brilhante, galão contendo 2,7 litros - ref. Coral Wandepoxy ou equivalente	Gl	4,0	R\$ 453,77	R\$ 1.815,08
112	Tinta epóxi, cor vermelha, catalisável, acabamento brilhante, galão contendo 2,7 litros - ref. Coral wandepoxy ou equivalente	Gl	4,0	R\$ 356,74	R\$ 1.426,96
113	Tinta esmalte sintético premium acetinado	Litro	44,0	R\$ 46,45	R\$ 2.043,80
114	Tinta esmalte sintético premium brilhante	Litro	76,0	R\$ 46,95	R\$ 3.568,20
115	Tinta esmalte base água premium brilhante	Litro	15,0	R\$ 47,51	R\$ 712,65
116	Tinta a base de resina acrílica emulsionada em água, para sinalização horizontal viária (NBR 13699:2012)	Litro	36,0	R\$ 24,98	R\$ 899,28
117	Verniz à base resina alquídica com poliuretano para madeira, com filtro solar, brilhante, uso interno e externo	Litro	22,0	R\$ 40,29	R\$ 886,38
VIDROS E ESPELHOS					
118	Vidro laminado 8mm (4mm + filme PVB + 4mm), tipo VTX 120 STII 44 da cebrace, chapa 3,21 x 2,40m	Chapa	1,0	R\$ 2.208,31	R\$ 2.208,31
119	Vidro laminado 6mm, cor cinza, ref. VTX CCI33, fabricante cebrace ou equivalente,	Chapa	1,0	R\$ 2.030,96	R\$ 2.030,96



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

	chapa 3,21 x 2,40m				
120	Vidro liso transparente incolor 6mm	M2	2,0	R\$ 216,96	R\$ 433,92
121	Vidro liso transparente incolor 8mm	M2	12,0	R\$ 307,62	R\$ 3.691,44
122	Espelho cristal 4mm	M2	5,0	R\$ 424,57	R\$ 2.122,85
TOTAL ESTIMADO ANUAL					R\$ 765.432,54
					R\$ 766.516,44
TOTAL ESTIMADO ANUAL com BDI estimado de 14,02%					R\$ 872.746,18
					R\$ 873.982,04

ANEXO C – MATERIAIS DE CONSUMO (Rateio entre todos os postos (28) exceto Auxiliar de Encarregado)

MATERIAIS DE CONSUMO			
ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QTD.
1	Diluyente aguarrás	litro	30
2	Balde plástico 12 litros	un	5



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

3	Broca chata de madeira Ø 1" (LINHA PROFISSIONAL).	un	1
4	Broca chata para madeira Ø 3/8" (LINHA PROFISSIONAL).	un	1
5	Broca chata para madeira Ø 5/8" (LINHA PROFISSIONAL).	un	1
6	Broca de aço rápido Ø 1/4" (LINHA PROFISSIONAL).	un	4
7	Broca de aço rápido Ø 2mm (LINHA PROFISSIONAL).	un	8
8	Broca de aço rápido Ø 3/8" (LINHA PROFISSIONAL).	un	4
9	Broca de aço rápido Ø 4mm (LINHA PROFISSIONAL).	un	4
10	Broca de aço rápido Ø 5/16" (LINHA PROFISSIONAL).	un	4
11	Broca de aço rápido Ø 9/64" (LINHA PROFISSIONAL).	un	50
12	Broca de vídia para concreto Ø 10mm ou 3/8" (LINHA PROFISSIONAL).	un	1
13	Broca de vídia para concreto Ø 13mm ou 1/2" (LINHA PROFISSIONAL).	un	1
14	Broca de vídia para concreto Ø 16mm ou 5/8" (LINHA PROFISSIONAL).	un	1
15	Broca de vídia para concreto Ø 19mm ou 3/4" (LINHA PROFISSIONAL).	un	1
16	Broca de vídia para concreto Ø 6mm ou 1/4" (LINHA PROFISSIONAL).	un	1
17	Broca de vídia para concreto Ø 8mm ou 5/16" (LINHA PROFISSIONAL).	un	1
18	Broca chata 35mm	un	1
19	Broxa para pintura 190x76mm, retangular (LINHA PROFISSIONAL).	un	2
20	BUCHA DE NYLON SEM ABA S10	un	200
21	BUCHA DE NYLON SEM ABA S6	un	150
22	BUCHA DE NYLON SEM ABA S8	un	1000
23	Bucha de nylon tipo "fly" nº 4 – embalagem com 50 unidades	un	20
24	Carga para botijão de gás de 13kg.	un	2
25	Chumbador PBA com porca e arruela 1/2"x3"	un	100
26	Cola branca base PVA EXTRA, tubo de 1kg.	Kg	10
27	Cola de contato sem toluol, galão com 2,8kg	gl	7
28	Óleo lubrificante em aerossol 300 ml	un	6
29	Detergente NEUTRO USO GERAL, CONCENTRADO	litro	10
30	Disco de Corte para metal, 14" 355x2,4x25mm	un	12
31	Disco de corte para metal, 4 1/2" (LINHA PROFISSIONAL).	un	30
32	Disco de desbaste para metal 4 1/2" (LINHA PROFISSIONAL)	un	20
33	Disco de serra circular de vídia 250mm, 40 dentes, para madeira (LINHA PROFISSIONAL)	un	1
34	Disco de vídea para serra circular, 10" ou 254mm, com 80 dentes, para corte de MDF revestido	un	1
35	Disco de vídea para serra circular, 7.1/4" ou 185mm, com 60 dentes, para corte de MDF revestido	un	1
36	Disco diamantado 110mm, corte seco, para serra mármore (LINHA PROFISSIONAL)	un	6



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

37	Elástico para carga, 100cm, com gancho nas duas extremidades (LINHA PROFISSIONAL).	un	10
38	Eletrodo revestido AWS, E6013, Ø 2,5mm	kg	15
39	Escova de aço, com cabo, 4 X 15 com 3 fileiras de cerdas	un	5
40	Estilete largo com trava, lâmina 18mm (LINHA PROFISSIONAL).	un	20
41	Estopa multiuso branca	kg	150
42	Fita crepe, 50mm x 50m	un	120
43	Fita de neoprene autoadesiva, 40x5mm (largura x espessura), cor preta- rolo com 10m: marca Adere ou equivalente	rl	10
44	Fita zebra sem adesivo em amarelo e preto, para sinalização, rolo de 7cmx200m	rl	12
45	Flanela 39 cm x 59 cm	un	50
46	Fresa reta 1/4 x 13mm, para acabamento com rolamento (LINHA PROFISSIONAL).	un	1
47	Grafite em pó, embalagem com 25g	un	15
48	Grampo 6mm para grampeador manual – 106/6 (caixa com 3.500 unid.).	cx	5
49	Graxa para uso geral	kg	5
50	Jogo de facas plaina elétrica (LINHA PROFISSIONAL).	jg	2
51	Lâmina para estilete largo 18mm - blister com 10 un. (LINHA PROFISSIONAL).	cx	12
52	Lâmina de serra 12"- 24 dentes por polegada (LINHA PROFISSIONAL).	un	40
53	Lâmina para serra tico-tico (jogo com lâminas para madeira e ferro com 10 unidades) (LINHA PROFISSIONAL).	jg	1
54	LAMPADA LED 10W BIVOLT BRANCA, FORMATO TRADICIONAL (BASE E27), luz branca	un	4
55	Lápis para carpinteiro	un	8
56	Linha para pedreiro, em poliamida, 0,80mm x 100m (REF. Vonder) (LINHA PROFISSIONAL)	rl	4
57	lixa para madeira nº 100 (folha)	un	1000
58	lixa para madeira nº 150 (folha)	un	800
59	lixa para madeira nº 220 (folha)	un	100
60	LONA PLÁSTICA EXTRA FORTE PRETA, E = 200 MICRA	m2	2400
61	MANGUEIRA CRISTAL PARA NÍVEL, LISA, PVC TRANSPARENTE, 5/16" X1 MM	m	20
62	Massa F12 para madeira, cor cerejeira, 400g	lt	5
63	MASSA PLÁSTICA PARA MÁRMORE/GRANITO	un	12
64	Óleo lubrificante para máquinas, 100ml	un	12
65	Parafuso Philips, 3,0x12mm, cabeça chata bicromatizado (cx c/ 1.000 un)	cx.	3
66	Parafuso auto atarraxante 4,0x16mm, cabeça chata Phillips, bicromatizado (cx c/ 500 un)	cx.	12



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

67	Parafuso auto atarraxante 4,0x25mm, cabeça chata Phillips, bicromatizado (cx c/ 500 un)	cx.	12
68	Parafuso auto atarraxante 4,0x40mm, cabeça chata Philips, bicromatizado (cx c/ 500 un)	cx.	4
69	Parafuso auto atarraxante 4,0x50mm, cabeça chata Phillips, bicromatizado (cx c/ 500 un)	cx.	2
70	Parafuso auto atarraxante 4,5x60mm, cabeça chata Phillips, bicromatizado (cx c/ 200 un)	cx.	2
71	Parafuso auto atarraxante 5,0x25mm, cabeça chata Phillips, bicromatizado (cx c/ 500 un)	cx.	4
72	Parafuso auto atarraxante 5,0x30mm, cabeça chata Phillips, bicromatizado (cx c/ 500 un)	cx.	4
73	Parafuso auto atarraxante 5,0x60mm, cabeça chata Phillips, bicromatizado (cx c/ 200 un)	cx.	4
74	Parafusos auto brocante flangeado 4,2x13, cabeça chata Philips, zincado (cx c/ 500 un)	cx.	12
75	Parafusos auto brocante flangeado 4,2x45, cabeça chata Philips, zincado (cx c/ 100 un)	cx.	4
76	Parafusos sextavado auto atarraxante flangeado com fenda, 4,2x13mm, zincado (cx c/ 50 un)	cx.	1
77	PARAFUSO DRY WALL, EM AÇO FOSFATIZADO, CABEÇA TROMBETA E PONTA BROCA (TB), COMPRIMENTO 35 MM	cx.	2
78	Pó de Giz Vermelho 115g para Drywall	un	2
79	Porca olhal M12 (Norma DIN 582)	un	100
80	Prego com cabeça 15x21, 1 kg	kg	5
81	Pregos com cabeça 13x15, 1 kg	kg	5
82	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABEÇA 15 X 15 (1 1/4 X 13), 1 kg.	kg	5
83	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABEÇA 17 X 21 (2 X 11), 1 kg	kg	5
84	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABEÇA DUPLA 17 X 27 (2 1/2 X 11), 1 kg	kg	5
85	REBITE DE ALUMINIO VAZADO DE REPUXO, 3,2 X 8 MM (cx = 100 UNIDADES)	cx.	3
86	Rolo de lã sintética anti respingo, 23cm (LINHA PROFISSIONAL).	un	12
87	Rolos de espuma com suporte, 15 cm (LINHA PROFISSIONAL).	un	16
88	Rolos de espuma com suporte, 5cm (LINHA PROFISSIONAL).	un	24



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

89	Rolos de espuma com suporte, 9cm (LINHA PROFISSIONAL).	un	40
90	Saco de pano alvejado 50 x 75 cm	un	90
91	SACO DE RAFIA PARA ENTULHO, NOVO, LISO (SEM CLICHÊ), *60 X 90* CM	un	100
92	Saco para aspirador de pó (LINHA PROFISSIONAL).	un	24
93	Serra Copo Bi-Metálico 6" ou 152 mm (para ferro – LINHA PROFISSIONAL).	un	1
94	Serra Copo Bi-Metálico Ø de 2.1/2" ou 64mm (LINHA PROFISSIONAL).	un	1
95	Serra Copo Bi-Metálico Ø de 3/4" (LINHA PROFISSIONAL).	un	1
96	Suporte garfo para rolo de pintura de 23cm e cabo (LINHA PROFISSIONAL).	un	8
97	TELA PLÁSTICA LARANJA, TIPO TAPUME PARA SINALIZAÇÃO, MALHA RETANGULAR, ROLO 1.20 X 50 M (L X C)	m	100
98	thinner para diluição e/ou limpeza, 5 litros	un	12
99	Trinchas de 1/2" (LINHA PROFISSIONAL).	un	24
100	Trinchas de 3/4" (LINHA PROFISSIONAL).	un	24
101	PINCEL CHATO (TRINCHA) CERDAS GRIS 1.1/2 " (38 MM)	un	24
102	Trinchas de 1" (LINHA PROFISSIONAL).	un	24
103	Trinchas de 2" (LINHA PROFISSIONAL).	un	24
104	Trinchas de 3" (LINHA PROFISSIONAL).	un	24
105	VERNIZ À BASE DE RESINA ALQUÍDICA COM POLIURETANO PARA MADEIRA, COM FILTRO SOLAR, BRILHANTE, USO INTERNO E EXTERNO	litro	6
106	Vidro escuro para máscara de solda	un	12

**ANEXO D – EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS (Rateio entre todos os Postos (28),
exceto Auxiliar de Encarregado)**

EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS				
ITEM	MATERIAL	UN	QTD.	PRAZO DE REPOSIÇÃO (MESES)
1	Alicate de bico meia cana 6", cabo emborrachado (LINHA PROFISSIONAL).	un	6	60



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

2	Alicate de corte diagonal 8", com cabo emborrachado (LINHA PROFISSIONAL).	un	6	60
3	Alicate de pressão 10" (LINHA PROFISSIONAL).	un	6	60
4	Alicate puncionador para drywall	un	4	60
5	Alicate rebitador manual 10", com 04 bicos (LINHA PROFISSIONAL).	un	6	24
6	Alicate torquês 14" (LINHA PROFISSIONAL).	un	2	60
7	Alicate travador de serrote (LINHA PROFISSIONAL).	un	2	60
8	Alicate universal 8", cromo vanádio (LINHA PROFISSIONAL).	un	6	60
9	Aplicador de silicone (LINHA PROFISSIONAL).	un	4	60
10	Arco de serra para lâmina de 12" (LINHA PROFISSIONAL).	un	3	12
11	Aspirador de pó e água, capacidade 20 litros, potência mínima de 1400W e baixo nível de ruído (LINHA PROFISSIONAL)	un	2	60
12	Base para serra copo Ø 32 a 150mm (LINHA PROFISSIONAL).	un	2	60
13	Base para serra copo Ø de 3/4" (LINHA PROFISSIONAL).	un	2	60
14	Betoneira 1 traço Max 400 litros 2CV - Monofásica 220V	un	1	60
15	Bit Phillips PH2 50mm, encaixe 1/4" (LINHA PROFISSIONAL).	un	10	1
16	Botijão de gás de 13kg (vasilhame)	un	1	60
17	Caixa para ferramentas de aço com 5 gavetas, 40cm (LINHA PROFISSIONAL).	un	4	60
18	Carretel de linha para drywall, com 30 m	un	4	36
19	Carrinho retrátil de carga, capacidade de até 60 kg	un	6	60
20	Carrinho de mão metálico tipo caçamba, reforçado, capacidade 50 litros, pneu com câmara (LINHA PROFISSIONAL).	un	4	60
21	Carrinho armazém para carga de até 120kg metálico, roda de borracha	un	1	60
22	Carrinho plataforma com assoalho de chapa, capacidade 300Kg, com aba frontal fixa (LINHA PROFISSIONAL).	un	1	60
23	Carro funcional, modelo América, fabricado 100% em Polipropileno – (com 01 saco em poliéster e tampa) - LINHA PROFISSIONAL	un	6	60
24	Chave de fenda ponta chata de 1/8 x 4" (LINHA PROFISSIONAL).	un	4	12
25	Chave de fenda ponta chata de 1/8 x 6" (LINHA PROFISSIONAL).	un	4	12
26	Chave de fenda ponta chata de 1/8 x 8" (LINHA PROFISSIONAL).	un	4	12
27	Chave de fenda ponta chata de 3/16 x 4" (LINHA PROFISSIONAL).	un	4	12



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

28	Chave de fenda ponta chata de 3/16 x 6" (LINHA PROFISSIONAL).	un	4	12
29	Chave de fenda ponta chata de 3/16 x 8" (LINHA PROFISSIONAL).	un	4	12
30	Chave de fenda ponta cruzada de 1/8 x 4" (LINHA PROFISSIONAL).	un	4	12
31	Chave de fenda ponta cruzada de 1/8 x 6" (LINHA PROFISSIONAL).	un	4	12
32	Chave de fenda ponta cruzada de 1/8 x 8" (LINHA PROFISSIONAL).	un	4	12
33	Chave de fenda ponta cruzada de 3/16 x 4" (LINHA PROFISSIONAL).	un	4	12
34	Chave de fenda ponta cruzada de 3/16 x 6" (LINHA PROFISSIONAL).	un	4	12
35	Chave de fenda ponta cruzada de 3/16 x 8" (LINHA PROFISSIONAL).	un	4	12
36	Chave inglesa ajustável 10"	un	1	60
37	Mangueira de sucção flexível 4" (100mm)	m	10	60
38	Colher de pedreiro reta 9" com cabo de madeira (LINHA PROFISSIONAL).	un	2	12
39	Compressor de ar direto de 1/2 hp com kit completo para pintura (LINHA PROFISSIONAL).	un	1	60
40	Coletor de pó 2 CV (monofásico) 2 entradas 1 reservatório (LINHA PROFISSIONAL)	un	1	60
41	Cortador de vidro com reservatório de óleo (LINHA PROFISSIONAL).	un	1	36
42	Despenadeira dentada de aço inox, dente de 8, empunhadura de madeira com suporte de aço, 25cm (LINHA PROFISSIONAL).	un	2	60
43	Despenadeira estriada de plástico para reboco (LINHA PROFISSIONAL).	un	2	12
44	Despenadeira lisa de aço inox 400mm (LINHA PROFISSIONAL).	un	6	24
45	Enxada larga 2,5 libras, com cabo em madeira min. 130cm (LINHA PROFISSIONAL).	un	2	60
46	Enxada largo 2,5 libras, com cabo de madeira min. 130cm (LINHA PROFISSIONAL).	un	1	60
47	Escada tesoura dupla em fibra de vidro 6 degraus 1,80 m- (LINHA	un	6	60



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

	PROFISSIONAL)			
48	Escada Extensível em alumínio, com sapatas de borracha, altura fechada 3,60 M, altura estendida de 6,0 a 6,30 M, largura mínima de 35 cm, capacidade de*120* KG	un	2	60
49	Escada tesoura dupla em fibra de vidro 10 degraus- 3 m (LINHA PROFISSIONAL).	un	2	60
50	Esmerilhadeira angular 7" (mínimo de 2.000W – LINHA PROFISSIONAL)	un	1	60
51	Espátula 8" aço temperado com cabo de madeira (LINHA PROFISSIONAL)	un	6	6
52	Esquadro para carpinteiro 12", com cabo metálico (LINHA PROFISSIONAL).	un	8	60
53	Extensão elétrica 03 tomadas, comprimento 10m, cabo PP 2x2,5mm (LINHA PROFISSIONAL).	un	6	36
54	Extensão elétrica, comprimento 30m, cabo PP 2x2,5mm (LINHA PROFISSIONAL).	un	2	36
55	Formão chanfrado para madeira 1/2" (LINHA PROFISSIONAL).	un	4	60
56	Formão chanfrado para madeira 3/4" (LINHA PROFISSIONAL).	un	4	60
57	Formão chanfrado para madeira 3/8" (LINHA PROFISSIONAL).	un	4	60
58	Furadeira de bancada, 1/2 HP com mandril de 5/8", monofásica (LINHA PROFISSIONAL).	un	1	36
59	Furadeira parafusadeira 18v, duas baterias, mandril 3/8, bateria mínimo 1,3 Ah Li-Ion, com carregador (LINHA PROFISSIONAL).	un	6	60
60	Furadeira profissional manual com mandril 1/2", com reversão, 750W (LINHA PROFISSIONAL).	un	2	60
61	Grampeador manual de tapeceiro - para grampos 4,6 e 8mm (LINHA PROFISSIONAL)	un	2	24
62	Grampo ferro fundido tipo C de 10" (LINHA PROFISSIONAL)	un	4	60
63	Grampo ferro fundido tipo C de 3" (LINHA PROFISSIONAL)	un	4	12
64	Grampo ferro fundido tipo C de 6" (LINHA PROFISSIONAL)	un	4	60
65	Grosa meia cana, 10", com cabo (LINHA PROFISSIONAL).	un	4	36
66	Grosa redonda, 10", com cabo (LINHA PROFISSIONAL).	un	4	36
67	Haste misturador de Tinta e Gesso 100 x 600 mm	un	3	26



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

68	Jogo chave combinada boca/estria de 6 a 22mm (6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17 e 19 mm)	un	1	60
69	Jogo de bit para parafusadeira – com mínimo de 25 peças (LINHA PROFISSIONAL).	jg	1	36
70	Jogo de chave tipo allen, hexagonal, 12 peças ponta abaulada (1.5, 2, 2.5, 3, 3.5, 4, 4.5, 5, 5.5, 6, 7, 8, 10 e 12 mm) (LINHA PROFISSIONAL).	jg	1	36
71	Jogo de chave tipo allen, hexagonal, 12 peças ponta abaulada (1/16", 5/64", 3/32", 1/8", 5/32", 3/16", 7/32", 1/4", 5/16", 3/8", 7/16", 1/2") (LINHA PROFISSIONAL).	jg	1	36
72	Jogo de fresas para tupa de coluna, jogo de 12 peças (LINHA PROFISSIONAL).	jg	1	36
73	Jogo de ponteiro, talhadeira e brocas SDS, para martetele eletropneumático, mínimo 10 peças (LINHA PROFISSIONAL).	jg	1	36
74	Jogo de soquetes em cromo vanádio com 22 peças, mínimo 18 soquetes do 8 ao 32 (LINHA PROFISSIONAL).	jg	1	60
75	Lança chama com 2 registros de gás e gatilho regulador de chama, com mangueira 5,00m. (LINHA PROFISSIONAL).	un	1	60
76	Lima triangular 6", com cabo (LINHA PROFISSIONAL)	un	4	24
77	Lixadeira orbital com coletor de pó, ¼ de folha (mínimo 220W, LINHA PROFISSIONAL)	un	4	60
78	Marreta oitavada com cabo - 2kg (LINHA PROFISSIONAL)	un	2	60
79	Marreta oitavada com cabo - 5kg (LINHA PROFISSIONAL).	un	1	60
80	Martetele SDS perfurador/rompedor 1", mínimo de 800W (LINHA INDUSTRIAL).	un	1	60
81	Martelo Demolidor Industrial Hex 30 60J 1700W 23 Kg 220V com Acessórios	un	1	60
82	Martelo "tipo pena" 500g (LINHA PROFISSIONAL)	un	1	60
83	Martelo de borracha- tamanho 80mm, com cabo (LINHA PROFISSIONAL)	un	6	60
84	Martelo de unha, polido e envernizado de 25mm (LINHA PROFISSIONAL)	un	6	60
85	Máscara de solda com visor articulado, com escudo de celeron e carneira de plástico com regulagem (LINHA PROFISSIONAL)	un	1	36



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

86	Moto esmeril 6" - 2 rebolos (mínimo 360W ou ½ HP - LINHA PROFISSIONAL)	un	1	60
87	Nível laser com linhas verticais e horizontais	un	2	60
88	Nível de mão três bolhas, em alumínio, mínimo 40 cm (LINHA PROFISSIONAL)	un	6	12
89	Pá de bico com cabo de madeira de 70cm (LINHA PROFISSIONAL)	un	5	60
90	Parafusadeira para gesso (mínimo de 500 watts - LINHA PROFISSIONAL).	un	6	60
91	Pendente de luz tipo gaiola, 220V, cabo de 5m (LINHA PROFISSIONAL).	un	2	60
92	Plaina elétrica manual (mínimo 550W – LINHA PROFISSIONAL).	un	2	24
93	Plaina manual n.º 5 (LINHA PROFISSIONAL).	un	4	24
94	Serra de corte de bancada (policorte)14", mínimo 2000w	un	1	60
95	Ponteiro de aço 3/4 x 200mm	un	2	12
96	Prumo metálico dupla função (face e centro), 500g (LINHA PROFISSIONAL)	un	8	60
97	Régua de aço inoxidável, 1,00m (LINHA PROFISSIONAL)	un	2	36
98	Régua de alumínio para pedreiro, 2,00m (LINHA PROFISSIONAL).	un	4	12
99	Riscador de fórmica com cabo em madeira (LINHA PROFISSIONAL).	un	4	60
100	Serra circular de bancada de 10" (mínimo de 1.800W – LINHA PROFISSIONAL).	un	1	60
101	Serra circular manual 7 ¼" (mínimo de 1500W – LINHA PROFISSIONAL).	un	1	60
102	Serra mármore corte a seco e molhado (mínimo de 1300W – LINHA PROFISSIONAL).	un	1	60
103	Serra tico-tico (mínimo de 500W – LINHA PROFISSIONAL).	un	1	60
104	Serrote 20" (LINHA PROFISSIONAL).	un	4	60
105	Serrote de ponta para gesso 13" (LINHA PROFISSIONAL).	un	6	12
106	Serrote de costa de, mínimo 10" (LINHA PROFISSIONAL).	un	2	60
107	Talhadeira manual com punho de proteção 20x250mm (LINHA PROFISSIONAL).	un	2	24
108	Tenda Piramidal Reforçada 4 x 4m, tubular	un	1	24



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

109	Tesoura 10" para corte de chapa, corte reto, tipo aviação (LINHA PROFISSIONAL).	un	6	60
110	Tesoura com lâmina em aço inox 8", cabo em polipropileno, para uso geral (REF. Tramontina).	un	6	60
111	Transformador de solda, mínimo 180A (LINHA PROFISSIONAL)	un	1	60
112	Trena de aço, com trava, de 10m (LINHA PROFISSIONAL).	un	13	12
113	Tupia de coluna compacta 50/60Hz 1200w 220v - Marca de Referência - Worker	un	1	60
114	Ventosa tripla profissional (carga até 75 kg – LINHA PROFISSIONAL).	un	2	24
115	Soprador Aspirador Elétricos 600W 220V STPT 600-B2 - Marca de Referência - Stanley	un	1	60
116	Exaustor Centrífugo, Vazão: 5.000 M3/H, Pressão estática: 150 MCA, trifásico, potência 5CV-10CV, incluindo mangueira e acessórios.	un	1	60

ANEXO E1 – MATERIAIS DE ESCRITÓRIO (Supervisor Técnico, Auxiliar de Encarregado e Encarregado Rateio entre 03 postos)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN.	QTD.	PRAZO DE REPOSIÇÃO (MESES)
1	Borracha escolar bicolor	un	3	3
2	Caixa de grafite 0,5 HB	un	3	3
3	Caneta esferográfica, cor azul	un	29	3
4	Caneta marca texto, cor a escolher	un	2	1
5	Carimbo identificador, automático	un	3	12
6	Cartucho de tinta preta	un	1	1



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

7	Clipe de papel galvanizado nº 2/0 (caixa com 100un)	un	1	2
8	Escalímetro triangular 30cm	un	1	60
9	Extrator de grampo manual	un	1	60
10	Fita adesiva 12mmx30m	un	1	2
11	Grampeador metálico para 20 folhas	un	3	60
12	Grampo 26/6 galvanizado (caixa com 5.000un)	un	1	12
13	Lapiseira 0,5	un	3	3
14	Perfurador de papel, dois furos	un	1	60
15	Prancheta A4	un	6	24
16	Resma de papel sulfite A4	un	1	2
17	Tinta para carimbo, cor azul	un	1	3

ANEXO E2 – EQUIPAMENTOS/MOBILIÁRIO (Supervisor Técnico, Auxiliar de Encarregado e Encarregado Rateio entre 03 postos)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN.	QTD.	PRAZO DE REPOSIÇÃO (MESES)
1	Impressora multifuncional jato de tinta	un	1	60
2	Mesa retangular, para escritório, tipo secretária, tampo em MDF dimensões mínimas 1,20m x 0,70m, pés e base em aço com duas gavetas.	un	3	60
3	Microcomputador tipo "PC" completo com teclado, mouse e monitor, habilitado com software operacional e Office 365 ou superior e com placa de rede ethernet 10/100M.	un	3	60
4	Software de gerenciamento e controle da manutenção predial e controle de estoque.	un	1	12
5	Software Office 365 ou superior para controle administrativo de ordens de serviços diários, elaboração e emissão de documentos eletrônicos, acesso à rede internet, comunicação eletrônica diária, etc.	un	2	245
6	Software operacional Windows 10 ou superior, acesso à rede internet, comunicação eletrônica diária, etc.	un	3	60
7	Telefone Celular smartphone 4G, de linha e/ou Rádio habilitado para ligações locais fixas ou móveis e para os demais aparelhos do grupo.	un	3	60



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**ANEXO F – EQUIPAMENTOS EPI's e EPC's (Rateio entre todos os postos (28) exceto
Auxiliar de Encarregado)**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN.	QTD.	PRAZO DE REPOSIÇÃO (MESES)
1	Abafador de ruídos tipo concha. Atenuação de ruído: 12 dB. Ref. Kalipso ou equivalente	un	28	36
2	Avental de raspa de couro (LINHA PROFISSIONAL)	un	1	12



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

3	Bota em PVC, cano médio, sem forro. Ref.: MARLUVAS ou equivalente	par	13	12
4	Botina de segurança com elástico e sem bico de aço e com solado em poliuretano mono densidade. Ref. CARTOM ou equivalente	par	26	6
5	Botina de segurança em Nobuck com cadarço (administração), sem bico de aço e com solado em poliuretano mono densidade. ref. KADESH ou equivalente	par	3	6
6	Capa de chuva em PVC, reforçada, cor amarela, ref. BRASCAMP ou equivalente	un	26	36
7	Capacete de segurança, Classe A, com carneira. Ref. PLASTCOR ou equivalente	un	29	24
8	Cinturão de segurança tipo paraquedista com fivelas para regulagens e argola dorsal para fixação de talabartes. Para usuários de até 100 kg. Ref.: DULLY ou equivalente	un	13	36
9	Cone sinalizador, cores: branco e laranja, tamanho: 70 a 76 cm. Ref. PLASTCOR ou equivalente	un	20	60
10	Corda multifilamento trançada, em polipropileno, dimensões (diâmetro x comprimento): 12mm x 200m. Ref.: VONDER ou equivalente	un	1	24
11	Detector de Oxigênio para Espaço Confinado NR33	un	1	60
12	Luva de raspa de couro com 7cm de punho, Ref.: LUVEQ ou equivalente	par	13	6
13	Luva em malha de algodão e látex nitrílico para pedreiro, ref. FRIGELAR ou equivalente	par	6	1
14	Luva nitrílica, descartável caixa com 100 un, ref. Descarpac ou equivalente	cx	1	2
15	Mangote de segurança em raspa de couro	par	1	12
16	Mosquetão oval em, com abertura de 18mm e trava dupla. Ref.: Vicsa VIC24300 ou equivalente	un	13	36
17	Óculos de proteção com haste regulável – Incolor e anti	un	28	12



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

	risco. Ref.: POLIFER ou equivalente			
18	Óculos de solda com escurecimento automático	un	1	12
19	Perneira de raspa de couro com velcro	par	1	12
20	Placa tipo cavalete de sinalização com os dizeres "CUIDADO EM MANUTENÇÃO", tamanho 35 x 65cm, cor amarela, Ref. ENCARTALE ou equivalente	un	6	60
21	Protetor auditivo tipo plug, em silicone e cordão em PVC. Atenuação de ruído: 13 dB. Ref. VONDER ou equivalente.	un	29	1
22	Protetor solar profissional com 02 litros, FPS 30, Proteção UVB e UVA superior a 1/3 de UVB, ref. NUTRIEX ou equivalente.	un	1	12
23	Respirador semi-facial, categoria PFF1, sem válvula. Ref.: GRAZIA ou equivalente	un	30	1
24	Talabarte em "Y" com absorvedor e dois conectores. Para usuários de até 100 kg. Ref.: ATHENAS ou equivalente	un	13	36
25	Trava-quedas em aço para corda de 12mm, extensor de 25 X 300 mm, com mosquetão tipo gancho trava dupla	un	13	36

ANEXO G - UNIFORMES

PROFISSIONAL - POSTO	DESCRIÇÃO DO UNIFORME - CONJUNTO
Supervisor Técnico	<ul style="list-style-type: none">- Camisa polo 100% algodão com cor diferente das outras categorias;- calça Jeans;- cinto de couro;- meias 100% algodão;- botina social (administração);- casaco de frio em nylon, com capuz e forração interna.
Encarregado	<ul style="list-style-type: none">- Camisa polo 100% algodão com cor diferente das outras categorias;- calça Jeans;- cinto de couro;



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

	<ul style="list-style-type: none">- meias 100% algodão;- botina social (administração);- casaco de frio em nylon, com capuz e forração interna.
Auxiliar de encarregado	<ul style="list-style-type: none">- Camisa polo 100% algodão com cor diferente das outras categorias;- calça Jeans;- cinto de couro;- meias 100% algodão;- botina social (administração);- casaco de frio em nylon, com capuz e forração interna.
Marceneiro, Pedreiro, Pintor, Serralheiro e Ajudante	<ul style="list-style-type: none">- Camisa polo 100% algodão;- calça Jeans,- cinto de couro;- jaleco de brim;- boné;- meias 100% algodão;- botina de segurança- casaco de frio em nylon, com capuz e forração interna.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	PERIODICIDADE DE FORNECIMENTO
1	Camisa polo 100% algodão	04	Semestral
2	Camisa polo 100% algodão (Pintores)	03	Quadrimestral
3	Calça Jeans	02	Semestral
4	Cinto de couro preto, com fivela metálica	01	Anual
5	Jaleco em brim	01	Semestral
6	Meias 100% algodão	04	Semestral
7	Botina social (administração)	01	Semestral
8	Casaco de frio em nylon, com capuz e forração interna	01	Anual
9	Boné	01	Anual



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

ANEXO H – MOBILIÁRIO (Rateio todos 29 postos)

Item	Especificação	Unidade de medida	Qtd	Prazo de reposição (meses)
------	---------------	-------------------	-----	----------------------------



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

1	Armário alto em aço com pintura anti ferrugem ferrugem, dimensões mínimas 193cm x 69cm x 40cm (AxLxP), porta dupla, com chave e fechadura e com, no mínimo 4 divisões internas horizontais.	un	4	60
2	Armário roupeiro alto em aço com pintura anti ferrugem, dimensões mínimas 195cm x 65cm x 40cm (AxLxP), 04 portas 02 colunas, com porta cadeado	un	7	60
3	Cadeira giratória em tecido ou couro, cor preta, para escritório, com rodízios, com encosto e braços ajustáveis.	un	29	60
4	Gaveteiro volante em MDF com chave, dimensões mínimas 0,45m x 0,30m x 0,50m (PxLxA), mínimo 3 gavetas com chave e fechadura.	un	3	60
5	Relógio de ponto biométrico com capacidade para no mínimo 30 usuários ou sistema remoto para controle de frequência.	un	2	60
6	Cadeado de latão 30mm.	un	29	60

ANEXO I – SERVIÇOS **EXTRAORDINÁRIOS EXCEPCIONAIS - DEMONSTRATIVO DO VALOR**

TABELA 01- CUSTO UNITÁRIO MÉDIO DAS OBRAS PADRÃO MPF							
ITEM	UNIDADE	TIPO	SITUAÇÃO	(A) ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA (m2)	(B) Valor total da Obra	(C) Valor custo/m2 C=A*B	



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

1	Construção do Edifício Sede da Procuradoria da República em Boa Vista - RR	PRÓPRIO	PRÉDIO INTEIRO	8.500,00	R\$ 56.832.371,00	R\$ 6.686,16	
2	Construção do Edifício Sede da Procuradoria da República em Natal - RN	PRÓPRIO	PRÉDIO INTEIRO	10.500,00	R\$ 69.668.711,00	R\$ 6.635,12	
3	Construção do Edifício Sede da Procuradoria da República em Vitória da Conquista - BA	PRÓPRIO	PRÉDIO INTEIRO	1.750,00	R\$ 11.041.416,00	R\$ 6.309,38	
TOTAL				20.750,00	R\$ 137.542.498,00	R\$ 6.628,55	(D) Valor de custo unitário médio das obras padrão MPF

Cumpra-se mencionar que para os cálculos da Tabela 01, acima, onde foi obtido o VALOR CUSTO UNITÁRIO MÉDIO PARA AS OBRAS PADRÃO MPF, foram adotados os seguintes parâmetros:

- 1) As áreas construídas (A) e os custos de construção (B) de 3 imóveis do MPF que estão em construção no Brasil, conforme informações da Secretaria de Engenharia e Arquitetura- SEA;
- 2) Através desses valores (A*B), foi possível obter o custo/m² (C) do prédios padrão MPF;
- 3) Utilizando o somatório das áreas e custos de construção das obras $(C1+C2+C3)/3$, obteve-se o valor do custo unitário médio de obras padrão MPF (D), que será utilizado como base para atualizarmos o valor de construção do prédio da PGR e seus Anexos.

TABELA 02 - CUSTO ANUAL DA MANUTENÇÃO PREDIAL DA PGR E ANEXOS - ABNT 5674

ITEM	UNIDADE	TIPO	SITUAÇÃO	(E) ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA (m ²)	(D) Valor médio de custo/m ²	(F) Custo total de construção	(G) CUSTO/ANO MANUTENÇÃO PREDIAL (R\$)		
							1%	1,5%	2%
							R\$	R\$	R\$
1	Edifício Sede	PRÓPRIO	PRÉDIO	75.999,58	R\$ 6.628,55	R\$ 503.767.329,16	R\$	R\$	R\$



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

	Procuradoria-Geral da República- PGR		INTEIRO				5.037.673,29	7.556.509,94	10.075.346,58
2	Edifício ANEXO 2 - PGR	PRÓPRIO	PRÉDIO INTEIRO	791,87	R\$ 6.628,55	R\$ 5.248.953,15	R\$ 52.489,53	R\$ 78.734,30	R\$ 104.979,06
3	Edifício ANEXO 3 - PGR	PRÓPRIO	PRÉDIO INTEIRO	2.409,85	R\$ 6.628,55	R\$ 15.973.821,15	R\$ 159.738,21	R\$ 239.607,32	R\$ 319.476,42
TOTAL				79.201,30	R\$ 6.628,55	R\$ 524.990.103,46	R\$ 5.249.901,03	R\$ 7.874.851,55	R\$ 10.499.802,07

Dando continuidade , na Tabela 02, acima, foram obtidos os custos anuais que os prédios da PGR e Anexos deveriam gastar com sua manutenção predial, conforme a Norma da ABNT 5674

4) Segundo a ABNT 5674, estudos realizados em diversos países apontam que os custos de um ano de operação e manutenção de uma edificação podem variar de 1% a 2% do seu custo de construção inicial.

5) Para obtenção dos valores do custo de construção atualizado, foram utilizadas as áreas construídas totais (E) de cada prédio que constitui o complexo de edifícios da PGR e Anexos, multiplicando-se pelo valor unitário médio (D) das obras padrão MPF, resultado encontrado na Tabela 01

6) Foram feitos os cálculos para obtenção dos valores de custo de manutenção predial (G) , dentro da faixa indicada na Norma 5674, para verificar qual valor está condizente com os custos de manutenção da PGR e Anexos, atualmente.

7) Considerando que o contrato de manutenção predial da PGR, atende todo o complexo e os edifícios Anexos 2 e 3, utilizou-se o somatório de todas áreas, e seus devidos custos de construção. Assim obteve-se o valor de custo de manutenção predial total (H), dentro da faixa indicada na Norma 5674.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

TABELA 03- VALOR ESTIMATIVO PARA SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS EXCEPCIONAIS

ITEM	(H) Custo total anual de manutenção predial considerando 2% do valor total da construção, conforme NBR	(I) Custo anual do contrato de Manutenção hidráulica - TC 74/2024- Vigente - de 07/2024 a 06/2025 - COM POSSIBILIDADE DE DE SUBCONTRATAR SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS EXCEPCIONAIS	(J) Custo anual do contrato de Manutenção Elétrica- TC 44/2023- Vigente - de 07/2024 a 06/2025 - COM POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAR SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS EXCEPCIONAIS	(K) Custo anual do contrato da Manutenção Climatização e Automação- TC 39/2024- Vigente - de 07/2024 a 06/2025 - COM POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAR SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS EXCEPCIONAIS	(L) Custo anual do contrato de Manutenção Civil- TC 66/2024- Vigente - de 07/2024 a 06/2025 - SEM POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAR SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS EXCEPCIONAIS	(M) Custo anual do contrato de Manutenção de Som ambiente e Antena de TV - TC 9/2021 - Vigente - de 07/2024 a 06/2025 - COM POSSIBILIDADE DE DE SUBCONTRATAR SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS EXCEPCIONAIS	(N) Valor residual que pode ser utilizado para subcontratação de serviços EXTRAORDINÁRIOS EXCEPCIONAIS no contrato de Manutenção Civil (N = H-I-J-K-L-M)
1	R\$ 10.499.802,07	R\$ 1.274.867,40	R\$ 2.330.866,19	R\$ 2.861.551,46	R\$ 1.471.450,05	R\$ 342.481,42	R\$ 2.218.585,55
						TOTAL	R\$ 2.218.585,55

Dando continuidade, na Tabela 03, acima, foi obtido o valor estimativo que poderá ser previsto no item: Serviços EXTRAORDINÁRIOS EXCEPCIONAIS, utilizando-se os seguintes parâmetros:

8) Dos valores totais da manutenção predial para PGR e seus Anexos, obtidos na Tabela 02, verificou-se que dos percentuais indicados na Norma ABNT 5674, o que mais se adequa aos custos atuais da PGR, é o valor resultante do percentual de 2% (H)

9) Utilizando-se o valor referente a 2% (H) da manutenção predial da PGR e Anexos, foram deduzidos os valores dos contratos de manutenções vigentes, incluindo o valor contrato da manutenção civil, com o objetivo de encontrarmos o valor residual para servir de estimativa para contratação de serviços EXTRAORDINÁRIOS EXCEPCIONAIS da manutenção civil (N= H-I-J-K-L-M), visto que somente esse contrato não possui possibilidade de subcontratar serviços EXTRAORDINÁRIOS EXCEPCIONAIS



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

TABELA 04- VALOR ESTIMATIVO PARA SERVIÇOS **EXTRAORDINÁRIOSEXCEPCIONAIS**

ITEM	(N) Valor residual que pode ser utilizado para subcontratação de serviços EXTRAORDINÁRIOSEXCEPCIONAIS no contrato de Manutenção Civil (N = H-I-J-K-L-M)	(O) Histórico - Valores gastos com materiais e estimativa de gastos com serviços no contrato de Manutenção civil- período 07/2024 a 06/2025	(P) VALOR ESTIMATIVO PARA SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOSEXCEPCIONAIS DO NOVO CONTRATO DE MANUTENÇÃO CIVIL- 2025 P= N *10%
1	R\$ 2.218.585,55	R\$ 113.611,74	R\$ 221.858,55
		TOTAL	R\$ 221.858,55

10) Foi realizado um levantamento de todos os custos pagos, (O) pelo contrato de manutenção civil no período de 07/2024 a 06/25, como também, dos serviços que foram necessários nesse período e que não puderam ser contratados por não haver previsão em contrato.

11) Considerando que o valor disponível, conforme ABNT 5674, para serviços de manutenção civil seria de R\$2.218.585,55 (N) e os gastos anuais do contrato vigente foram de R\$113.611,74 (O). Porém, adotando-se 10% do valor disponível (P=N*10%), para serviços **EXTRAORDINÁRIOSEXCEPCIONAIS**, estamos prevendo os gastos anuais do contrato vigente + a inflação + as demandas reprimidas.

CONCLUSÃO: Segundo a ABNT 5674, poderíamos utilizar até R\$2.218.585,55 para serviços **EXTRAORDINÁRIOSEXCEPCIONAIS**. No entanto, optou-se por utilizar a estimativa de R\$ 221.858,55

ANEXO J – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO



Procuradoria
Geral da
República

SAF Sul, Quadra 4, Conjunto C - CEP 70050-900 - Brasília-DF
Tel. (61) 3105-5860 - pgr-licitacao@mpf.mp.br



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES INERENTES À EXECUÇÃO DOS
SERVIÇOS**

A empresa <NOME DA EMPRESA>, sediada na <endereço>, CNPJ nº <CNPJ>, por ocasião de participação no Pregão Eletrônico <___/202n – PGR>, DECLARA sob as penas da lei, para todos os fins, estar familiarizado com o vulto dos serviços especificados, bem como as técnicas necessárias ao perfeito desenvolvimento da execução do objeto, e que possui pleno conhecimento das condições de execução e natureza dos serviços objetos do certame em pauta, tendo coletado informações acerca dos elementos necessários e suficientes à adequada elaboração da proposta comercial.

Declara também que, independentemente de ter realizado ou não a vistoria nos locais de prestação, tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo inteiramente a responsabilidade ou consequências por sua decisão, mantendo as garantias que vinculam a respectiva proposta ao presente processo licitatório.

Declara ainda que, independentemente de ter realizado ou não a vistoria nos locais de prestação, não utilizará deste fato para eventuais questionamentos futuros, com o intuito de embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos ônus dos serviços decorrentes

<Local>, <data por extenso>.

Representante:

(Assinatura do responsável técnico)

<Nome do responsável técnico>

<RG e CPF>

**ANEXO K – LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO
(LTCAT)**

Documento zipado com este edital



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO Nº xx/2025



**Procuradoria
Geral da
República**

SAF Sul, Quadra 4, Conjunto C - CEP 70050-900 - Brasília-DF
Tel. (61) 3105-5860 - pgr-licitacao@mpf.mp.br



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
FEDERAL E A EMPRESA XXXXXXXXXX.**

A União, por intermédio do **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, com sede no SAF Sul – Quadra 04 – Conjunto C - Brasília/DF, CNPJ sob o nº 26.989.715/0050-90, neste ato representada pelo Secretário de Administração, Senhor **THIAGO LONGO MENEZES**, servidor público, matrícula funcional xxxxxxxx, nomeado por meio da Portaria nº 181 de 26/02/2025, no uso da competência atribuída pelo artigo 74, inciso XIV, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 05/05/2015, ou, nas ausências e impedimentos deste, pelo Secretário de Administração Adjunto, Senhor **DAVI LUCAS BOIS**, servidor público, matrícula funcional xxxxxxxx, nomeado por meio da Portaria nº 173 de 12/06/2020, ambos residentes e domiciliados nesta Capital, doravante designado **CONTRATANTE**, e a **XXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o nºXXXXXXXXXXXXXXXXXX, estabelecida na Rua XXXXXX em XXXXXXXX-XX, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, *(nome e função no contratado)*, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo PGEA nº 1.00.000.005571/2025-41, referente ao **Pregão nº xxx/2025**, considerando as disposições estabelecidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis, no **Termo de Referência nº 30/2025 – COOARC/SUBCORP/SA**, na forma de execução indireta, em regime **misto** (empregada por preço unitário e por preço global) mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

1.1 Prestação de serviços técnicos continuados em manutenção civil com fornecimento de mão de obra, material de consumo, materiais de reposição/adequações, ferramentas e equipamentos, para execução na sede da Procuradoria-Geral da República, seus anexos, representações em outros órgãos e nos imóveis funcionais administrados pelo Ministério Público Federal em Brasília.

Parágrafo Único – Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão e ao Termo de Referência, identificados no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência da contratação é de **1 (um) ano** contado a partir da data de sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133 de 2021.

Parágrafo Primeiro – A prorrogação de que trata esta cláusula é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- b) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- c) Haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação; e
- d) Seja comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação.
- e) Não tenha registro no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do setor público federal (CADIN).

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

Parágrafo Terceiro – A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

termo aditivo.

Parágrafo Quarto – Os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados, podendo permanecer na planilha o percentual máximo de 10% da previsão inicial para a rubrica.

Parágrafo Quinto – O contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – ESPECIFICAÇÕES, REQUISITOS, MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 As especificações, os requisitos, o regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

Parágrafo Único – O início da execução do objeto ocorrerá no prazo estipulado na ordem de serviço a ser emitida pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Será admitida a subcontratação do objeto, nos termos do **Subitem 4.3** do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 O valor anual estimado do contrato é de R\$ xxxxxxxx (xxxxx), conforme discriminado a seguir:

A-Planilha de valores de PROFISSIONAIS RESIDENTES					
ITEM	PROFISSIONAIS	Quantitativo	Valor Unitário	Valor Total	Valor Total
1	RESIDENTES		Mensal (R\$)	Mensal (R\$)	Anual (R\$)



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

1.1	SUPERVISOR TÉCNICO 40h	1			
1.2	ENCARREGADO 40h	1			
1.3	AUXILIAR DE ENCARREGADO 40h	1			
1.4	PEDREIRO 40h	2			
1.5	PINTOR 40h	6			
1.6	MARCENEIRO 40h	4			
1.7	SERRALHEIRO 40h	1			
1.8	AJUDANTE 40h	13			
A: Subtotal do Item 1 Anual (R\$):		29	-		

B – Planilha de valores de PROFISSIONAIS NÃO RESIDENTES				
ITEM 2	PROFISSIONAIS	Disponibilidade (horas mensais)	Valor Unitário / Hora (R\$)	Valor Total Anual (R\$)
2.1	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	15		
B: Subtotal do Item 2 Anual (R\$):				

C – Planilha de valores de PROFISSIONAIS SOB DEMANDA				
ITEM 3	PROFISSIONAIS SOB DEMANDA	Quantitativo (horas anuais) (R\$)	Valor Unitário Máximo / Hora (R\$)	Valor Total Anual Máximo (R\$)
3.1	MARCENEIRO	200		
3.2	PINTOR	200		
3.3	PEDREIRO	200		
3.4	AJUDANTE	400		
3.5	VIDRACEIRO	240		
C: Subtotal do Item 3 Anual (R\$):				

C1 – Planilha de valores de Vale Transporte e Auxílio Alimentação para PROFISSIONAIS SOB



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

DEMANDA					
ITEM 4	PROFISSIONAIS SOB DEMANDA	Quantitativo estimado dias (R\$) (A)	Valor Vale Transporte Decreto nº 40.392/2020 (B)	Valor Auxílio Alimentação CCT-DF00004226/25 (C)	Valor Total Anual (R\$) A*(B+C)
4.1	MARCENEIRO	25	18,60	46,38	1.624,50
4.2	PINTOR	25	18,60	46,38	1.624,50
4.3	PEDREIRO	25	18,60	46,38	1.624,50
4.4	AJUDANTE	50	18,60	46,38	3.249,00
4.5	VIDRACEIRO	30	18,60	46,38	1.949,40
C1: Subtotal do Item 4 Anual (R\$):					10.071,90

D – Planilha de valores para fornecimento de MATERIAIS PARA REPOSIÇÕES E ADEQUAÇÕES – ANEXO B do TR.			
Item 5	Descrição/Especificação	C1: Quantidade necessária no ano	C2: Subtotal Anual com BDI (Percentual máximo aceito de 14,02% xx,xx)
5.1	Materiais para reposições e adequações, conforme Anexo B.	1	R\$ 873.982,04
D: Subtotal do Item 5 Anual (R\$):			R\$ 873.982,04

E – Planilha de valores estimativos para fornecimento de MATERIAIS EXCEPCIONAIS				
Item 6	Descrição/especificação	Quant. meses	Valor Unitário estimado	Valor Anual estimado
6.1	Materiais excepcionais conforme subitem 3.2.1.4 do TR.	12	R\$ 26.311,11	R\$ 26.311,11
F: Subtotal do Item 6 Anual (R\$):				R\$ 26.311,11

F – Planilha de valores estimativos para fornecimento de SERVIÇOS SOB DEMANDA				
Item 7	Descrição/ especificação	F1: Quant. Para 12 meses	F2: Valor Unit.	F3: Subtotal Anual estimado (F1 x F2)



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

			Estimado MÁXIMO	MÁXIMO
7.1	Caçamba para remoção de entulho, com capacidade mínima de 5m³.	24		
F: Subtotal do Item 7 Anual (R\$):				

G – Planilha de valores estimativos para fornecimento de SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS EXCEPCIONAIS				
Item 8	Descrição/ especificação	F4 G1: Quant. Para 12 meses	F2 G2: Valor Unit. Estimado MÁXIMO	F3 G3: Subtotal Anual estimado (F4 x F2 G1 x G2) MÁXIMO
8.1	Serviços EXTRAORDINÁRIOS conforme subitem 3.3.14 3.1.4 do TR.	1		
F: Subtotal do Item 8 Anual (R\$):				

Parágrafo Primeiro – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Parágrafo Segundo – O valor total é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO

6.1 A forma de faturamento e o prazo para pagamento à CONTRATADA, bem como as demais condições encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS

7.1. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação da CONTRATADA.

7.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

- a) Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- b) Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.2.1. Será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA o cometimento de erro ou fraude no enquadramento sindical e o eventual ônus financeiro decorrente, por repactuação ou por força de decisão judicial, arcando exclusivamente pelo pagamento de diferenças salariais e de outras vantagens, ou ainda por intercorrências na execução dos serviços contratados, resultante da adoção de instrumento coletivo do trabalho inadequado.

7.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.3.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (art. 135, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).

7.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021)



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

7.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.7. Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da CONTRATADA, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.(art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 14.133/2021)

7.8. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.8.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.9. Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos decorrentes do mercado, (reajuste de preços), o Contratante deverá iniciar o procedimento mediante a aplicação do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, cientificando a Contratada do início da instrução.

7.9.1. Nos reajustes subsequentes, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.9.2. Não iniciado o procedimento de reajuste pela Contratante, compete à contratada solicitar o reajuste até o mês de aniversário da data do orçamento inicial ou, no caso dos reajustes subsequentes, da data dos efeitos financeiros do reajuste anterior, devendo a contratada suportar o ônus da ausência do reajuste em período equivalente à sua inércia.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

7.9.3. Mediante negociação entre as partes, e tendo como limite máximo a variação do índice definido no subitem 7.9, poderá haver a renúncia, total ou parcial, por parte da contratada, do percentual a ser reajustado.

7.10. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.11. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação (reajuste) dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.12. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.13. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.14. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.15. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.16. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

- 7.17. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 7.18. O direito à repactuação contratual deverá ser exercido pela CONTRATADA, mediante solicitação e apresentação de planilhas.
- 7.19. Com vistas a evitar preclusão do direito, o pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, conforme o disposto no parágrafo único do art. 131 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.20. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 7.21. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.
- 7.22. O contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços preferencialmente em até 1 (um) mês, contado da data do fornecimento, pela CONTRATADA, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados. (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º)
- 7.23. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.
- 7.24. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.
- 7.25. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.26. A CONTRATADA deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.
- 7.27. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pela CONTRATADA a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.28. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Caberá ao CONTRATANTE:

- 8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- 8.5. Prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;
- 8.7. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA (art. 48 da Lei n.º 14.133/2021);
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes,



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de **até 30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no **prazo máximo de 1 (um) mês**.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.13. Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela formalmente indicada;

8.14. Instruir a CONTRATADA acerca das normas de segurança e prevenção de incêndio adotadas pelo CONTRATANTE;

8.15. Assegurar o acesso dos empregados da CONTRATADA aos locais em que devam executar suas atividades, disponibilizando meios de identificação (crachá), e mantendo, por meio do setor de segurança do CONTRATANTE, ficha cadastral atualizada;

8.16. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Parágrafo Primeiro – O CONTRATANTE, por intermédio de servidor(es) nomeado(s), reserva-se o direito de exercer a gestão e fiscalização sobre os serviços contratados, ficando a cargo da Secretaria de Administração (SA/MPF) aplicar ou propor a aplicação das penalidades previstas neste Contrato ou rescindir o contrato, caso a CONTRATADA descumpra quaisquer das prescrições estabelecidas;

Parágrafo Segundo – Será(ão) nomeado(s) servidor(es), que ficará(ão) responsável(eis) pela, gestão, fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratado, devendo fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados para o fiel cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas. Ademais,



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

caberá ao(s) Gestor(es) atestar a nota fiscal quando do recebimento definitivo, o que não exclui nem reduz as responsabilidades da CONTRATADA;

Parágrafo Terceiro – O(s) servidor(es) nomeado(s) para atuarem na gestão, fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratado terá(ão) poderes para:

- a) Definir toda e qualquer ação de orientação, gerenciamento, controle e acompanhamento da execução do Contrato, determinando as providências cabíveis;
- b) Suspender o fornecimento do objeto contratado, total ou parcialmente, a qualquer tempo, no caso de não atendimento aos parâmetros estabelecidos no Termo de Referência, submetendo o assunto à consideração da SA/MPF, para providências;
- c) Recusar qualquer serviço que não for entregue dentro dos parâmetros estabelecidos no Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas quanto ao serviço:

9.1. Indicar formalmente seu preposto;

9.1.1. A indicação do preposto da empresa poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.3.1 Disponibilizar aos empregados armários individuais para guarda de seus pertences;



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

9.3.2. Manter todos os equipamentos de medição aferidos pelo INMETRO ou outro órgão designado pelo CONTRATANTE;

9.3.3. Comprovar, sempre que solicitado, a realização do plano de treinamento, por meio de certificados ou listas de presenças aos cursos. Os comprovantes de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei deverão ser apresentados no prazo de 30 (trinta) dias após a ocorrência;

9.3.4. Encaminhar ao CONTRATANTE, com antecedência de **30 (trinta) dias**, relação de empregados que fruirão férias no período subsequente, assim como, daqueles que irão substituí-los;

9.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, de ofício ou após a notificação formal do CONTRATANTE, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia o valor correspondente aos danos sofridos;

9.6. Manter durante todo o período de execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua contratação;

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.8.1. Efetuar os pagamentos dos salários dos empregados mediante depósito bancário, incondicionalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido ou no prazo previsto em lei ou em convenção coletiva de trabalho. Os salários a serem pagos são os estabelecidos na proposta da CONTRATADA;

9.8.2. Os pagamentos dos salários e dos benefícios previstos em lei aos empregados não poderão estar vinculados ao recebimento do pagamento dos serviços prestados;

9.8.3. Recolher no prazo legal os encargos decorrentes da contratação de seus empregados;

9.8.4. Fornecer a cada empregado, até o último dia útil do mês que antecede a utilização, e em única entrega, auxílio-alimentação/refeição, em quantidade e valores suficientes para uso de cada empregado, durante todo o mês;

9.8.5. Fornecer a cada empregado, até o último dia útil do mês que antecede a utilização, e em única entrega, auxílio-transporte em quantidade e valores suficientes para o trajeto residência/trabalho e trabalho/residência, durante todo o mês, e/ou disponibilizar transporte próprio, obedecendo-se aos horários de prestação de serviço de cada profissional, inclusive nos casos de serviços extraordinários;

9.8.6. Responsabilizar-se pelo transporte de seus empregados até as dependências do CONTRATANTE, por meios próprios, em casos de paralisação total ou parcial dos transportes coletivos que prejudique seu deslocamento;

9.8.7. Efetuar o pagamento de adicional de insalubridade e demais verbas legais ou convencionais, quando legalmente devido;

9.8.8. Fornecer auxílios alimentação e transporte aos empregados escalados para serviços extraordinários nos sábados, domingos ou feriados;

9.8.9. Responsabilizar-se por todas as despesas com encargos e obrigações sociais,



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual, sendo que os empregados da CONTRATADA não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE;

9.8.10. Cumprir as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, em especial as normas regulamentadoras atualizadas do Ministério do Trabalho, com apresentação de Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional específicos para o meio ambiente do trabalho nas dependências do CONTRATANTE;

9.8.11. Elaborar e implementar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE;

9.8.12. Elaborar e implementar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE.

9.8.13. Entregar cópia dos documentos que embasam o PPRA e o PCMSO, previstos nas Normas Regulamentares do Ministério do Trabalho e Emprego, específicos para os riscos ambientais do trabalho do CONTRATANTE, **no prazo de 60 (sessenta) dias após a assinatura do Contrato;**

9.8.14. Cumprir a legislação e as normas relativas à segurança e medicina do trabalho, conforme previsto na PORTARIA MTB Nº 3.214, DE 08 DE JUNHO DE 1978, diligenciando, em especial, para que seus empregados trabalhem com Equipamento de Proteção Individual (EPI) e Equipamento de Proteção Coletivo (EPC), na forma regulada pela NR-06, do Ministério do Trabalho, caso necessário, ficando a cargo da CONTRATADA e às suas expensas o fornecimento desses equipamentos. A fiscalização do CONTRATANTE, por intermédio do Fiscal Técnico do Contrato, poderá paralisar os serviços enquanto tais empregados não estiverem protegidos, ficando o ônus da paralisação por conta da CONTRATADA.

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.10. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade ou



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

dificuldade que impossibilite a execução do objeto;

9.11. Comunicar o CONTRATANTE, no período máximo de **24 (vinte e quatro) horas** antes da data prevista nas rotinas de manutenção e da entrega de materiais, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações e métodos.

9.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, nos inc. I e II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas internas da Procuradoria-Geral da República relativa à segurança e proteção ambiental;

9.19.1. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas do



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

Contratante;

9.20. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.21. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, devendo, no **prazo de até 30 (trinta) dias**, contados a partir da assinatura do contrato, providenciar:

9.22.1. Lista com quantitativo mínimo de materiais para se ter em estoque;

9.22.2. O cronograma anual das manutenções, inclusive das subcontratadas, contemplando todos os procedimentos mínimos especificados;

9.22.3. O Relatório de Vistoria Técnica Inicial;

9.22.4. A Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos serviços contratados, considerando:

a) Os responsáveis técnicos deverão ser, obrigatoriamente aqueles que realizarão as visitas técnicas;

b) Caso seja substituído algum responsável técnico, deverá ser providenciada nova ART, sem ônus para o CONTRATANTE;

c) As subcontratadas também deverão apresentar a ART dos serviços a serem realizados;

9.22.5. Cópia de documentação comprobatória das subcontratações, quando for o caso;

9.23. Manter os empregados devidamente identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

9.24. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

9.25. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

vale-transporte;

9.26. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade.

9.27. Autorizar o Contratante, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

9.28. Atender às solicitações do contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Termo de Referência;

9.29. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.30. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

9.30.1. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de **60 (sessenta) dias**, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.30.2. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de **60 (sessenta) dias**, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

9.30.3. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

9.31. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

9.31.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

9.31.2. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratado deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

9.32. Atender, no que lhe couber, as disposições previstas na Lei nº 12.305/2010, de 02 de agosto de 2010, (Política Nacional dos Resíduos Sólidos), e no Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a citada lei, sob pena de, independentemente da existência de culpa, ser obrigada a reparar eventuais danos causados, sem prejuízo das sanções cíveis e penais previstas em lei, em especial daquelas fixadas na Lei 9.605/1998, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências.

9.32.1. Proceder ao recolhimento de todos os resíduos descartados, promovendo sua destinação final ambientalmente adequada, de acordo com a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, o Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, e a política de descarte do CONTRATANTE;

9.32.2. Proceder ao recolhimento dos resíduos recicláveis descartados, de forma seletiva, bem como de pilhas, baterias e lâmpadas, conforme a Resolução Conama nº 424, de 22 de abril de 2010, e a política de descarte do CONTRATANTE;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

9.32.3. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada e de energia elétrica, observadas as normas vigentes e a política socioambiental do órgão.

9.32.4. O CONTRATANTE reserva-se o direito de assumir a responsabilidade a que se refere o item anterior, podendo dar outra destinação aos resíduos após o uso, caso julgue mais conveniente para a Administração.

9.33. Quanto às vedações:

9.33.1. É vedado ter em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da contratação;

9.33.1.1. A vedação prevista no subitem 9.33.1 não se aplica às hipóteses nas quais a contratação seja realizada por ramo do Ministério Público diverso daquele ao qual pertence o membro ou servidor gerador da incompatibilidade;

9.33.1.2. A vedação constante no subitem 9.33.1 se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os membros e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;

9.33.1.3. A contratação de empresa pertencente a parente de membro ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo órgão do Ministério Público competente, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório;

9.33.2. É vedado contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.34. Também não será permitido:



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

9.34.1. Reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução do objeto, sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE;

9.34.2. Permitir que seus empregados pratiquem a venda de quaisquer mercadorias e produtos nas dependências do CONTRATANTE, bem como que executem atividades incompatíveis com as previstas no Termo de Referência;

9.34.3. Utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE;

9.34.4. Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;

9.34.5. A utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.35. Quanto às obrigações gerais:

9.35.1. Disponibilizar o endereço comercial, telefone e uma conta de e-mail para comunicação entre as partes, mantendo-os atualizados.

9.35.2. Deverá a CONTRATADA atender e se adequar ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);

9.35.3 A CONTRATADA deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme disposto no inciso XVII do art. 92 e art. 116 da Lei nº 14.133/2021;

9.35.4. Apurar e/ou dar o devido encaminhamento, dentro do seu âmbito de atuação, às notícias de assédio sexual e/ou moral ocorridas nas dependências do CONTRATANTE, se houver.

9.35.5 Manter, durante toda a vigência do contrato, capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974, apresentando, quando



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

solicitada, a respectiva documentação comprobatória, no prazo fixado pela fiscalização contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

10.1 O CONTRATANTE, atuando como controlador, e a CONTRATADA, atuando na condição de operadora, comprometem-se a cumprir a legislação de proteção de dados pessoais, especialmente, a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018), o Marco Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/14) e demais regulamentos emitidos pelas autoridades competentes, e, de forma específica para o CONTRATANTE, o disposto na Resolução nº 281, de 12 de dezembro de 2023, do Conselho Nacional do Ministério Público, que institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais no Ministério Público.

10.2 No tratamento de dados pessoais que forem confiados pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA se obriga a:

- (a) realizar o tratamento de dados pessoais estritamente para as finalidades estabelecidas neste contrato, observando fielmente as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE;
- (b) adotar medidas técnicas e administrativas adequadas de segurança que garantam a inviolabilidade, a confidencialidade, a disponibilidade e a integridade dos dados pessoais, nos termos definidos na legislação, em normas administrativas do CONTRATANTE e nos instrumentos contratuais, tais como: (i) mecanismos de autenticação de acesso aos registros, como sistemas de autenticação dupla para assegurar a individualização do responsável pela atividade, (ii) anonimização, pseudonimização e criptografados dados pessoais, quando aplicável, (iii) recursos que permitam a restauração da disponibilidade e do acesso aos dados pessoais de forma rápida em caso de incidente, e (iv) processo de verificação contínua da implementação das referidas medidas técnicas e organizacionais;
- (c) manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, com condições de rastreabilidade e de fornecer prova eletrônica a qualquer tempo, contemplando os registros de



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

conexão e de acesso a aplicações, o arquivo acessado, o momento, a duração, o motivo, a identidade do funcionário ou do responsável pelo acesso, consulta ou divulgação, e a identidade dos destinatários dos dados, se for o caso;

(d) facultar acesso a dados pessoais somente em casos estritamente necessários e para pessoal autorizado e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados;

(e) permitir a realização de auditorias, incluindo inspeções pelo CONTRATANTE ou por quem por ele autorizado; ou comprovar a conformidade com a LGPD, quando requerida pelo CONTRATANTE;

(f) compartilhar com a CONTRATANTE qualquer requisição de titular de dados pessoais, bem como auxiliar, sempre que demandado, no atendimento de obrigações perante titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis do pedido;

(g) comunicar, de maneira formal e imediata, ao Encarregado de Proteção de Dados Pessoais do CONTRATANTE, com tolerância de no máximo 2 dias úteis, a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções, devendo a comunicação conter, no mínimo, as seguintes informações: (i) data e hora do incidente, (ii) data e hora da ciência pela CONTRATADA, (iii) relação dos tipos de dados pessoais afetados pelo incidente, (iv) quantidade de usuários afetados (volumetria do incidente) e, se possível, a relação desses indivíduos, (v) dados de contato do Encarregado da CONTRATADA ou, não havendo Encarregado, a pessoa junto à qual seja possível obter mais informações sobre o ocorrido, (vi) descrição das possíveis consequências do incidente, e (vii) medidas que estão sendo tomadas para a mitigação dos riscos ou a reversão dos efeitos;

(h) informar os motivos da demora, no caso de a comunicação referente ao item anterior não ter sido imediata;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

- (i) anonimizar ou devolver para o CONTRATANTE todos os dados pessoais que lhe foram confiados e descartar, de forma irrecuperável, as cópias, após a satisfação da finalidade respectiva ou o encerramento do tratamento por decurso de prazo ou por extinção de vínculo legal ou contratual, a não ser que a conservação dos dados seja decorrente de uma obrigação legal;
- (j) não transferir ou compartilhar com terceiros os dados pessoais tratados em razão da presente relação contratual, sem prévia autorização do CONTRATANTE, assumindo todos os ônus decorrentes de qualquer compartilhamento que venha a realizar;
- (k) caso autorizada a subcontratação, impor ao subcontratado as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados presentes nesse instrumento contratual;
- (l) não realizar transferência internacional de dados pessoais sem prévia autorização do CONTRATANTE; e
- (m) registrar as atividades que envolvam transferência internacional de dados pessoais, indicando o país ou organização de destino e adotando as garantias necessárias para que a transferência seja realizada de acordo com a legislação de proteção de dados pessoais e as orientações das autoridades competentes.

10.3 O CONTRATANTE pode requisitar, a qualquer tempo, informações a respeito do tratamento dos dados pessoais confiados à CONTRATADA, respeitando-se o sigilo empresarial e as demais proteções legais.

10.4 A CONTRATADA é obrigada a reparar os danos causados ao CONTRATANTE e aos titulares de dados pessoais em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais em violação da legislação de proteção de dados pessoais ou deste contrato, seja diretamente ou por meio de seus empregados, representantes ou terceiros contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a **5% (cinco por cento) do valor anual do contrato.**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

11.1.1. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer em até 1 (um) mês contado da homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato

11.1.2. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato

11.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, **a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual**, permanecendo em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.3. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no **subitem 11.6 deste contrato**.

11.5. Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.7.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.7.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e

11.7.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

11.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no **subitem 11.7**, observada a legislação que rege a matéria.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

11.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

11.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

11.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no **prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis**, contados da data em que for notificada.

11.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.14.1. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.14.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

cláusulas do contrato, que deverá ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados do término do contrato ou da sua extinção;

11.16. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.17. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

11.18. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

11.19. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

11.20. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

11.21. A CONTRATADA autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

11.22. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, à CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- f) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- g) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- i) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. **Advertência**, quando à CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d” e “e” do **subitem 12.1**, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “f”, “g”, “h” e “i” do **subitem 12.1**, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d” e “e”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.2.4. **Multa**:

12.2.4.1. **Multa Moratória**, nos termos do Art. 162 da Lei nº 14.133/2021, quando:



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

a) ensejar o retardamento da execução do serviço contratado, de forma injustificada correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento), por dia de atraso sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a mora ou sobre o valor da parcela inadimplida, conforme o caso, que incidirá até o prazo para a configuração da inexecução contratual, previsto no **subitem 12.2.4.2**;

b) ocorrer atraso no cumprimento de quaisquer outras obrigações não quantificada no contrato, no percentual 0,5% do valor da fatura correspondente ou sobre o valor da parcela inadimplida, conforme o caso, por dia de atraso, até o **décimo quinto dia de mora**;

c) ocorrer atraso na apresentação, suplementação ou reposição da garantia prevista na Cláusula Décima Primeira deste Contrato em até 15 (quinze) dias, no percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso sobre o valor do Contrato, até o máximo de 7,5% (sete vírgula cinco por cento). O atraso superior a 15 (quinze) dias será considerado inexecução parcial do contrato e autorizará o CONTRATANTE a promover a sua rescisão;

12.2.4.2. Multa Sancionatória após o décimo quinto dia de mora, conforme percentuais incidentes sobre o valor do contrato:

a) multa de **5,0% a 12,5%** para as infrações das alíneas "a", "b", "c", "**d**" e "e" do subitem 12.1, observando a dosimetria mencionada no subitem 12.6; e

b) multa de **12,5% a 30,0%** para as infrações das alíneas "f", "g", "h" e "i" do subitem 12.1, observando a dosimetria mencionada no subitem 12.6.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Além das hipóteses do **subitem 12.2.4.2**, poderá ser imposta multa sancionatória de forma cumulada com todas as sanções previstas neste Contrato, na forma do art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2.1. Caso não ocorra o pagamento pela multa aplicada, a mesma poderá ser descontada dos valores dados em garantia, nos termos do § 8º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados os critérios, circunstâncias e procedimentos para a dosimetria previstos na Portaria PGR/MPU nº 178, de 13/09/2023 e no art.156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021;

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159 da referida Lei nº 14.133, de 2021 e de acordo com a Portaria PGR/MPU nº 69, de 28 de abril de 2023, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público da União, a Lei nº 12.846, de 2013.

12.8. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos previstos no art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021, e de acordo com a Portaria PGR/MPU nº 69, de 28 de abril de 2023, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público da União, a Lei nº 12.846, de 2013.

12.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos da CONTRATADA para com a CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.

13.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

13.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.6. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

13.7. O contratante poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

13.8. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

13.9. Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, o Contratante reterá:

13.9.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei n.º 14.133/2021); e

13.9.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

13.10. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (art. 121, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

13.11. O contratante poderá ainda:

13.11.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, “c”, da Lei n.º 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e

13.11.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

13.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

13.13. Constitui motivo para extinção do contrato, nos termos do art. 137, inciso I, da Lei 14.133/2021, a situação que se impõe à CONTRATADA a alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulta a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Pública, em cumprimento de decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, mediante a seguinte dotação:

I Gestão/Unidade: UGR 200097

II UG Emitente: 200100

III Plano de Trabalho: PTRES 089954

IV Plano Interno: SEA1

V Fonte de Recursos: 0100000000

VI Elemento de Despesa: 339037

VII Nota de Empenho: 202XNExxxxxx

Parágrafo Único – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Primeiro – O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Parágrafo Segundo – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Terceiro – Nos termos do parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021, eventual pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, cuja resposta, por parte da CONTRATANTE, deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da data do fornecimento da documentação, podendo ser prorrogado por igual período.

Parágrafo Quarto – Nos termos dos artigos 6º e 6º-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, a Administração realizará consulta prévia ao Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN, como condição para a celebração de quaisquer termos aditivos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei 14.133, de 2021 e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – APROVAÇÃO

18.1 O presente Contrato e seus aditivos somente terão eficácia depois de aprovado pelo(a) Sr.(a) Secretário(a)-Geral do Ministério Público Federal, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo inciso XXV, do artigo 6º, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382 de 05/05/2015, ou pelo(a) Secretário(a)-Executivo(a) da Secretaria-Geral, mediante delegação de competência, atribuída por norma interna.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1 O Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal é o competente para dirimir quaisquer dúvidas que vierem a surgir no cumprimento das obrigações aqui estabelecidas, que não possam ser dirimidas administrativamente.

E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato, firmado pelas partes e as testemunhas abaixo, por meio de assinatura eletrônica, certificada pelo Sistema de Peticionamento Eletrônico do MPF.

Assinatura Digital

CONTRATANTE

Assinatura Digital

Assinatura Digital

CONTRATADA

Assinatura Digital

TESTEMUNHAS:

ANEXO AO CONTRATO

**TCMS – TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO
TERMO DE REFERÊNCIA Nº 30/2025 – COOARC/SUBCORP/SA**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO (TCMS)

Com base nas Leis n. 12.527/2011, n. 12.965/2014 e n. 13.709/2018, na Resolução CNMP n. 281/2023, e no(a) * (indicar normativo interno aplicável), eu, * (nome completo), inscrito no CPF n. *, matrícula n. *, na qualidade de *MEMBRO/SERVIDOR/ESTAGIÁRIO/COLABORADOR TERCEIRIZADO*, comprometo-me a manter sigilo dos dados pessoais a que tiver acesso durante minhas atividades no * (ramo ou unidade do MP).

Declaro ciência das seguintes definições legais:

- Dado pessoal: Informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;
- Dado pessoal sensível: Dados sobre origem racial, convicção religiosa, opinião política, saúde, vida sexual, genética ou biometria;
- Titular dos dados: Pessoa a quem os dados pessoais se referem;
- Banco de dados: Repositório, físico ou eletrônico, que contenha dados pessoais;
- Tratamento de dados: Qualquer operação realizada com dados pessoais (coleta, uso, armazenamento etc.).

Reconheço que o * (*ramo ou unidade do MP*) realiza o tratamento de dados pessoais e que, no exercício de minhas funções, terei acesso a tais informações, incluindo dados sensíveis e de crianças e adolescentes.

Comprometo-me a:

1. Manter sigilo e cautela no tratamento de dados, evitando sua divulgação indevida;
2. Tratar dados pessoais apenas no âmbito de minha atuação e para finalidades legítimas, conforme a LGPD;
3. Não guardar cópias ou registros pessoais dos dados acessados e restituí-los quando solicitado;
4. Informar imediatamente sobre qualquer violação de segurança ou uso indevido dos dados;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

5. Cumprir este compromisso mesmo após o término de meu vínculo com a instituição.

Cidade/Estado, //__.

Assinatura

MEMBRO/SERVIDOR/ESTAGIÁRIO/COLABORADOR TERCEIRIZADO



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

ANEXO III
MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

Local, xx de xxxxx de 2025

[Nome da Empresa proponente]

[Endereço]

[e-mail e telefone]

[CNPJ]

Ao

Ministério Público Federal

Secretaria de Administração do MPF

Ref.: Edital de Pregão 90003/2026 – Proposta

Prezados Senhores,

Apresentamos nossa Proposta para o grupo abaixo discriminado no valor total de
R\$ _____ (XXXXXXXXXXXX centavos)

A-Planilha de valores de PROFISSIONAIS RESIDENTES					
ITEM 1	PROFISSIONAIS RESIDENTES	Quantitativo	Valor Unitário Mensal (R\$)	Valor Total Mensal (R\$)	Valor Total Anual (R\$)
1.1	SUPERVISOR TÉCNICO 40h	1			
1.2	ENCARREGADO 40h	1			
1.3	AUXILIAR DE ENCARREGADO 40h	1			
1.4	PEDREIRO 40h	2			
1.5	PINTOR 40h	6			



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

1.6	MARCENEIRO 40h	4			
1.7	SERRALHEIRO 40h	1			
1.8	AJUDANTE 40h	13			
A: Subtotal do Item 1 Anual (R\$):		29	-		

B – Planilha de valores de PROFISSIONAIS NÃO RESIDENTES				
ITEM 2	PROFISSIONAIS	Disponibilidade (horas mensais)	Valor Unitário / Hora (R\$)	Valor Total Anual (R\$)
2.1	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	15		
B: Subtotal do Item 2 Anual (R\$):				

C – Planilha de valores de PROFISSIONAIS SOB DEMANDA				
ITEM 3	PROFISSIONAIS SOB DEMANDA	Quantitativo (horas anuais) (R\$)	Valor Unitário Máximo / Hora (R\$)	Valor Total Anual Máximo (R\$)
3.1	MARCENEIRO	200		
3.2	PINTOR	200		
3.3	PEDREIRO	200		
3.4	AJUDANTE	400		
3.5	VIDRACEIRO	240		
C: Subtotal do Item 3 Anual (R\$):				

C1 – Planilha de valores de Vale Transporte e Auxílio Alimentação para PROFISSIONAIS SOB DEMANDA					
ITEM 4	PROFISSIONAIS SOB DEMANDA	Quantitativo estimado dias (R\$) (A)	Valor Vale Transporte Decreto nº 40.392/2020 (B)	Valor Auxílio Alimentação CCT- DF000042 26/25 (C)	Valor Total Anual (R\$) A*(B+C)
4.1	MARCENEIRO	25	18,60	46,38	1.624,50



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

4.2	PINTOR	25	18,60	46,38	1.624,50
4.3	PEDREIRO	25	18,60	46,38	1.624,50
4.4	AJUDANTE	50	18,60	46,38	3.249,00
4.5	VIDRACEIRO	30	18,60	46,38	1.949,40
C1: Subtotal do Item 4 Anual (R\$):					10.071,90

D – Planilha de valores para fornecimento de MATERIAIS PARA REPOSIÇÕES E ADEQUAÇÕES – ANEXO B do TR.			
Item 5	Descrição/Especificação	C1: Quantidade necessária no ano	C2: Subtotal Anual com BDI (Percentual máximo aceito de 14,02%)
5.1	Materiais para reposições e adequações, conforme Anexo B.	1	R\$ 873.982,04
D: Subtotal do Item 5 Anual (R\$):			R\$ 873.982,04

E – Planilha de valores estimativos para fornecimento de MATERIAIS EXCEPCIONAIS				
Item 6	Descrição/ especificação	Quant. meses	Valor Unitário estimado	Valor Anual estimado
6.1	Materiais excepcionais conforme subitem 3.2.1.4 do TR.	12	R\$ 26.311,11	R\$ 26.311,11
F: Subtotal do Item 6 Anual (R\$):				R\$ 26.311,11

F – Planilha de valores estimativos para fornecimento de SERVIÇOS SOB DEMANDA				
Item 7	Descrição/ especificação	F1: Quant. Para 12 meses	F2: Valor Unit. Estimado	F3: Subtotal Anual estimado (F1 x F2)
			MÁXIMO	MÁXIMO
7.1	Caçamba para remoção de entulho, com capacidade mínima de 5m³.	24		



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

F: Subtotal do Item 7 Anual (R\$):	
---	--

G – Planilha de valores estimativos para fornecimento de SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS				
EXCEPCIONAIS				
Item 8	Descrição/ especificação	F1 G1: Quant. Para 12 meses	F2 G2: Valor Unit. Estimado MÁXIMO	F3 G3: Subtotal Anual estimado (F1 x F2 G1 x G2) MÁXIMO
8.1	Serviços EXTRAORDINÁRIOS conforme subitem 3.3.14 3.1.4 do TR.	1		
F: Subtotal do Item 8 Anual (R\$):				

Declaramos, expressamente, que:

1. a presente Proposta é válida por (.....) dias a partir desta data (*no mínimo 60 dias*)
2. concordamos, integralmente e sem qualquer restrição, com as condições da contratação estabelecidas no Edital e seus anexos
3. para fins de contratação junto ao Ministério Público Federal:

☐ O quadro societário desta empresa não possui cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nem pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

☐ O quadro societário desta empresa possui cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e/ou pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

administrativas, agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, abaixo identificado.

Nome do Membro/Servidor: _____

Cargo: _____

Órgão de Lotação: _____

Grau de Parentesco: _____

4. a nossa proposta inclui a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

Dados Bancários:

Banco: _____

Agência: _____

Conta: _____

Atenciosamente,

[Nome da Empresa Proponente]

[Representante Legal]

....., de de 2025



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

ANEXO IV – PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

(Documentos zipados com este edital)



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

ANEXO V

**DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Declaro que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) no _____, inscrição estadual no _____, estabelecida em _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública:

Nome do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor total do Contrato*
-----------------------	----------------------	--------------------------

Valor total dos Contratos	R\$ _____
Local e data	

Assinatura do emissor

Observação:

Nota 1: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais têm contratos vigentes.

Nota 2: *Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

a) A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante.

Fórmula de cálculo:

Valor do Patrimônio Líquido x 12 > 1

Valor total dos contratos *



Procuradoria
Geral da
República

SAF Sul, Quadra 4, Conjunto C - CEP 70050-900 - Brasília-DF
Tel. (61) 3105-5860 - pgr-licitacao@mpf.mp.br



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

Observação:

Nota 1: Esse resultado deverá ser superior a 1 (um).

Nota 2: considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado*.

b) Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a declaração apresentada seja maior que 10% (dez por cento) positivo ou negativo em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.

Fórmula de cálculo:

$(\text{Valor da Receita Bruta} - \text{Valor total dos Contratos}) \times 100 = \text{Valor da Receita Bruta}$